

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais

ALESSANDRA LUCKOW INVITTI

**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE
CASTRO - PR. Ações para a Conservação da Memória
Histórica**

Dissertação de Mestrado

**Maringá
2008**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

**O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE CASTRO - PR. AÇÕES PARA A
CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA**

Alessandra Luckow Invitti

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História.
Área de Concentração: Política, Movimentos
Populacionais e Sociais. Linha de Pesquisa
Fronteiras, Populações e Bens Culturais.
Orientação: Profa. Dra. Silvia Helena
Zanirato

MARINGÁ – PR.
2008

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Invitti, Alessandra Luckow.

**O patrimônio cultural da cidade de Castro-PR :
ações para a conservação da memória histórica /
Alessandra Luckow Invitti. - Maringá, 2008.**

138 f. : il. ; 30cm.

Orientador: Silvia Helena Zanirato.

**Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual
de Maringá.**

Bibliografia: f.127-130.

- 1. Patrimônio cultural – Castro (PR) - Proteção.**
- 2. Edifícios históricos – Castro (PR). I. Zanirato,
Silvia Helena. II. Universidade Estadual de
Maringá. III. Título.**

**CDD (22^a ed.)
363.69**

Agradeço à Rosana Steinke que me apresentou ao programa de mestrado da UEM, à Sílvia Helena Zanirato, professora orientadora desta pesquisa; à Rosina Parchen e Léa Maria Cardoso Villela, pelas entrevistas; à Prefeitura Municipal de Castro, em especial ao secretário da Educação Cultura e Esporte Carlos Eduardo Sanches; aos que gentilmente me emprestaram material bibliográfico: Sílvia Helena Zanirato, Ana Paula de Pádua Santos; aos que com suas atitudes propiciaram a conclusão desse curso: Hilda Pívaro, José Henrique Invitti, Elisabeth Invitti e Fabio Venturi e família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. TRAJETÓRIA PATRIMONIAL E SUAS INTER-RELAÇÕES	9
1.1. Cultura , História e Memória	9
1.1.1. Patrimônio e Cultura	12
a) Cultura e seus significados	13
b) Cultura, Representações e Cidades Históricas	16
1. 2. Patrimônio – Perspectiva Histórica e Primeiras Ações Patrimoniais	17
1.2.1. Percurso Internacional das Teorias de Restauração	18
1.2.2. Conceitos Pertinentes ao Patrimônio	23
1.2.3. Discussão no Cenário Internacional – Ações para a Defesa dos Bens Culturais	27
a) Carta de Atenas, 1931	29
b) Carta de Veneza , 1964	30
c) Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)	31
d) Carta de Toledo ou Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas (1986).....	33
e) Carta de Veracruz (1992)	33
f) Recomendação Paris – 2003.....	34
2. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL E NO PARANÁ	35
2. 1. A Preservação do Patrimônio na Escala Nacional	35
2.1.1. Primeira Fase – Momento Fundador	36
2.1.2. Segunda Fase – Momento Renovador	39
2.2. A Preservação do Patrimônio no Paraná	44
3. CASTRO: História e Memória	49
3.1. Aspectos Gerais	49
3.2. Antecedentes Históricos	50
3.3. Formação das Vilas – Reforma Iluminista	53
3.4. As Fronteiras em Castro	55
3.5. O Homem Tropeiro	57
3.5.1. Sérgio Buarque de Holanda	57
3.5.2. O Novo Homem: o Tropeiro	59

3.5.3. Arquitetura da “Nova Mentalidade”	61
3.6. Miscigenação e Transformação Urbana	70
3.6.1. Transformação Urbana	74
4. CASTRO COMO CIDADE HISTÓRICA	84
4.1. Entreveros para a Aplicação de uma Política Local de Conservação dos Bens Patrimoniais	96
4.2. As Políticas Patrimoniais e o Turismo	102
4.3 Turismo e Patrimônio em Castro	106
4.4. O Plano Diretor de Castro e sua Relação com o Patrimônio Cultural	111
4.5. Considerações quanto ao Procedimento Patrimonial em Castro	119
5. CONCLUSÕES	121
6. FONTES	125
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	127
8. ANEXOS	131

O PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE DE CASTRO - PR. AÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA.

A forma física (da cidade) corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas – movendo-se no cenário da cidade, ou melhor, ainda, nela residindo – além de serem reconstruídas na prancha. (BENEVOLO, 1991, pp.13-14)

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão trata das transformações urbanas experimentadas pela cidade de Castro, Paraná, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, os aspectos históricos de sua formação, visando compreender a sua configuração atual como “cidade histórica”.



Fonte: MAPA DO PARANÁ

A cidade de Castro está localizada no Estado do Paraná, possui atualmente 63.581 habitantes, sendo que 43.250 estão na Zona Urbana (DADOS GERAIS,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008). É distante da cerca de 150 quilômetros da capital, Curitiba.

A escolha desta cidade para estudo se deu em função da sua importância no cenário da história paranaense. Ela se formou através do “Caminho das Tropas” e durante o seu percurso chegou a ser capital interina do Paraná, no período revolucionário. Assim, é portadora de um legado patrimonial digno de ser estudado.

O período selecionado para a análise é aquele que se refere à constituição do espaço urbano citadino e um outro de definição de políticas conservacionistas, destinadas a proteger elementos considerados representativos da memória e da história local, elevados à condição de bens patrimoniais.

A cidade possui inúmeros espaços de memória que começaram a surgir já no século XVIII, visto que ela se originou do “Caminho das Tropas”, que levavam o gado do Rio Grande do Sul para São Paulo. A história peculiar de Castro, que mescla diversas etnias e culturas, merece ser analisada do ponto de vista patrimonial, pois além de ter sido formada por tropeiros, recebeu imigrantes europeus, como holandeses, alemães, poloneses, italianos, que contribuíram para formar um legado histórico e artístico memorável, tanto para a cidade, quanto para o Paraná e Brasil.

A análise das transformações urbanas e patrimoniais ocorre à luz das linhas formadoras do conceito de patrimônio, assim como pelas atuais políticas de manutenção e preservação do patrimônio castrense. Para tanto, julgo necessário investigar tanto o histórico das políticas patrimoniais quanto as que estão sendo aplicadas e instituídas na cidade.

Para realizar este trabalho foram selecionadas fontes e bibliografia relativas às práticas patrimoniais - tanto no âmbito nacional quanto internacional, ao processo de formação da cidade e a atual política conservacionista. Com base nesse material procuro discutir a transformação urbana, social e arquitetônica da cidade no século XIX, a fim de determinar a sua imagem como cidade histórica no século XX, de forma a entender as relações e desconexões entre cidade do passado e cidade do presente. Além disso, procuro ordenar os aspectos sociais, econômicos, projetuais (teóricos) necessários para a restauração e conservação dos monumentos históricos e artísticos de Castro e identificar nas leis (tanto federais e estaduais quanto municipais) que se referem à conservação de monumentos históricos e arquitetônicos, as influências e as tendências em relação às teorias e Cartas de restauro européias.

O desenvolvimento do trabalho se deu através do estudo histórico da região, observando como esta tem se comportado econômica, cultural e socialmente; do mapeamento arquitetônico (edificações, paisagismo, urbanismo) da cidade de Castro; bem como das possibilidades de turismo na região. Trabalhei também com fotografias, mapas e documentações locais, analisados em face da bibliografia pertinente ao tema.

A pesquisa arquitetônica se deu através de visita à cidade, de estudos dos principais bens patrimoniais, da análise do estado de conservação e o seu uso atual, visto que estes pontos são peças importantes para a preservação de bens edificados e para a busca de recursos por meio do turismo ligado ao patrimônio.

As fontes selecionadas informaram sobre as transformações urbanas, arquitetônicas, sociais e econômicas de Castro, referentes ao período pesquisado. Para melhor entendimento foram separadas de acordo com os seus propósitos:

a) Fontes relativas à formação da cidade de Castro, com o objetivo de compreender os procedimentos em correspondência ao urbanismo e a arquitetura dos séculos XVIII, XIX e XX, entre elas:

- Posturas Municipais do Paraná – 1829 a 1895, sendo a de Castro do ano 1830, artigos 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 29 e 30;
- Leis e Regulamentos da Província do Paraná – tomo XXI;
- Livro do Tombo Histórico do Estado do Paraná;
- Plano Diretor da cidade de Castro;
- Decretos Municipais (de Castro);
- Mapas históricos e imagens históricas do acervo do Museu do Tropeiro;
- Fontes orais (entrevistas concedidas: Rosina Parchen – Secretaria do Estado da Cultura, Carlos Eduardo Sanches – secretário da Educação, Cultura e Esporte de Castro, Léa Maria Cardoso Villela – diretora do Museu do Tropeiro);
- Fotografias feitas em visita à cidade;
- *Folders* produzidos pela Prefeitura Municipal de Castro.

b) Fontes relativas à preservação de bens culturais:

- Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

- Lei Estadual 1.211 – 16 de setembro de 1953 – Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná;
- Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Constituição 1988 de 05 de outubro de 1988 – artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro, artigos 5, 23, 24, 30, 170, 215, 216, 220, 221 e 225;
- Decreto-lei nº 3551 de 03 de agosto de 2000 – Instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, criou o programa nacional do patrimônio imaterial e deu outras providências;
- Normas para aprovação de projetos na área tombada da Lapa e Curitiba.

c) Fontes que se referem às teorias de conservação e restauração de monumentos históricos e artísticos, utilizadas para perceber a relação que elas têm com os métodos utilizados no Brasil neste tema:

- Carta de Atenas de outubro de 1931 – princípios gerais e doutrinas concernentes à proteção dos monumentos;
- Carta de Veneza de maio de 1964 – conservação e a restauração dos monumentos e sítios;
- Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972;
- Carta de Toledo ou Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas de 1986;
- Carta de Veracruz de 1992;
- Recomendação Paris – 2003.

A partir das fontes e da bibliografia, a dissertação foi estruturada em quatro capítulos.

O primeiro trata de cultura, história e memória e as suas relações com o patrimônio e sua preservação, além da trajetória patrimonial no mundo e no Brasil. Entendeu-se como necessário o estudo destes conceitos visto que eles estão intimamente ligados às práticas patrimoniais, assim como ao próprio conceito de

“patrimônio histórico”. Nesse capítulo foi importante a leitura de Norbert Elias (1990) para a compreensão do processo que contribuiu para que a cultura se tornasse um campo de pesquisa. Neste sentido, ainda foram utilizadas as interpretações de Peter Burke (2000), Roger Chartier (1988) e Roque Laraia (2002), que possibilitaram compreender de que maneira a cultura passou a ser estudada no campo da História até chegar ao momento da construção de um campo de estudos e pesquisas próprios da “História Cultural”. Ainda neste capítulo foi feita uma análise na perspectiva de Roger Chartier sobre cultura, representações e cidades históricas. Roger Chartier concebe o mundo como representações constituídas por “formas simbólicas”; essas considerações favorecem o entendimento da arquitetura e da cidade (histórica) como sistemas simbólicos. O recurso a essa categoria se deu na perspectiva de que tomo os testemunhos históricos de Castro como representações sociais consubstanciadas em bens patrimoniais.

Na seqüência deste capítulo foi tratado o percurso histórico do conceito “patrimônio” e as primeiras ações patrimoniais no âmbito internacional e nacional. Foram estudadas as teorias de restauração a fim de se compreender de que maneira elas influenciaram as leis e políticas referentes ao tema. Tornou-se necessário compreender alguns conceitos pertinentes ao patrimônio, formulados por autores como Camilo Boito (2002), Cesare Brandi (2005), Viollet le Duc (2000), Françoise Choay (2001), Ignacio González-Varas (2003), Francisca Hernández Hernández (2002), Maria Cecília Londres Fonseca (1997), entre outros. Os principais conceitos trabalhados foram: monumento, monumento histórico, memória, valor (segundo Alois Riegl), tombamento e o próprio termo “patrimônio”. Para se estudar o objeto de pesquisa “cidade histórica” foi necessário compreender a diferença entre monumento e monumento histórico, além de distinguir de que maneira foi atribuído valor a estes bens.

Fez-se, ainda, um acompanhamento da normativa no cenário internacional e as ações que estas geraram para a defesa dos bens patrimoniais, entre elas a Carta de Atenas de 1931. Este documento abriu o caminho para novas discussões e colocou de forma definitiva o patrimônio nas decisões políticas internacionais. Outros documentos importantes para a pesquisa foram a Carta de Veneza de 1964; a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial; Cultural e Natural de 1972; a Carta de Toledo ou Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas de 1986; a Carta de Veracruz de 1992 e a Recomendação Paris – 2003. Mereceu ênfase a

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972 que inseriu a paisagem natural como patrimônio.

No segundo capítulo foi traçado o percurso histórico do tema patrimonial no Brasil. Este foi fortemente influenciado pelas ações internacionais, mesmo tendo sido um dos países pioneiros na organização de leis de tutela. Procurei mostrar, fundamentada em Maria Cecília Londres Fonseca (1997), que a política patrimonial brasileira apresenta duas fases bem distintas. A primeira considerada o “momento fundador”, no qual as ações patrimoniais estavam voltadas para os bens de “pedra e cal”, mais especificamente a arquitetura luso-brasileira de Minas Gerais. A segunda fase chamada “momento renovador”, que expandiu o conceito de patrimônio para a malha urbana e não mais restrito aos bens isolados. Além disso, foi inserida a compreensão de que a paisagem também é objeto de tutela, seguindo o pensamento internacional concretizado na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972.

Ainda nesse capítulo trato da preservação do patrimônio no Estado do Paraná, considerado pioneiro no Brasil nas ações nesta área. Para isso foi fundamental a leitura do trabalho de Márcia Kersten (2000) sobre as ações empreendidas neste estado com vistas à proteção dos bens considerados como patrimônio. Também nele estudei desde as primeiras intenções de se encontrar a “identidade” paranaense através do movimento dos anos 1920, chamado Paranismo, que norteou a seleção de parte dos bens patrimoniais do Paraná, até chegar ao estágio atual da política de proteção dos bens culturais. Essa política foi analisada através da ação de três escalas diferentes: do governo municipal, do governo estadual e do governo federal. Tratei também das ações levadas a efeito pelos órgãos especializados em patrimônio como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), a Secretaria de Estado da Cultura (Paraná), entre outros.

No terceiro capítulo trabalhei com a cidade de Castro. Foram estudados os antecedentes históricos e nele procurei mostrar que esta cidade fez parte da rota dos tropeiros e se formou a partir disto. As marcas históricas do Caminho das Tropas (entre Viamão e Sorocaba) influenciaram na formação do que hoje é considerado como patrimônio edificado. Para compreender de que forma isso aconteceu estudei o as práticas do modo de vida do homem tropeiro. Para essa análise me baseei fundamentalmente na produção de dois autores: Sérgio Buarque de Holanda (1994 e

1995) e Robert Wegner (2000). Wegner em *Conquista do Oeste* fez uma análise das obras de Sérgio Buarque e mostrou a trajetória do homem tropeiro no Brasil colonial, a formação do fazendeiro e empreendedor, bastante presente nas imagens castrense. As práticas e representações do homem tropeiro se fizeram presentes na arquitetura inicial da cidade, considerada hoje histórica.

Além das influências em Castro do Caminho das Tropas, outro fator foi expressivo na construção de suas memórias: a imigração européia.

A vinda dos imigrantes europeus a partir do final do século XIX influenciou de forma direta a história castrense. A partir da entrada dos imigrantes a cidade começou a se estruturar de forma mais urbana que rural, localização predominante até o momento. Mudanças no homem tropeiro simultâneas à chegada dos primeiros imigrantes levaram ao fortalecimento do núcleo da cidade. Essa mudança se fez visível nas edificações, que passaram a ser mais imponentes e com qualidades construtivas diferentes da colonial.

Objetivando compreender as transformações urbanas analisei os mapas históricos de Castro. Esses documentos possibilitaram acessar as transformações da cidade desde o início, quando ainda praticamente não existiam edificações no atual centro histórico e também contribuíram para a análise dos fatores políticos e sociais que influenciaram na evolução do desenho e contexto urbano.

O capítulo quarto trata da análise das políticas relacionadas com a atribuição de valor à arquitetura local, compreendida como um bem patrimonial da cidade. Procuo observar de que maneira o patrimônio cultural é ali tratado e como a cidade se identifica com a tendência internacional e nacional de explorar turisticamente a sua condição patrimonial. Através de fontes orais, de documentos da prefeitura e de publicidade, foi estudo a forma como Castro tem se portado com vistas a ser uma cidade histórica e turística. Para tanto, procuro analisar a maneira que o município – tanto a prefeitura quanto a população, se comporta diante das idéias e planos da Secretaria do Estado da Cultura em tombar o centro histórico de Castro através do pedido do Ministério Público feito no ano de 2002 e dos entevos para a aplicação de uma política local de conservação dos bens patrimoniais.

As ações políticas para a preservação do patrimônio de Castro são analisadas com base principalmente no recém aprovado Plano Diretor e em alguns decretos municipais. No Plano Diretor pude perceber como se expressa a preocupação com a tutela e a preservação dos bens patrimoniais, tanto de arquitetura, bens de “pedra e

cal” quanto bens naturais, e como o município tem compreendido a relação entre patrimônio cultural e turismo.

Nas considerações finais, expresso meu entendimento acerca do procedimento patrimonial em Castro, sobretudo avaliando de que maneira as ações empreendidas ao longo da história de Castro influenciaram na formação da cultura local, na política patrimonial e na preservação da memória da cidade.

Espero que a organização do texto possibilite compreender a análise que desenvolvi sobre as experiências concebidas na cidade de Castro para a conservação de seus bens culturais.

1. TRAJETÓRIA PATRIMONIAL E SUAS INTER-RELAÇÕES

1.1. Cultura, História e Memória

Compreendo que um estudo sobre a cidade histórica implica, necessariamente em tratar de questões básicas ligadas ao tema, como cultura, história e memória. Isto porque a temática patrimonial se encontra totalmente interligada e dependente do que se entende por cultura e memória.

Sempre que se fala sobre “patrimônio histórico”, a própria nomenclatura já faz referência a algo histórico. Esse entendimento, por sua vez, está intimamente relacionado ao que se entende por cultura e memória pois

As práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais estão associadas a narrativas que se configuram como respostas a uma situação social e histórica na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento. (GONÇALVES, 2002, p.87)

O entendimento acerca do que é patrimônio histórico foi desenvolvido através de ações políticas que queriam legitimar o Estado Nação. O tema passou a ser discutido com mais vigor a partir da Revolução Francesa, em um momento histórico no qual se buscava por uma identidade nacional, onde cada nação deveria mostrar as suas qualidades e especialidades em relação às demais. O chamado “patrimônio” servia muito bem para este fim, visto que era uma forma de materializar o que se pretendia como a história de um povo.

O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso, foram necessárias políticas educacionais que difundissem, já entre crianças, a idéia de pertencimento a uma nação. (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.16)

As construções arquitetônicas apareciam como testemunhas materiais do passado e corroboravam para a legitimação da idéia de nação.

Para legitimar o patrimônio foi necessário estabelecer conexão com a memória, para forjar a “identificação” desta nova nação que estava sendo criada com os seus bens patrimoniais, afirmando que estes representavam a memória dos feitos do Estado.

Nesse sentido, uma série de monumentos que marcavam feitos ligados aos personagens considerados importantes para a história passaram a ser considerados como representativos de toda a Nação. No entanto, esses monumentos eram representativos de alguns personagens e de algumas histórias, sobretudo daqueles considerados “importantes”, pois estavam ligados aos canais de poder: igreja, estado, capital.

José Reginaldo Santos Gonçalves em *A Retórica da Perda* põe em discussão a temática do patrimônio como maneira de sustentar o modo de vida da sociedade atual. Para ele, o “patrimônio” é uma construção (do Estado), fruto da mentalidade de hoje. É uma maneira de “manter” aquilo que não se tem mais.

A imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento (GONÇALVES, 2002, p.88)

Assim, posso entender que o “patrimônio” foi uma invenção do Estado (pós-Revolução Francesa) e é ele que vai definir o que é ou não é considerado “patrimônio histórico”. Este conceito tornou-se fundamental para a compreensão das políticas do mundo contemporâneo. A criação europeia do “patrimônio” foi uma maneira de preservar a “identidade” de cada nação. Era necessário ser criada uma “identidade nacional” para legitimar a divisão física dos Estados. Para isso a mesma língua, a mesma religião e o mesmo passado histórico era fundamental.

Pedro Paulo Funari (2006) cita que a Itália foi um dos países onde a unificação ocorreu mais tardiamente e escreve: “o líder da unificação (italiana), Massimo D’Azeglio, constatou que ‘feita a Itália, é preciso fazer os italianos’” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.17); assim era preciso criar uma cultura nacional, o patrimônio construído se prestava muito bem a este papel.

Hoje, com a globalização e a diversidade cultural continuam a ocorrer ações destinadas a preservar a “identidade” de um povo, ainda que isto seja uma tarefa difícil, pois já se entende que existe multiculturalidade que propicia identidades diferenciadas dentro de uma mesma nação, sendo impossível falar em uma imagem única. Nesse sentido, a proteção do que é considerado patrimônio cultural de um dado local ganha relevância posto que afirma a identidade em meio à diversidade.

Para melhor compreender a importância das políticas de patrimonialização faz-se necessário ainda refletir acerca da idéia de perda da “memória” e da “identidade” devido às características do mundo atual.

Para isso é importante entender o que Marshall Berman fala sobre o “estado passageiro” das cidades de hoje,

...feito para ser desfeito amanhã, despedaçado ou esfarrapado, pulverizado ou dissolvido, a fim que possa ser reciclado ou substituído na semana seguinte e todo processo possa seguir adiante, sempre adiante, talvez para sempre, sob formas cada vez mais lucrativas. (BERMAN, 1986, p.97)

Essa transitoriedade pode implicar na perda dos elementos que compõem a identidade, daí que as memórias patrimonializadas ganham mais importância ainda. Conforme Gonçalves, as narrativas sobre patrimônio cultural estão sempre focadas no “perigoso processo de perda de memória e, conseqüentemente, da identidade”. (GONÇALVES, 2002, p.88)

Nesse processo de luta pela preservação de uma dada memória, a busca pela identidade de cada nação primou pela seleção de bens patrimoniais construídos, visto que estes “atestavam” o que se pretendia como história. Eram as chamadas obras “ícone” que, pela sua aparência, estética e história poderiam convencer as pessoas de um passado, de uma “história”.

A classificação e eleição dos bens considerados patrimônio deveria ser de tal forma a corroborar a idéia de pertencimento geral, de identificação consensual; daí que os dois principais desafios para escolha dos bens patrimoniais foram

... o primeiro é o de, através da seleção de bens ‘móveis e imóveis’ (conforme o preceito legal vigente na maioria dos países), construir uma representação da nação que, levando em conta a pluralidade cultural, funcione como propiciadora de um sentimento comum de pertencimento, como reforço de uma identidade nacional; segundo é o de fazer com que seja aceito como consensual, não-arbitrário, o que é resultado de uma seleção – de determinados bens – e de uma convenção – a atribuição, a esses bens, de determinados valores. Ou seja, de, ao mesmo tempo, buscar o consenso e incorporar a diversidade (FONSECA, 1997, p.12).

Nota-se assim, que a pluralidade da cultura surgia como um fator complicador para a classificação dos bens patrimoniais.

A partir desse entendimento, considero necessário compreender os significados atribuídos ao conceito patrimônio para saber do que se fala quando se emprega o mesmo.

1.1.1. Patrimônio e Cultura

Cultura e “identidade”¹ têm fundamentado a teoria e a prática no processo de eleição do que pode ou não ser considerado “patrimônio cultural”. Com o pretexto de que cada nação deve ter a sua própria “identidade”, as políticas patrimoniais são utilizadas para tentar construir uma “cultura nacional” ou “identidade nacional”. Esse fato faz contraposição ao entendimento de que a diversidade de culturas e identidades presentes em cada nação é enorme e de que criar uma única “identidade nacional” baseada em uma única cultura é uma utopia. No entanto, foi essa a mentalidade que vigorou até a década de 1970.

Tal entendimento foi gradativamente modificado, uma vez que o patrimônio de “pedra e cal”, expresso na conservação de bens representantes da elite, foi complementado pela cultura e fazeres populares, que antes não tinham participação no restrito “mundo dos bens patrimoniais”.

José Reginaldo Gonçalves traz a idéia de patrimônio como uma maneira de sustentar a sociedade atual, uma forma de manter aquilo que não se tem mais e afirmar identidades para a construção do Estado Nação. A imagem da perda é utilizada para sustentar a cultura nacional que está em iminência de desaparecer (GONÇALVES, 2002, p.88). Compreende-se como patrimônio todas as manifestações históricas artísticas que são capazes de expressar um monumento construído, um modo de fazer, um povo ou uma cultura. O conceito de patrimônio deixou de ser uma palavra para designar um bem único de arquitetura para englobar todo um contexto, incluindo também a paisagem natural, o entorno, o centro histórico como uma área, assim como as manifestações e fazeres populares.

A mudança conceitual ocorreu como consequência, sobretudo, de um outro entendimento do que seria a cultura.

¹ O termo “identidade” foi colocado entre aspas, pois, conforme Stuart Hall (2006), não se pode falar em uma identidade única, atualmente o termo mais utilizado é “identidades”, no plural, visto que não se pode advogar a existência de uma cultura homogênea.

a) Cultura e seus significados

A cultura foi considerada até meados do século XX como a expressão dos feitos dos homens letrados. Cultura e civilização se entrecruzavam num entendimento de que ser civilizado era ser detentor da cultura elitizada.

No âmbito da academia, o tema da cultura começou a ser discutido com mais atenção quando se percebeu que era preciso mais do que economia e política para se explicar a história. O sociólogo Norbert Elias, já nos anos 30 do século passado, chamava a atenção para este fato. Ele fez uma crítica muito forte à escola positivista, que via a história com fatos isolados e independentes da cultura. Para ele, a história deveria ir muito além da política, deveria haver um trabalho interdisciplinar, interagindo com as disciplinas de sociologia, antropologia, filosofia, entre outras. Em suas obras *Sociedade de Corte* e *O Processo Civilizador* Elias procurou definir antes de tudo as palavras “cultura” e “civilização”. Para ele:

o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível de tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. (ELIAS, 1990, p.23)

Civilização expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo, ou seja, a “consciência nacional” (IDEM, IBDEM). Entretanto, Elias diz que os termos “civilização” e “cultura” foram empregados de formas diferentes nas diversas nações ocidentais. Assim, antes de fazer a sua própria definição sobre estas palavras, ele se empenha em explicar como elas foram usadas pelas nações alemã, francesa e inglesa.

Para os alemães, *zivilisation* é um valor de segunda classe, pois é “a aparência externa dos seres humanos, a superfície da existência humana” (IDEM, p.24). Para eles, a palavra que expressa o orgulho de suas realizações é *kultur*. Ingleses e franceses vêm na palavra civilização a “importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade” (IDEM, IBDEM). Assim, na Alemanha, o termo cultura (*kultur*) se refere aos aspectos espirituais de uma comunidade enquanto que para os franceses civilização (*civilization*) se refere principalmente às relações materiais de um povo (LARAIA, 2002, p.25).

A contribuição de Elias foi expressiva para que a cultura se tornasse um campo de pesquisa. A essa pode ser acrescentada ainda a contribuição advinda da antropologia. Roque Laraia explica que Eduard Tylor definiu que a cultura: “é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”(IDEM, IBDEM).

A partir da década de 1980 a história passou a se valer das contribuições oriundas da sociologia e da antropologia e incorporou a temática da cultura na chamada história cultural. Não se pode dizer que haja uma única definição desse tipo de enfoque histórico, devido a infinidade de temas e variações que ele pode propor. (BURKE, 2000, p.234).

Para Peter Burke, o desafio da pesquisa voltada para a história cultural “se tornou mais necessário do que nunca em nossa era de fragmentação, especialização e relativismo” (IDEM, p.243). A ocidentalização e o medo de se perder a “identidade nacional” fizeram com que os estudos se concentrassem em temas sobre cultura e fizeram com que surgissem e fossem eleitos os chamados “monumentos históricos” para representar a cultura patrimonial de uma nação. Para Burke “é bastante claro que essa história (cultural) – como todo estilo de história – é produto de nossa época, neste caso uma época de choques culturais, multiculturalismo e assim por diante” (IDEM, pp.244-245).

Até ser incorporada como um campo de investigação a história cultural teve um percurso que começou com a Escola dos Annales, com um tipo de história voltada para a “história das mentalidades”. Hoje, pode-se dizer que o que predomina é uma história cultural influenciada pela antropologia, que, segundo Burke, trouxe os seguintes benefícios (IDEM, pp. 246-251):

- Abandonou o tradicional contraste entre sociedade com cultura e sem cultura, acreditando no “choque de culturas”;
- Redefiniu cultura, estendendo o sentido do termo para abranger uma variedade muito mais ampla de atividades, inserindo a “cultura cotidiana”;
- Fez surgir o termo “reprodução cultural” significando que é necessário um grande esforço para transmitir tradições de uma geração para outra, onde há um doador e um receptor de cultura;

- Reagiu contra a idéia de “superestrutura” marxista, voltando-se para a história das “representações”.

Este último ponto pode ser melhor compreendido através das explicações de Roger Chartier sobre o que se entende por história cultural

...a definição de história cultural pode, neste contexto, encontrar-se alterada. Por um lado, é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou de um espaço (CHARTIER, 1988, p.27).

Chartier chama a atenção para a importância de contemplar a cultura nos estudos históricos e acessá-la através das representações que os homens elaboram a respeito do mundo que os envolve. Para isso a importância de se considerar as práticas, representações e apropriações. Sua teoria se aproxima ao pensamento de Pierre Bourdieu, que trata dos sistemas simbólicos que possuem um objetivo intrínseco. Estes dois estudiosos concebem o mundo como representações, constituídas por “formas simbólicas” (IDEM, p.28).

Para esse trabalho considero que a arquitetura e a cidade podem ser analisadas e entendidas como um sistema simbólico, visto que as construções representam uma forma de pensar, agir, conviver e são uma maneira de hierarquização social.

Conforme Hannah Arendt (1972), a cultura pode ser entendida como uma transformação do entorno

A cultura palavra e conceito – é de origem romana. A palavra “cultura” origina-se de *colere* – cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar – e relaciona-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido do amanho e da preservação da natureza até que ela se torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem (ARENDR, 1972, p.265).

Se a cultura é essa transformação do entorno, então podemos nos apropriar dela também para melhor compreendermos a relação entre ela, a arquitetura, o patrimônio e a cidade.

b) Cultura, Representações e Cidades Históricas

Chartier procurou demonstrar em seus estudos as representações e práticas sociais construídas como componentes da cultura. Para ele

...as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p.17).

Em outras palavras, é preciso entender o que realmente está por trás dos fatos, e não entendê-los como isolados e compreensíveis unicamente pelo viés político. Não são somente as lutas políticas e econômicas que serão capazes de explicar o desenvolvimento de uma sociedade ou nação, é preciso estar atento também para as lutas de representações e para os sistemas simbólicos. E este é o papel principal da chamada história cultural na perspectiva de Chartier.

Para ele, é preciso pensar a história cultural “como a análise do trabalho de representações”. A representação é para ele o processo através do qual os homens atribuem sentido ao mundo que é seu (IDEM, p.27).

Os centros históricos são formas de representação. Cada elemento construído, cada prática cultural, é entendida como uma representação de uma sociedade.

Nesse sentido, entende-se que os primeiros bens considerados patrimoniais foram aqueles ligados aos ícones de arquitetura do poder, representados como expressões da cultura do Estado. Essa seleção do que seria representativo da cultura do país acabou por desconsiderar outros elementos, igualmente expressivos da cultura, em face do que se pretendia como nação. Daí, a dificuldade inicial de se proteger, conservar os bens selecionados, pois não representavam a sociedade de uma forma mais ampla.

A proteção e integridade física dos bens tombados não são por si só suficientes para sustentar uma política pública de conservação. “Isso porque a leitura de bens enquanto bens patrimoniais pressupõem as condições de acesso a significações e valores que justificam sua preservação” (FONSECA, 1997, pp.38-39). Esta idéia expressa com mais clareza o conceito de Chartier, pois cada bem cultural é um produtor de sentidos; o receptor somente irá preservar e respeitar este bem na medida em que este significar alguma coisa para ele. Um bem cultural pode ser assimilado de

maneiras diferentes, dependendo das informações recebidas, da bagagem cultural de cada um.

Uma vez que tais entendimentos estão presentes nesta pesquisa considere necessário expressar como estou empregando os conceitos ligados ao patrimônio e a cultura, fundamentais para se compreender a trajetória das políticas patrimoniais no mundo, no Brasil e no Paraná.

1. 2. Patrimônio – Perspectiva Histórica e Primeiras Ações Patrimoniais

Compreendo que as teorias de restauração influenciaram as políticas patrimoniais nacionais e internacionais. Para tanto, considero necessário fazer uma breve explicação sobre alguns termos e conceitos que são usados no assunto tratado.

O período que se inicia no final do século XIX e permanece até os dias atuais foi de grandes mudanças na sociedade, na política, na forma de vida. A questão do “patrimônio histórico”, da preservação de elementos materiais e imateriais, naturais ou construídos, considerados importantes para a história e a memória de um povo, foi um dos assuntos que emergiu nesse tempo. A preservação de elementos considerados bens de um povo passou a ser entendida como um alicerce que sustenta a “identidade” e a originalidade de cada Nação.

Ainda que a importância da preservação de bens materiais e imateriais tenha ocorrido no período referenciado, é interessante lembrar que a primeira carta que tratava do tema de preservação e restauração data do século XVI. Ela foi escrita ao Papa Leão X pelo artista, pintor e arquiteto Rafael Sanzio (1483 – 1520) e tratava da necessidade de registrar e fazer um levantamento completo do material e da arquitetura de época romana que estava sendo encontrada.

Il 27 agosto 1515 Leone X nomina Raffaello prefetto alle antichità romane; si trattava dell'incarico di recupero del materiale archeologico destinato a San Pietro e se ne deduce il coinvolgimento dell'artista sul piano della conoscenza e della tutela dell'immenso patrimonio classico romano.² (ZUFFI, 1999, p.104)

² Em 27 de agosto de 1515 Leão X nomeou Rafael prefeito da antiguidade romana, tratava-se de encarregá-lo de recuperar o material arqueológico destinado a São Pedro e se deduz a importância que o artista dava para o plano do conhecimento e da tutela do imenso patrimônio clássico romano.

Rafael, sabendo do estado em que se encontravam os monumentos da Antiguidade, se encarregou de fazer um levantamento completo das ruínas e de organizar os museus Capitolino e Vaticano. Depois de iniciar tal trabalho, em 1518, Rafael escreveu sua carta ao Papa Leão X expondo a urgência em se tomar medidas para conservar os monumentos antigos. Essa ação não deixou de ser uma tentativa de denunciar o vandalismo que ameaçava arruinar os vestígios da cidade antiga (HERNÁNDEZ, 2002, pp. 47-48).

Assim, a Itália foi o país pioneiro nas práticas patrimoniais, “a partir do século XV, a Itália passou a recuperar os monumentos da Antigüidade, apreciados pelo seu valor artístico e histórico” (KERSTEN, 2000, p.36), impulsionada pelo incentivo dado por Rafael à conservação e manutenção do patrimônio greco-romano.

Entretanto, o valor histórico estava referenciado aos monumentos da Antigüidade Clássica. Os monumentos góticos, por exemplo, eram considerados feios e sem valor artístico. Este entendimento traduz o pensamento renascentista que estava preocupado em recuperar os ideais clássicos e se afastar do mundo medieval, considerado sem valor artístico. As obras medievais passaram a ter importância somente no século XIX, com os teóricos europeus John Ruskin e Viollet le Duc, que abrem o caminho para as grandes teorias de restauração.

1.2.1. Percurso Internacional das Teorias de Restauração

As teorias européias de restauro do século XIX influenciaram a prática patrimonial desse continente e também a latino-americana. Duas teorias foram muito importantes para o percurso da temática do patrimônio histórico, uma inglesa e outra francesa, respectivamente de John Ruskin (1819 – 1900) e Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814 – 1879), dois teóricos de linhas opostas.

Para Ruskin, as obras não deveriam ser restauradas e sim conservadas, pois os traços, as marcas do tempo na edificação também faziam parte da história e da memória. Para ele, a obra de arte deveria conter as marcas do tempo para “contar” a história e dialogar com o presente. Ruskin dizia que a arquitetura era o único meio de que se dispunha para conservar vivo um laço com o passado ao qual devemos nossa identidade (CHOAY, 2001, p.139).

Françoise Choay observa que “Ruskin utiliza uma metáfora com a qual Bakhtin mais tarde nos haveria de familiarizar: os edifícios do passado nos falam, eles

nos fazem ouvir vozes que nos envolvem em um diálogo” (IDEM, p.140). Pode-se dizer que Ruskin não foi um restaurador, pois para ele os interventos de restauração eram desnecessários e desvalorizavam a obra. Essa tinha que manter as marcas do tempo, não importando o fato de que com o tempo ela poderia desaparecer. A obra deveria ser conservada e não restaurada, pois quando se restaurava ao mesmo tempo se tirava a história que a obra tinha adquirido com o ao longo dos anos, trazendo para ela um aspecto falso de como era o velho edifício.

O francês Viollet-le-Duc trabalhou com uma teoria contrária à de Ruskin, em seu *Dictionnaire Raisonné del'Architecture* ele define a palavra restauração “A palavra e o assunto são modernos. Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p.17). O importante para ele era manter a “unidade de estilo”.

Viollet-le-Duc fez uma série de interventos que hoje são extremamente criticados, como é o caso da cidade medieval de Carcassone, no sul da França, realizado entre 1852-79, onde o arquiteto refez partes faltantes se baseando em estudos históricos e nas características do estilo construtivo medieval. Não era possível provar que o complexo construído teria aquela configuração originalmente, entretanto le Duc reconstruiu toda a cidade, dando a ela uma unidade estilística que pode nunca ter existido.

Para o restauro crítico tal atitude é inconcebível, pois quando se faz um restauro é necessário deixar bem claro o que é edificação antiga e o que é interventos. Até porque o edifício é considerado um documento histórico e, portanto, não se pode falsificar uma imagem dele.

Assim, para le Duc restaurar era levar o edifício a um estado final de acordo com estudos históricos e estilo construtivo, mesmo que a obra nunca tenha chegado àquela configuração. O restauro estilístico não é simples manutenção, reparação ou refeitura como no passado, mas é baseado em um conceito de estilo de uma coisa cientificamente definível. Buscava a pureza do estilo, mesmo que para isso se precisasse modificar a obra (GONZÁLES-VARAS, 2003, pp. 158-162). No século XIX, ocorreram muitas complementações de fachadas de igrejas na Itália e na França baseadas no restauro estilístico. São exemplos os restauros de Notre Dame de Paris, Saint Denis e Amiens.

As teorias posteriores de restauro e referentes ao patrimônio histórico procuraram estabelecer valores artísticos às obras e pensar em uma maneira crítica de restaurar e conservar o patrimônio como parte da memória de cada nação. Assim, a palavra restauro sofreu alterações quanto à sua etimologia, que era remeter às condições originais um manufato ou obra de arte, mediante oportunos trabalhos de reparação ou reintegração (LAMBERINI, 2003, p.13).

Com os princípios modernos de tutela, houve um rompimento da etimologia da palavra com o seu significado efetivo. O conceito moderno de restauro é consequência da revolução burguesa de 1789.

Foi na França *post* revolução, que a proteção de bens entendidos como patrimônio tornou-se uma responsabilidade do Estado. Nesse país nasceram as primeiras exigências de proteger, restaurar e tutelar o patrimônio histórico-artístico, laico e eclesiástico, nos quais estavam as marcas da fúria dos “destruidores” da Bastilha (IDEM, p.14). Neste sentido, a França foi pioneira ao estabelecer a primeira legislação com base na noção de patrimônio como local de memória, de identidade de uma nação.

A noção de patrimônio, incorporando a idéia de herança aliada à de patrimônio arquitetural, começou a ser formada na Europa a partir do século XVIII. O primeiro país europeu a estabelecer uma legislação específica, com base nessa concepção, foi a França após 1834 (KERSTEN, 2000, p.32).

Em confronto com as duas teorias opostas de Villet-le-Duc e Ruskin, surgiu uma linha de pensamento intermediária representada por dois italianos: Camilo Boito (1836 – 1914) e Gustavo Giovannoni (1873 – 1947), que propõem que deve ser dada importância às obras de manutenção e consolidação. Criou-se um conceito de que em todo país existe um patrimônio histórico artístico extraordinário, rico e que necessita de tutela de uma cultura humanística unida e adequada às competências técnicas, fato que foi evidenciado na Carta de Atenas, em 1931, visto que Gustavo Giovannoni foi um dos redatores.

Boito, em contraposição aos que sustentavam a questão da unidade estilística e formal, estabeleceu como primordial o valor histórico e documental do edifício, feito de inúmeras camadas anexas, muitas vezes tidas como banais, mas que adquiriram o seu específico valor histórico artístico. Surge a necessidade de respeitar a verdade

histórica que um documento representa, sem sacrificar partes em função de outras, mas conservando cada uma de acordo com o possível. Em segundo lugar, deveria se preservar do documento a sua integridade histórica e também artística, limitando ao mínimo o intervento de restauro, privilegiando o aspecto técnico de consolidação, ou seja, conservar mais que restaurar. Enfim, quando é necessário intervir para evitar uma perda irreparável, é preciso fazer da maneira mais honesta, procurando não “falsificar”. Deixar o restauro perceptível, de modo que se possa perceber a parte original da parte adicionada (GONZÁLES-VARAS, 2003, pp. 228-233).

Essas condições teóricas e normativas levaram a teoria de Boito a ser chamada de restauro *científico*. Os monumentos arquitetônicos do passado não só valem para o estudo da arquitetura, mas servem de documentos essenciais para esclarecer e ilustrar em todas as suas partes a história de vários tempos e, portanto, devem ser respeitados com escrúpulo religioso como documentos cuja uma modificação, ainda que pequena, que possa parecer obra original, leva ao engano e conduz pouco a pouco a conclusões erradas. Em sua obra “Os Restauradores” foram enunciados sete princípios fundamentais para a conservação e restauração dos monumentos históricos:

...ênfase no valor documental dos monumentos, que deveriam ser preferencialmente consolidados a reparados e reparados a restaurados; evitar acréscimos e renovações, que, se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto; os complementos de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo se seguissem a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de sua restauração ou, ainda, no caso das restaurações arqueológicas, ter formas simplificadas; as obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos ou, mesmo, pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos somente admitida se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício; registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas e encaminhado ao Ministério da Educação; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (BOITO, 2002, p.p.21-22).

Em 1954 foi lançado o primeiro volume de *Architettura Pratica*, do italiano Pasquale Carbonara (1910 – 1995), com temas de projeto arquitetônico. Ele defendia que o restauro não poderia ser fruto de resultados prontos e receitas seguras, mas deveria, primordialmente, ser estimulado pelo espírito de pesquisa, fornecendo

material de observação e meios de prospecções. Para ele não deveriam ser ditadas regras práticas e normas teóricas de presumido valor absoluto. A partir dele passou a ser cada vez mais aplicada a teoria de restauro *crítico*, que defende o fato de que cada obra deve ser analisada dentro dos seus aspectos históricos, artísticos e sociais, e, para cada obra haverá uma forma de intervenção, sem ser estabelecida uma norma universal. Esta teoria foi seguida pelo seu filho tratadista de restauro Giovanni Carbonara. Na Itália, atualmente, a teoria de G. Carbonara é a mais aceita e utilizada.

Na mesma linha de pensamento de restauro crítico se encontra Cesare Brandi (1906 – 1988), que influenciou incisivamente Carbonara. Na *Teoria del Restauro* (1977) de Brandi está presente a mais completa e válida elaboração do pensamento atual sobre o tema. Brandi, fundou em 1939 o *Istituto Centrale del Restauro*, em Roma. Para ele, um monumento deve ser restaurado por razões histórico artísticas, porque foi reconhecido nele uma qualidade estética e representa um documento histórico único e que não pode ser repetido, pois é testemunho de um modo de construir, de uma fase histórica, econômica, social ou cultural completa e distante.

Brandi utiliza-se do recurso de dar um *juízo de valor* que vai determinar se deve ser feita a conservação ou remoção de adições. Assim, ele define que o restauro é um ato *crítico*, defendendo que cada intervenção é um caso único e não pode ser classificado em categorias. Ele ainda define uma obra de arte e afirma que esta condiciona a restauração e não o contrário.

Para finalizar a discussão sobre as teorias de restauro e sobre o que esta palavra significa conclui-se que uma das definições mais atuais é a do teórico italiano Cesare Brandi (1906 – 1988) que estabelece que

...a restauração constitui o movimento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplice polaridade estética histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro (BRANDI, 2005, p.30).

De acordo com a definição de Brandi, hoje, restaurar é muito mais que um sistema de conservação de um edifício. É, sim, uma análise crítica da obra de arte, seja ela um edifício ou uma cidade inteira, deve levar em consideração os seus aspectos históricos, sociais, políticos e estéticos, sempre visando transmitir este patrimônio para o futuro.

Compreendo que esse percurso pelas teorias de restauro nos séculos XIX e XX é necessário para que se possa entender a maneira com que os centros históricos, obras de arte e de arquitetura vêm sendo tratados ao longo da história.

No item 2.1, sobre as políticas patrimoniais brasileiras, será possível perceber que a equipe base das discussões sobre patrimônio é formada em grande parte por arquitetos, mas incorporara profissionais de outras áreas, como historiadores, antropólogos, sociólogos entre outros, num indicativo da necessidade de abordar a política patrimonial de modo interdisciplinar.

Com isso visto, o entendimento sobre a intervenção e a salvaguarda de um bem patrimonial é apresentado numa perspectiva mais ampliada, incorporando outros saberes e práticas sobre o restauro para a conservação. As principais teorias de restauração foram elaboradas por arquitetos, isto porque os bens patrimoniais considerados de maior importância, até a primeira metade do século XX, eram aqueles construídos, sobretudo, em “pedra e cal”. Assim, as teorias que influenciaram as políticas patrimoniais devem ser entendidas como metodologias que foram aplicadas nas leis relativas ao patrimônio material, mas que sofreram adaptações ao longo dos anos, em função de outros entendimentos acerca do que é patrimônio cultural.

1.2.2. Conceitos Pertinentes ao Patrimônio

Torna-se importante então, compreender outras categorias conceituais ligadas às práticas patrimoniais para que se possa desenvolver o tema da cidade histórica, e, entre elas, o entendimento do que seja patrimônio.

O termo *patrimônio*, em seu nascimento, esteve atrelado ao conceito de monumento. As noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começaram a ser elaboradas a partir do momento em que surgiu a idéia de estudar e conservar um edifício pela razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte (FONSECA, 1997, p.51).

A noção de patrimônio, em suas primeiras formulações, pretendia reforçar a noção de cidadania e fortalecer o poder do Estado como Nação. Isto porque, como tratado anteriormente, o patrimônio de “pedra e cal” era uma maneira de documentar as versões oficiais da história nacional. E, o fato de se querer coletivamente preservar os edifícios históricos, documentos de um dado passado que se queria valorar, era

uma forma de buscar a coesão de um povo em torno de um mesmo passado, uma mesma história, um pertencimento coletivo (IDEM, p.59).

O termo monumento passou a ter uma significação maior do que se poderia imaginar. Alöis Riegl entendia como monumento uma obra criada pela mão do homem e edificada com o objetivo preciso de conservar sempre presente e vivo na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma nação ou de um destino (IDEM, pp. 50-51). Assim, pode-se dizer que o monumento era um “objeto criado” com claras intenções do Estado. Hoje, é automática a referência da palavra “monumento”, como obras que têm valor histórico e artístico.

Choay faz uma distinção da palavra e coloca duas formas de monumento: “monumento” e “monumento histórico”. O primeiro não tem destinação prévia e o segundo tem um fim evocativo.

... chamar-se-á monumento (histórico) tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças (CHOAY, 2001, p.18).

Assim, o conceito de monumento histórico aparece intimamente ligado à memória e por consequência ao conceito de patrimônio, pois esta condição de “patrimônio” só pode ser mantida pela memória, caso contrário, o monumento histórico perde seu sentido.

Os fundamentos da noção de patrimônio são encontrados no século XVI, originário da palavra grega – *mnémosynon*. O termo *mnémeion* refere-se à memória que advém do objeto por excelência. A partir do século XVII o termo foi difundido paralelamente à palavra latina *monumentum*, ligada à idéia de *obra do passado* ou *edificação comemorativa*. Patrimônio fica definido então como a produção humana em sua totalidade e estabelecendo uma relação dialógica com documentos, edificações, acervos e eventos de outras culturas até então desconsideradas pelas políticas de preservação (KERSTEN, 2000, p.33).

O conceito de patrimônio foi desenvolvido ao longo dos anos. Para Pedro Paulo Funari, a palavra pode assumir diversos sentidos, originalmente ela estava ligada à herança familiar e somente depois da Revolução Francesa é que se ampliou o conceito, passando a representar os monumentos de valor histórico (FUNARI, 2003, p.16).

Até a segunda metade do século XX, patrimônio se referia basicamente aos bens de “pedra e cal”, ou seja, aos monumentos de arquitetura. Eles eram vistos desvinculados do seu entorno e eleitos pelo Estado. Assim, “a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, o que envolve exclusões; também significa algo construído para ser uma representação do passado histórico”(IDEM, IBDEM). Esse primeiro momento então privilegiou o patrimônio “histórico-arquitetônico”.

No decorrer do século XX foram incorporados ao conceito o patrimônio “cultural” e o patrimônio “ambiental”, documentados nas Cartas e Convenções Internacionais. Com isso, pode-se dizer que “...por patrimônio cultural entendem-se os diferentes modos de vida e de expressão dos seres humanos, as manifestações materiais e imateriais que afirmam e promovem a identidade cultural de um povo.” (ZANIRATO, 2006, p.1)

Superou-se o conceito de monumento singular e de obra de arte e chegou-se a uma visão integrada dos bens culturais como todos elementos aos quais se atribuem um valor proporcionado pela cultura; esta entendida como “a consciência que uma comunidade humana coloca seu próprio viver histórico, e com a qual tende a assegurar a continuidade e o desenvolvimento da mesma” (GONZÁLES-VARAS, 2003, p.17).

A proteção desses bens patrimoniais passou a envolver medidas políticas, que definem que qualquer atividade de conservação ou de restauração sobre uma obra de arte ou sobre um bem cultural deve ter um planejamento crítico prévio do valor do objeto sobre o qual se pretende atuar (IDEM, p.23).

Isso nos leva a compreender como se atribui valor ao patrimônio, visto que ele está ligado à memória e a identidade de um determinado grupo de pessoas.

Alöis Riegl definiu alguns parâmetros acerca da atribuição de valor aos objetos patrimoniais:

Valor rememorativo: reconhecimento de pertencimento ao passado. Pode ser dividido em três:

- Valor de antiguidade – reconhecimento dos signos impressos pelo tempo sobre o monumento, valor conectado à memória – o que se aprecia no monumento é “a idéia de tempo transcorrido desde o surgimento, que revela de maneira palpável...”. Diferente do “valor histórico” que remete a um ‘saber’ para apreciar

um monumento, o “valor de antiguidade” é perceptível por todas as pessoas e não requer nenhuma experiência científica;

- Valor histórico – representa uma etapa determinada, um certo modo individual, na evolução de algum dos campos criativos da humanidade – produto do desenvolvimento das ciências históricas – “manter um documento o menos falsificado possível para a investigação histórico-artística poder completá-lo no futuro”.
- Valor rememorativo intencionado – “não permitir que esse monumento se converta nunca em passado, de que se mantenha sempre presente e vivo na consciência da posterioridade”.

Valor de contemporaneidade: são os valores que adquirem os monumentos com independência de pertencer ao passado. Dois tipos:

- Valor instrumental – é valor dado ao monumento levando em consideração a capacidade de satisfazer as necessidades materiais ou de utilização prática no presente.
- Valor artístico – valor subjetivo, estabelecido no momento presente determinado segundo a capacidade do monumento satisfazer as exigências da vontade moderna de arte (IDEM, pp.38-40).

A atribuição de valor aos bens, até meados do século XX, era feita pelo Estado, que atribuía valor ao que lhe interessava ressaltar. Quando este reconhecia valor a uma obra legitimava-a como patrimônio. Hoje, há outros entendimentos de valor, atribuídos, sobretudo, pela sociedade em função da identificação com um dado elemento do bem. Tornou-se possível requerer o reconhecimento e a salvaguarda de um dado elemento como um bem patrimonial, seja ele material ou imaterial, tangível ou intangível.

Entende-se como patrimônio “material” àquele construído, edificado, bens tangíveis. A nova categoria colocada como patrimônio “imaterial” ou “intangível” é representada pelos “lugares, festas, religiões, formas de medicina popular, música, dança, culinária, técnicas, etc” (GONÇALVES, 2003, p.24).

É possível ainda classificar os bens como “imóveis” e “móveis”, o primeiro representado pelos núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens

individuais. Os bens “móveis” são àqueles ligados às coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, arquivísticos, bibliográficos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A consolidação da idéia dos bens patrimoniais fez com que surgisse outra necessidade, o registro ou tombamento destas obras. Entende-se por tombamento ou tomo, o registro, de acordo com as normas legais, com o objetivo de proteger, controlar e guardar o bem.

As expressões “Livros do Tombo” e “tombamento” provêm do Direito Português, onde a palavra “tombar” significa “inventariar”, “arrolar” ou inscrever nos arquivos do Reino, guardados na “Torre do Tombo” (SILVA, 2003, p.34).

A grande dificuldade do tombamento é que ele sozinho não garante a integridade do bem. É necessário que haja a identidade da população com o bem tombado, para que se garanta a sua permanência para o futuro.

Vejamos então o processo pelo qual se deu a constituição de uma política patrimonial destinada a incluir a comunidade e Estado e a permitir maior participação popular na tomada de decisões sobre a conservação patrimonial. Isso requer uma breve análise das ações internacionais, de modo a ver como elas influenciaram a prática patrimonial no Brasil.

1.2.3. Discussão no Cenário Internacional – Ações para a Defesa dos Bens Culturais

Na Europa, o interesse pela preservação do patrimônio e pela recuperação das cidades aconteceu mais incisivamente depois da Segunda Guerra Mundial, em consequência da destruição de inúmeras cidades históricas (LAMBERINI, 2003, p.17). Embora em 1931, sob a ação da antiga Sociedade das Nações, na Conferência de Atenas tenha sido defendida a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade, foi apenas no contexto do pós-guerra que se desenvolveram abordagens mais abrangentes em relação à cultura (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.21). A partir de então, criaram-se políticas e leis para viabilizar e, sobretudo, realizar a recuperação dos centros históricos europeus. Para cada caso, foram feitas pesquisas históricas, sociais, econômicas e de transformações urbana e arquitetônica. Este procedimento foi necessário para conhecer o conjunto de relações que se estabelece, no presente, entre patrimônio e a população (GOULART, 2000, p.42).

Nesse contexto do pós-guerra também foi criada uma das instituições mais importantes para o patrimônio, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 1946 durante a Conferência de Londres. A UNESCO é uma organização intergovernamental vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em promover políticas de cooperação cultural e educacional. As principais decisões são tomadas na Conferência-geral, constituída pelos representantes dos Estados-membros da Organização, que se reúnem a cada dois anos (SILVA, 2003, p.55). A UNESCO ficou responsável pela organização mundial dos assuntos referentes ao patrimônio, sendo a principal promotora dos encontros da comunidade internacional para a criação, promoção e divulgação de instrumentos normativos, registrados através de convenções e recomendações relativos ao patrimônio mundial (RIBEIRO e ZANIRATO, 2008, p.3).

Essa organização atua de duas maneiras: promove a adoção de convenções e recomendações internacionais e estabelece movimentos de solidariedade internacional, especialmente campanhas para a salvaguarda dos monumentos. As convenções elaboradas sob o patrocínio da UNESCO são típicos tratados multilaterais. Elas impõem obrigações recíprocas entre os Estados contratantes, e suas disposições são rígidas, não podendo os Estados agirem de forma diferente (SILVA, 2003, pp.56-57).

As recomendações, ao lado das convenções, são instrumentos de cooperação cultural promovidos pela UNESCO. Elas são concebidas para influenciar o desenvolvimento de legislações e práticas nacionais em função de uma linha de conduta aceita internacionalmente. Os meios de solução apontados pelas recomendações manifestam-se em campos variados: medidas administrativas, técnicas, científicas, jurídicas, entre outras. As recomendações, diversamente das convenções, não prevêm hipótese de ratificação ou aceitação, os Estados devem submetê-las às suas autoridades competentes no prazo de um ano a contar do encerramento da conferência-geral que a aprovou (IDEM, pp.59-60).

Dentre os instrumentos de cooperação elaborados em conjunto pela comunidade internacional encontram-se as recomendações, resoluções e convenções. As recomendações têm um caráter pontual e sugerem medidas, sem um valor vinculativo. As resoluções levam os Estados-membros à adoção de medidas concretas. Elas, assim como as convenções, constituem o aparato jurídico que normatiza as relações entre países. As convenções são tratados multilaterais aprovados pelos Estados; são normas que impõem obrigações recíprocas aos

países contratantes e que devem ser ratificadas pelos governos signatários que assumem obrigações de executarem suas disposições em seu estrito termo (RIBEIRO e ZANIRATO, 2008, p.3).

Após a criação da UNESCO ficou mais evidente a participação do Brasil no cenário internacional na defesa de bens culturais, assim como a influência direta das resoluções e convenções nas políticas patrimoniais brasileiras. Isto porque além da normatização de medidas adotadas internacionalmente, a UNESCO, através do Fundo do Patrimônio Mundial, passou a constituir em um grande incentivo financeiro para que as comunidades participem, regulamentem e cumpram com as regras de tutela internacional.

Um dos primeiros documentos dessa ordem foi a Carta de Restauo ou Carta de Atenas, elaborada no congresso internacional que ocorreu em Atenas entre 21 e 30 de outubro de 1931, sobre “A Conservação dos Monumentos de Arte e de História”. Participaram do congresso e da elaboração da Carta os principais expoentes de restauração da Europa, entre eles Gustavo Giovannoni (LAMBERINI, 2003, p.114).

a) Carta de Atenas, 1931

A Carta de Atenas, considerada o primeiro documento de caráter internacional que expôs os princípios gerais sobre a conservação e restauração dos monumentos. Os princípios da carta correspondem ao restauro científico defendido por Gustavo Giovannoni, que foi um dos coordenadores da conferência (HERNÁNDEZ, 2002, p.296). A Carta de Atenas é um documento chave para compreender a situação europeia no campo do restauro no período entre guerras.

As principais definições foram: (IDEM, pp.297-298)

1. Não adianta um país sozinho querer preservar o seu patrimônio, deve haver uma ação conjunta, visto que “a conservação do patrimônio artístico e arqueológico da humanidade interessa a todos os Estados guardiões da civilização”;
2. Nos casos em que uma restauração pareça indispensável devido a deterioração ou destruição, a conferência recomenda que se respeite a obra histórica e artística do passado, sem prejudicar o estilo de nenhuma época. E quando for necessária uma intervenção que seja feita o mais honestamente possível, não procurando falsificar elementos;

3. Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados, cada vez que o caso o permita; os materiais novos necessários a esse trabalho deverão ser sempre reconhecíveis. Quando for impossível a conservação de ruínas descobertas durante uma escavação, é aconselhável sepultá-las de novo depois de haver sido feito um estudo minucioso;
4. A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas.
5. Recomenda-se um sistema de documentação, difusão e ação educativa. Vê-se necessário que se elaborem sistemas de documentação através da publicação de inventários dos monumentos históricos nacionais.

Essa Carta fez com que fosse possível tornar internacional alguns princípios sobre conservação e restauração de monumentos históricos e artísticos.

b) Carta de Veneza , 1964

A Carta de Veneza, também chamada de Carta Internacional para a Conservação e Restauração de Monumentos, procurou definir o sentido de “cidade histórica”, estabelecendo políticas e estratégias de preservação que fossem mais plurais. Foi uma tentativa de sensibilizar todos os países e fazer com que estes prestassem mais atenção ao estado de conservação dos monumentos. Devido aos princípios do restauro “científico” muitos monumentos que estavam em ruínas foram perdidos e foi necessário estabelecer uma nova concepção de restauro, o chamado restauro “crítico”, dentro dos princípios de Carbonara e Cesare Brandi. O Congresso que deu origem à Carta teve sete secções temáticas, na qual foram estabelecidos alguns princípios quanto a restauração e conservação de bens patrimoniais: (IDEM, pp.300-303)

1. Ampliação da noção de monumento histórico, que agora compreendem tanto criações arquitetônicas sozinhas quanto o ambiente urbano e a paisagem que seja fruto de uma determinada civilização, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. “Os ambientes monumentais devem ser objeto de

cuidados especiais com a finalidade de salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua utilização e sua valorização”.

2. Conservação e restauração de monumentos não têm outra função senão salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. Foram estabelecidas as regras sobre o que é conservação. “Antes de tudo consiste em realizar uma manutenção sistemática dos monumentos para que estes possam ser funcionais para a sociedade, porém procurando não alterar a distribuição e o aspecto do edifício e nem suas condições ambientais. E, em nenhum caso ele deve ser separado da história que é testemunho nem do ambiente em que se encontra.” Por este motivo, que quando se pretende consolidar um monumento e as técnicas tradicionais não servem mais, deve se recorrer às técnicas modernas, desde que já se tenha testado a sua eficácia cientificamente.

3. Com relação às escavações, deve-se assegurar que os elementos arquitetônicos ou objetos descobertos sejam protegidos de forma permanente. A priori está excluído qualquer trabalho de reconstrução, quando for necessária uma reintegração deve ser feita de maneira a se reconhecer os novos elementos.

4. Por último, deveria ser feita a documentação dos trabalhos de restauração, conservação e escavação realizados. Isto deveria ser feito através de fotografias, informativos públicos e críticas ilustradas.

De todos estes pontos se deduz que a Carta de Veneza sintetizou os princípios da Carta de Atenas, ampliando o conceito e seguindo novas correntes de pensamento com relação à restauração de monumentos e aos bens patrimoniais. Além disso, propôs normas que são utilizadas até hoje.

c) Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972)

Esta discussão realizada em Paris no ano de 1972 definiu basicamente o que é “patrimônio mundial da humanidade”, como comentam Zanirato e Ribeiro

Nessa ocasião a UNESCO expressou a compreensão de que a proteção de uma área não poderia se efetuar unicamente em escala nacional, devido à magnitude dos meios necessários para esse procedimento, que não raras vezes extrapolavam os recursos econômicos, científicos e tecnológicos de que os países que abrigavam os elementos patrimoniais eram detentores. A proteção deveria ser de toda a humanidade (RIBEIRO e ZANIRATO, 2008, p.6).

Assim, o conceito de “patrimônio mundial” se insere de forma definitiva no cenário patrimonial. Entende-se que as obras e expressões de interesse excepcional, e muitas vezes únicos, devem ser considerados pertencentes não apenas aos Estados, mas também a toda humanidade (IDEM, IBDEM). A UNESCO criou nessa ocasião um fundo de ajuda para os locais considerados patrimônio da humanidade, o que acarretou num grande número de pedidos de inclusão de lugares.

Ficaram também definidos nessa convenção os três grupos que se enquadram como patrimônio cultural: (HERNÁNDEZ, 2002, p.34)

- Os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções, isoladas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os lugares: obras do homem ou obras conjuntas do homem e a natureza, incluindo lugares arqueológicos que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

O patrimônio natural, considerado também digno de proteção foi agrupado em três outros grupos de bens: (IDEM, pp. 304-305)

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos dessas formações que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético e científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- Os lugares naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural.

Desta forma ficou estabelecido que a paisagem natural fazia parte do patrimônio mundial.

O Comitê do Patrimônio Mundial ficou responsável por definir uma lista onde estivessem presentes todos os bens que se enquadrassem nos parâmetros acima relatados. Da mesma maneira que cada Nação ficou responsável por “identificar, proteger, conservar, reabilitar e transmitir às gerações futuras o patrimônio cultural e natural” (IDEM, p.305).

d) Carta de Toledo ou Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas (1986).

Este documento foi um complemento à Carta de Veneza, em relação aos conjuntos históricos. A Carta de Toledo parte da constatação de que o fenômeno urbanístico e a “expressão material da diversidade das sociedades ao longo de sua história”, e, portanto, as cidades históricas, com seus centros e bairros, constituem a própria expressão dos valores das civilizações urbanas tradicionais (IDEM, p.321). Deve haver uma adaptação harmônica entre a cidade histórica e a cidade contemporânea.

A Carta de Toledo ainda faz uma proposta de como viabilizar a tutela das cidades e bairros históricos. Segundo ela, é necessário um plano de conservação, baseado em um estudo interdisciplinar, com dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos, sociológicos e econômicos. Isto é necessário para que se possa compreender o funcionamento, a memória e o possível futuro de uma cidade histórica.

e) Carta de Veracruz (1992)

Foi escrita na Cidade do México no dia 22 de maio de 1992 e tentou expor os critérios para uma política de atuação nos centros históricos da Ibero-América. Foram analisadas as situações dos centros históricos ibero-americanos e estabelecidos alguns princípios necessários para o desenvolvimento e manutenção dos mesmos. Segundo esse documento, todo centro histórico tem que estar amparado judicialmente. Para isso, a Carta propôs um modelo de gestão: (IDEM, p.335)

- Elaborar a planificação do centro dentro de uma perspectiva geral que contemple a cidade e o território;
- Propor um plano de etapas que estabeleçam as prioridades de atuação;

- Fazer com que o plano, as leis sejam cumpridas e que sofram manutenção se necessário. Promover a participação ativa da comunidade.

O último item foi destacado como o mais eficaz na conservação e preservação dos bens patrimoniais, porque com a participação ativa da sociedade e comunidade local é possível criar laços de memória com o patrimônio. E, desta forma, fazer com que ele seja preservado.

f) Recomendação Paris – 2003

Em 2003 foi realizada uma convenção para concretizar a necessidade de se preservar o patrimônio imaterial, entendido como as práticas, as representações, expressões, conhecimentos e teorias que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (RECOMENDAÇÃO DE PARIS)

Este fato ampliou definitivamente a noção de patrimônio cultural, que deixou de ser somente de “pedra e cal” para integrar também os conhecimentos e os saberes populares.

Todas estas medidas patrimoniais influenciaram de maneira direta os governos do mundo inteiro, e o Brasil esteve atento politicamente a estas questões, e seguiu a tendência internacional em participar e legislar sobre o seu patrimônio histórico com base nos entendimentos definidos internacionalmente. Por isso, cabe agora entender como as medidas internacionais interferiram na política brasileira instituída para a preservação dos elementos valorados como bem patrimonial e como o estado do Paraná se implementou esse entendimento.

2. A PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL NO BRASIL E NO PARANÁ

2.1. A Preservação do Patrimônio na Escala Nacional

As primeiras iniciativas patrimoniais no Brasil, segundo alguns autores, podem ser encontradas em uma correspondência enviada, em meados do século XVIII, à D. Luis Pereira Freire de Andrade (governador da capitania de Pernambuco) por D. André de Melo e Castro (vice-rei do Brasil) que manifestava o desejo de impedir a transferência de instalações militares para o “Palácio das Duas Torres”. A alegação era de que tal feito geraria a ruína do palacete e o uso inadequado de suas luxuosas instalações; o então vice-rei solicitou a permanência dos soldados no antigo quartel (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.42). A partir deste fato, ocorreram “iniciativas pontuais de conservação, até 1923, quando foi sugerida a criação de uma inspetoria do patrimônio histórico dos Estados brasileiros.” (PORTUGUEZ, 2004, p.8)

No início dos anos 1930 começavam a se propor leis referentes ao patrimônio,

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1934, por exemplo, declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.44).

Esta disposição foi sancionada na Constituição de 1937, abrindo e viabilizando no Brasil os primeiros processos de tombamento através do Decreto-lei n.25/1937. O órgão que usava como instrumento está lei era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

Para explicar a trajetória patrimonial Maria Cecília Londres Fonseca dividiu o processo no Brasil em duas fases distintas: o “momento fundador” e o “momento renovador”. A primeira fase vai até a década de 1970, é considerada o momento fundador, no qual a política era baseada na preservação quase que exclusiva de bens cristalizados em “pedra e cal”, representados pela arquitetura luso-brasileira, principalmente as obras do barroco brasileiro. Neste período a arquitetura considerada de valor era aquela ligada ao período colonial, uma vez que nela se via estampado as

nossas raízes portuguesas, a nossa história a partir da colonização européia. Houve uma revalorização deste tipo de estética e muitos arquitetos, como Lúcio Costa, trabalharam com a arquitetura neocolonial (FONSECA, 1997, p.15).

A arquitetura eclética, típica da primeira República, era considerada de pouca importância. Este fato fez com que muitas obras importantes do ecletismo não fossem conservadas. Apenas três obras deste período foram consideradas patrimônio. É importante atentar para o fato que a maior parte da arquitetura histórica das cidades brasileiras está ligada justamente ao ecletismo, pode-se citar como exemplo as cidades do Paraná, como Curitiba, Castro, Antonina, Paranaguá, que têm edificações resultantes do grande avanço econômico e social ocorrido na primeira República. “O ecletismo foi um marco simbólico desse período, amplamente utilizado por uma burguesia em busca de referenciais” (SUTIL, 1996, p.7).

A segunda fase é considerada como “momento renovador”, na qual se buscava ir além da arquitetura colonial e barroca para preservar outros tipos de bens patrimoniais, antes considerados sem interesse. Essa fase foi influenciada pelas políticas internacionais, que buscavam sair da idéia de patrimônio como um bem isolado e único, expandindo para a inteira malha urbana e para os bens “imateriais” (FONSECA, 1997, p.15).

2.1.1. Primeira Fase – Momento Fundador

As políticas administrativas do governo brasileiro na década de 1930 começaram a se preocupar com o estado de conservação dos seus centros históricos e com a necessidade de perpetuação do mesmo. A noção de patrimônio histórico e artístico nacional aparecia como categoria jurídica na Constituição de 1934, no art. 10.

Art. 10 – Compete concorrentemente à União e aos Estados:

III. proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte. (FONSECA, 1997, p.32)

Algumas medidas foram tomadas a fim de consolidar a idéia de patrimônio. No primeiro quartel do século XX surgiam as primeiras iniciativas e artigos que expunham a importância de se preservar o patrimônio colonial brasileiro. Uma das primeiras respostas a este movimento foi a criação de Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco

(1928). As iniciativas em nível federal aconteceram com os Museus Nacionais “o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio surgiu no Museu Histórico Nacional, por iniciativa de seu diretor, Gustavo Barroso”. Assim, em 1934, foi criada a Inspetoria dos Monumentos Nacionais, os princípios desta instituição eram norteados dentro de uma perspectiva “tradicionalista e patriótica” (IDEM, pp.102-103). Devido a atuação restrita desta instituição ela foi desativada em consequência da criação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, no governo de Getúlio Vargas.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936, deve ser analisada à luz de dois fatos que marcaram a vida cultural e política do Brasil na primeira metade deste século: o movimento modernista e a instauração do Estado Novo, em 1937, corolário da Revolução de 30. (IDEM, p.87)

O movimento modernista no Brasil buscava a renovação e criticava o passado e a linguagem acadêmica, tinha como proposta a “revolução” artística. Baseados no panorama internacional, que estava rompendo com a estética e padrões convencionais, os intelectuais brasileiros acreditavam que as grandes nações que conseguiram este rompimento eram aquelas que tinham uma identidade nacional, como a França. Assim, o interesse pelo patrimônio estava ligado à busca de uma identidade da nação brasileira. O objetivo era criar uma cultura nacional homogênea, que propiciasse a identificação dos cidadãos com a nação.

O desejo dos modernistas era inscrever a nossa identidade, conferindo-lhe forma e delineando limites, posto que ‘não marcar nenhum contorno seria retirar aos objetos sua identidade. Marcar apenas um, seria sacrificar a profundidade. (JUSTINO, 2002, p.21)

Segundo Maria José Justino, o movimento moderno surgiu com intelectuais, principalmente nas áreas das artes plásticas, literatura e arquitetura. No entanto, o modernismo brasileiro ultrapassou as fronteiras do estético para tornar-se um projeto político. A temática da modernidade no Brasil começa com a brasilidade, conceito que se aproxima de nacionalismo, mas que impõe uma forte diferença, já que a brasilidade afirma o regional (singular) sem abandonar a universalidade (IDEM, pp.19-20). Assim, surgiram vários movimentos regionais que buscavam a “identidade”.

Um dos maiores nomes do modernismo foi Mario de Andrade, intelectual e literato brasileiro. Ele assumiu em meados da década de 1930 a direção do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. (FONSECA, 1997, p.88)

Já em 1936, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, preocupado com a preservação do patrimônio cultural brasileiro, pediu a Mario de Andrade a elaboração de um anteprojeto de Lei para salvaguarda dos bens. Em seguida, confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio (SPHAN – atual IPHAN) (KERSTEN, 2000, p.17).

Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o Decreto-Lei nº25, que organizava a “proteção” do patrimônio histórico e artístico e nacional. Os bens ligados à “identidade brasileira” estavam representados pelo legado colonial luso-brasileiro. Este texto pretendia regulamentar os direitos e os deveres com relação ao patrimônio a serem observados tanto pelo Estado quanto pelos cidadãos. Este decreto-lei foi decisivo para a proteção do patrimônio brasileiro, na medida em que submeteu o instituto da propriedade privada ao interesse coletivo (sob a ingerência do Estado), viabilizando assim os processos de tombamento (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.44).

Não se pode esquecer da importância da Carta de Atenas nessa conjuntura, que difundiu um entendimento de que todo o país possuía um bem patrimonial incomparável e que os países deveriam adotar políticas e metodologias para preservar os seus bens patrimoniais. A criação do SPHAN foi um resultado deste pensamento. O órgão se encarregaria da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais em todo o território brasileiro. (IDEM, p.45)

A partir da criação do SPHAN surgiram leis referentes à Conservação e Restauração dos Monumentos Históricos e Artísticos. Entretanto, estas leis tenderam a privilegiar os edifícios considerados de maior importância nacional, devido à falta de recursos financeiros para realizar projetos. (GOULART, 2000, p.192)

Os bens considerados patrimônio nacional eram aqueles que se expressavam nos monumentos e edificações do Brasil Colonial.

Os bens reconhecidos eram os oriundos da colonização portuguesa ou gerados em seu interior: aqueles pertinentes aos povos indígenas e aos diferentes grupos étnicos que compunham a população escravizada foram desconsiderados. (KERSTEN, 2000, p.62)

A consequência deste fato foi um número muito grande de edifícios e de obras artísticas em geral, de grande importância regional, mas de valor relativo no plano nacional, que foram condenados ao abandono, à destruição ou descaracterização (GOULART, 2000, p.194).

A Carta de Atenas também fez com que fosse oficializado o primeiro monumento histórico brasileiro “a cidade mineira de Ouro Preto. Em 1933, mediante o Decreto nº 22.928, a cidade foi transformada em *monumento nacional*.” (KERSTEN, 2000, pp.78-79)

Esse entendimento de que a proteção se circunscrevia aos monumentos que expressavam um passado glorioso e vinculado às raízes portuguesas prevaleceu até a metade do século XX, e foi modificado gradualmente ao longo dos anos que se seguiram, no chamado por Maria Cecília Londres Fonseca, “momento renovador”.

2.1.2. Segunda Fase – Momento Renovador

As políticas internacionais voltadas para a preservação dos bens considerados patrimônio mundial aos poucos criaram meios para implementar e ratificar as idéias referentes à Carta de Atenas, que se mostrava ainda muito restrita em relação a algumas questões. A restrição mais evidente e importante era a atenção voltada exclusivamente para o patrimônio de “pedra e cal”.

O conceito de patrimônio, até a Carta de Veneza em 1964, se restringia aos objetos tangíveis, em geral, edifícios considerados de grande importância. A mudança do conceito de patrimônio se estendeu do monumento isolado para a inteira malha urbana.

Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais, ele agora compreende aos aglomerados de edificações e a malha urbana: aglomerados de casas e bairros, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjunto de cidades, como mostra ‘a lista’ do Patrimônio Mundial estabelecida pela Unesco. (CHOAY, 2001, p.13)

O Brasil acompanhou este desenvolvimento internacional e se “modernizou” em relação ao pensamento inicial, que tratava como patrimônio apenas bens isolados. A partir da década de 1970, houve uma contestação nacional com relação ao que era definido como patrimônio. Os critérios até então vigentes eram considerados elitistas

e relapsos em relação ao patrimônio popular. Houve a necessidade de serem definidos novos interesses patrimoniais.

O próprio Mário de Andrade admitia o caráter elitista das primeiras ações patrimoniais e reconhecia que a política patrimonial deveria ser daquela maneira para um “acerto político” ainda que não correspondesse ao seu ideal de serviço de patrimônio (FONSECA, 1997, p.107). Para ele, o ideal era que o patrimônio popular também pudesse fazer parte.

Sem dúvida, no seu anteprojeto Mário de Andrade desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, os preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito – arte – manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção. (IDEM, p.108)

Outra diferença fundamental da primeira para a segunda fase da formação das políticas patrimoniais no Brasil é que, primeiramente, quem elegia o que era ou não patrimônio eram os órgãos “especializados”. Com a transformação do pensamento patrimonial, qualquer pessoa poderia requerer o tombamento de um bem, através de um pedido formal às autoridades. Isto mostra a possibilidade de participação popular no processo de tombamento, fato que se tornou extremamente importante para garantir a permanência do patrimônio para o futuro.

Até a década de 1970, os bens tombados se referiam à arquitetura: “foram tombados, até o final de 1969, 803 bens, sendo 368 de arquitetura religiosa, 289 de arquitetura civil, 43 de arquitetura militar, 46 conjuntos, 36 bens imóveis, 6 bens arqueológicos e 15 bens naturais.” (IDEM, p.125)

A partir de então, o quadro se modificou, foi incorporado ao patrimônio nacional fazeres populares, crenças, comidas típicas e outros bens “imateriais”.

Mas, o fato é que, comparados às menções relativas à cultura nos textos constitucionais anteriores, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 constituíram um inegável avanço, no sentido de tratar da questão cultural de forma mais abrangente e matizada. A noção de patrimônio cultural foi ampliada, os direitos culturais foram mencionados (embora não explicitados, o que dificulta a compreensão de uma noção nova) e a sociedade surgiu ao lado do Estado como sua parceira na promoção e na proteção da cultura. Outro indicador do lugar da cultura no texto constitucional foi a inclusão, no artigo relativo às ações populares (art.5º), da proteção ao “patrimônio histórico e cultural”. (IDEM, p.156)

Outro fator importante para a modificação do pensamento patrimonial brasileiro foi a dificuldade que o SPHAN, na década de 1960, sentiu em manter e realizar os seus objetivos, principalmente depois da morte de Rodrigo Melo Franco de Andrade. E foi à UNESCO que o órgão recorreu a partir de 1965, para reformular e reforçar a sua atuação. Assim o SPHAN passou a trabalhar dentro das diretrizes da UNESCO, “que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores e conciliar interesse; ou melhor, que procura demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo contrário, são compatíveis.” (IDEM, p.160)

Este fato foi fundamental para inserir de forma definitiva a política patrimonial brasileira no cenário internacional do patrimônio histórico. A partir deste momento foi possível uma participação mais efetiva do Brasil nas reuniões internacionais. Algumas medidas foram tomadas para que os órgãos competentes fossem mais atuantes e eficazes nas suas funções.

No ano de 1979, ocorreu a fusão dos órgãos que tratavam do patrimônio: SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), PCH (Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas) e Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). O PCH tinha o objetivo de criar infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para as regiões do Nordeste. Inicialmente o programa se limitou a essa região, mas depois se estendeu para o Sudoeste até enfim se fundir com os outros órgãos. O CNRC não queria eleger símbolos da nação ou reconhecer e divulgar as tradições brasileiras, este órgão buscava indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais (IDEM, pp.161-163).

Reuniam-se assim, numa só instituição, os recursos e o Know-how gerencial do PHC, o prestígio e a competência técnica do IPHAN e a visão moderna e renovadora do CNRC. Foi criada uma nova estrutura: órgão normativo – a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e um órgão executivo – a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). (IDEM, p.175)

Aos poucos o Brasil se organizava para preservar o seu patrimônio histórico. Outro passo importante para a organização da política patrimonial brasileira foi a Constituição de 1988, que passou a privilegiar não somente o patrimônio construído,

mas também os bens imateriais e naturais em consonância com os ditames da UNESCO e do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).

O PNUMA, estabelecido em 1973, é a agência do Sistema ONU responsável por catalisar a ação internacional e nacional para a proteção do meio ambiente no contexto do desenvolvimento sustentável. Seu objetivo é prover liderança e encorajar parcerias no cuidado ao ambiente, inspirando, informando e capacitando nações e povos a aumentar sua qualidade de vida sem comprometer a das futuras gerações.

A proteção do patrimônio natural no Brasil ficou sob a responsabilidade da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973, no âmbito do Ministério do Interior, e logo após a Conferência de Estocolmo de 1972. A SEMA recebeu a incumbência de administrar os recursos ambientais e controlar as estações ecológicas e as áreas de proteção ambiental. Em 1989 a SEMA foi transformada no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Em 1992 foi finalmente instituído o Ministério do Meio Ambiente, que passou a coordenar a conservação e a preservação de ambientes naturais na escala Federal. Ainda no âmbito do patrimônio natural, a Lei 9985 de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que passou a definir o conjunto de áreas a serem protegidas seja no âmbito federal, estadual ou municipal (RIBEIRO e ZANIRATO, 2008, p.6).

No Brasil, o escritório do PNUMA foi instalado em 1991 com objetivos claros de desenvolver alternativas para a conservação ambiental.

A proteção ao patrimônio cultural e natural no Brasil foi favorecida de maneira mais intensa a partir da Constituição de 1988, que trouxe várias inovações, que podem ser vistas nos artigos 215 e 216

O artigo 216 utiliza a expressão 'patrimônio cultural', dando-lhe conteúdo, ao especificar os bens culturais que ele abriga – 'os bens da natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira' -, para, a seguir, enumerá-los nos incisos daquele mesmo dispositivo. (SILVA, 2003, p.121)

A Constituição de 1988 abandonou a noção de monumentalidade que dominava as constituições anteriores, passando a ser mais abrangente e preocupada em preservar qualquer tipo de patrimônio, seja ele material, imaterial ou natural.

Outra inovação importante encontra-se no inciso V do artigo 216. As Constituições anteriores apenas faziam referência aos monumentos ou obras 'históricas' ou 'artísticas'. Nesse aspecto, a atual Constituição amplia o universo dos bens culturais imóveis, conferindo-lhes maiores qualificações, ao reconhecer os conjuntos urbanos e sítios também de valor paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (IDEM, IBDEM)

Esta Constituição ainda tratou pela primeira vez de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de proteger e preservar o patrimônio. Foi uma forma legal de fazer com que as necessidades patrimoniais fossem cumpridas. Entretanto, infelizmente as medidas legais não têm sido respeitadas de modo a proteger o patrimônio brasileiro. Isto acontece por uma série de fatores, mas os dois principais e mais freqüentes são: a falta de entendimento entre os órgãos competentes e a falta de identificação das pessoas com os bens patrimoniais. Este último fator vem sendo modificado pela busca da participação popular nos processos de tombamento.

A Constituição Federal de 1988 consagra a tutela dos interesses difusos relativos aos bens culturais, via ação popular: 'Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência'. São requisitos da ação popular: ajuizamento por qualquer cidadão, ou seja, por pessoa no gozo dos seus direitos políticos; ilegalidade de ato do poder público, e lesividade desse ato ao patrimônio público. (IDEM, p.146)

Em resumo, estão inseridos na categoria de bens patrimoniais, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. O Ministério da Cultura ficou responsável por formular e operacionalizar a política patrimonial, ou seja, criar instrumentos e mecanismos para possibilitar a proteção, a preservação e a difusão do patrimônio cultural brasileiro. Entre eles o inventário, o registro, a vigilância, o tombamento, a desapropriação e outras formas de acatamento e preservação (RIBEIRO e ZANIRATO, 2008, pp.13-14).

Através deste percurso histórico das instituições e órgãos que gerenciam, elegem, legitimam e tutelam o patrimônio cultural e natural brasileiro pode-se concluir que o país seguiu as orientações internacionais e modificou o seu conceito de patrimônio e passou a contar com a participação popular neste setor. Isto porque

...era preciso que as comunidades passassem a participar do processo de construção e de gerenciamento da produção cultural brasileira, inclusive do patrimônio cultural. É pela via da participação social – e não mais pela da seleção rigorosa de bens de valor excepcional – que se vai buscar legitimar a política de preservação dos anos 80. (FONSECA, 1997, p.181)

Assim, a partir da década de 1980 o Brasil passou a contar com uma normativa mais adequada à conservação do patrimônio cultural e natural, e passou a considerar como patrimônio, tanto o elemento construído quanto o imaterial ou natural.

2.2. A Preservação do Patrimônio no Paraná

A política patrimonial no Paraná seguiu a orientação nacional e também buscou vínculos de “identidade”. Foi necessário definir os bens que deveriam ser tombados, logicamente escolhidos pelo governo. A intenção era de se criar uma identidade paranaense.

Já no primeiro quartel do século XX percebe-se uma busca pela identidade regional. Dentro desse contexto situa-se o paranismo, movimento feito por intelectuais e artistas que buscavam elementos que identificassem os paranaenses. Alguns símbolos foram definidos como típicos do estado, como a araucária e elementos ligados a ela, como o pinhão. Assim, na década de 1920 surgiu um movimento artístico e intelectual chamado de “paranismo”, com o objetivo claro e com pouca fundamentação histórica de criar, literalmente, o símbolo do Paraná. Por seu porte, a araucária exprimiria ainda a grandiosidade do Paraná, conforme observa Irã Dudeque

O clima (do Paraná) também era grandioso, e fazia possível existir o pinheiro do Paraná, araucária angustifolia, uma conífera gigantesca que, adulta, tem tronco reto encimado por uma copa circular que a torna parecida com uma taça. Como o tronco é reto e a copa é empinada, isso seria indício de solenidade, fleuma, altivez e ‘rectitude de caráter’. Como cresce sempre em linha reta, mostrava destemor, confiança, coragem e força. Como pode durar para além de

um século, era em símbolo de perenidade. Como tem braços abertos, significava a hospitalidade dos paranaenses. (DUDEQUE, 2001, pp.59-60)

Vale a pena salientar que o paranismo se restringiu basicamente à capital e regiões próximas. O norte do Paraná, por exemplo, praticamente não fez parte deste movimento, até porque a maioria das cidades ainda estava em formação.

A grande dificuldade paranaense na perseguição da identidade era a variedade étnica, cultural e territorial. Era necessário buscar as raízes e resgatar a história do Estado para que pudesse ser criada a identidade. O patrimônio, como já foi dito antes, está intimamente ligado à noção de “memória” e “cultura” de um povo. A narrativa historiográfica na explicação dos bens patrimoniais paranaenses enfatizou a busca pelo ouro e os diferentes caminhos trilhados para esse fim como responsáveis pela sementeira, no espaço e no tempo, de homens e cidades. (KERSTEN, 2000, p.18)

Os chamados ciclos econômicos paranaenses foram a base para a escolha dos bens patrimoniais, primeiramente o ciclo do ouro, depois o espaço de passagem do comércio de gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo. “As marcas impressas pelos ciclos econômicos foram exaustivamente procurados na arquitetura de edifícios públicos, de igrejas, capelas, casas de fazenda e cidades, inventando uma memória histórica”(IDEM, p.19).

O patrimônio de “pedra e cal”, seguindo a tendência nacional e internacional, foi privilegiado no Paraná, na primeira fase da política patrimonial.

...a invenção do conjunto patrimonial tombado no Paraná inventa também o Estado e dá contornos à nova Província, que nasceu em 1853. A perspectiva historiográfica privilegiou a dimensão cronológica de registrar, conservar e transmitir o passado, acabando por considerar a população autóctone como povos sem história e conseqüentemente com pouco ou nenhum patrimônio a preservar. (IDEM, pp.17-18)

A busca pelas tradições e patrimônios do Paraná fez com que se pensasse em uma grande prospecção na capital, Curitiba, e na região litorânea. “O governo provincial mapeou a cidade edificando sedes de órgãos públicos e criou diversas instituições para a preservação de acervos e documentos” (IDEM, p.112). Assim, no final do século XIX e início do século XX, surgiram diversas instituições, como a Biblioteca Pública, Arquivo Público, Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, Museu Paranaense, Universidade do Paraná, entre outros.

No ano de 1935, o governo estadual criou e instalou o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense – CSDPC, mediante a Lei nº 38/35, o primeiro da América Latina (IDEM, p.124), sendo o Paraná um dos pioneiros nesse sentido no país. Este conselho pretendia implementar um projeto patrimonialista, criando e regulamentando diversos órgãos como a Casa de Alfredo Andersen, Escola de Belas Artes, entre outros. Além disso, eles pretendiam divulgar a literatura, música e artes paranaenses. Entretanto, devido a problemas políticos este conselho durou somente até o ano 1937.

Apesar do Paraná ter sido um dos Estados pioneiros no tema dos bens patrimoniais, medidas normativas para a conservação patrimonial começam a ser tomadas somente no final da década de 1940, quando foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná.

Na Secretaria de Educação e Cultura, dirigida por Loureiro Fernandes, foi criada a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná – DPHAC, pela Lei nº 112, de outubro de 1948, com prerrogativas de Secretaria de Estado, promovendo [...] a defesa e restauração dos monumentos e objetos artísticos e históricos regionais e a conservação das paisagens e formações naturais características do Estado. (D.O. nº 194, de 19.10.1948).” (IDEM, p.132)

Entretanto, a suposição de que criados os vínculos legais fossem tomadas medidas efetivas, na prática, não aconteceu. Durante toda a década de 1950 não houve processo de tombamento no Estado. Os primeiros tombamentos ocorreram apenas na década de 1960, seguindo os parâmetros adotados pelo Serviço do Patrimônio Federal. Foram tombados os dois primeiros bens patrimoniais sacralizados pelo Estado, as Igrejas de São Francisco das Chagas e a de São Benedito, ambas em Paranaguá, por solicitação da Diocese, proprietária dos bens (IDEM, p.139).

Após a Conferência de Paris de 1972, organizada pela UNESCO, o Paraná procurou seguir as recomendações e implementar ações municipais importantes, como o estabelecimento de áreas urbanas de interesse histórico e paisagístico em Curitiba e na Lapa. No final da década de 1970, as atividades culturais ganharam um novo estatuto. Foi criada a Secretaria da Cultura, e nela, em substituição à antiga Diretoria de Assuntos Culturais, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, responsável pela elaboração dos suportes técnicos dos processos de tombamento e preservação, assessoria técnica e fiscalização dos bens tombados (IDEM, p.144). Assim, na década

de 1970 foram tombados no estado 48 bens, entre eles o Museu do Tropeiro em Castro, no ano de 1978. Além disso, a grande novidade foram os tombamentos de bens naturais, como árvores e paisagens.

A partir deste momento, o Conselho do Patrimônio Paranaense optou por trabalhar em torno de linhas culturais, seguindo os ciclos históricos da economia. Foram desenvolvidos alguns projetos neste sentido, entre eles A História do Tropeirismo no Sul do Brasil, que gerou três publicações da série Cadernos do Patrimônio, editado pela Secretaria de Estado da Cultura: Fazenda Capão Alto (1983) que abordou a economia campeira na região de Castro; A Represa e os Colonos (1986), que tratou do alongamento de parte da região centenária colônia polonesa de Tomás Coelho em Araucária e o terceiro caderno Lapa: um passeio pela memória (1993), que registrou o processo de tombamento do Setor Histórico da cidade, efetivado em 1990 (IDEM, p.147).

Este último caderno estabelecia regras sobre como deveria ser o procedimento de restauração e uso das edificações dentro do centro histórico. Fato que a Secretaria da Cultura e o Estado têm perseguido desenvolver em outras cidades, como no caso de Castro, que em 2004 estava passando pelo processo de tombamento e legislação do seu Centro Histórico e Áreas de Interesse. Este processo foi interrompido por questões políticas e sociais.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a Secretaria de Cultura incentivou pesquisas e ações em diferentes áreas, num trabalho multidisciplinar, com o apoio técnico de outras secretarias. Alguns municípios, como Antonina, Palmeira, Castro, São Mateus do Sul, Morretes e Jacarezinho, criaram Associações de Preservação do Patrimônio (IDEM, p.148).

Conforme o disposto na Constituição de 1988, que reforçava a importância do patrimônio cultural, a Constituição do Estado do Paraná salientou a cultura “como direito de todos e manifestação da espiritualidade humana” e definiu no artigo 191 que “os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura no Paraná constituem patrimônio comum que deverá ser preservado através do Estado com a cooperação da comunidade.” (IDEM, pp.149-150)

A partir desta Constituição, os municípios com mais de vinte mil habitantes ficaram obrigados a desenvolver Planos Diretores, que devem avaliar todos os aspectos da cidade e da região rural, inclusive os aspectos ligados ao patrimônio.

Castro, objeto desta pesquisa, está em processo de avaliação e aprovação do seu Plano Diretor, aspecto que será abordado no último capítulo.

Enfim, a política patrimonial no Paraná primeiramente se restringiu às unidades de arquitetura consideradas de importância histórica e, na medida em que foi modificando o entendimento do que seria o patrimônio cultural de um povo, e que foram criadas instituições e órgãos competentes para a avaliação do patrimônio, o conceito e as ações foram modificadas. Passou-se a privilegiar a diversidade étnica paranaense, as diferentes culturas presentes no Estado, o patrimônio natural, como também a produção “imaterial”, identificada como essencial para a formação dos espaços e dos bens patrimoniais.

Vejamos então como a política de proteção tem sido aplicada no interior do estado do Paraná, a partir da análise dessa política em uma cidade paranaense: Castro.

3. CASTRO: História e Memória

3.1. Aspectos Gerais

A cidade de Castro está localizada no Estado do Paraná, área que, em época colonial, fazia parte do Brasil meridional. Possui atualmente 63.581 habitantes, sendo que 43.250 estão na Zona Urbana (DADOS GERAIS, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008).

No final do século XVIII o engenheiro militar João da Costa Ferreira, um português que chegara ao Brasil em cerca de 1780, como capitão de infantaria para servir a Capitania de São Paulo, ficou encarregado da realização de um levantamento corográfico e hidrográfico, da costa da Capitania de São Paulo, a partir da Capitania do Rio de Janeiro até a extremidade sul (REIS FILHO, 2001, p.381). Ele “tinha o curso de matemática e já se destacara em Portugal em numerosos trabalhos de engenharia, inclusive na reconstrução de Lisboa, depois do terremoto de 1755.” (TELLES, 1994, p.73). Estes levantamentos eram necessários para se conhecer o território e para delegar poderes aos “proprietários” destas áreas.

Em 1534, o rei de Portugal D. João III havia dividido o Brasil em capitanias hereditárias. O litoral sul ficou dividido em quatro capitanias, doadas a dois donatários: Martim Afonso de Souza e seu irmão Pero Lopes de Souza. Ao último pertencia dois terços da ilha de São Sebastião até a barra de São Vicente, barra de Paranaguá até encontrar a linha imaginária e delimitadora de Tordesilhas, na altura de Laguna, no atual estado de Santa Catarina. Todo este território ficou sendo a parte meridional da colônia portuguesa (MARTINS, 1995, pp.54-55).

Na ocasião do levantamento feito pelo engenheiro João da Costa, o atual território do estado do Paraná ainda pertencia à Província de São Paulo³ (a emancipação ocorreria no Império, em 1853). O trabalho realizado foi de tão boa qualidade e precisão que foi copiado e reutilizado diversas vezes.

No período da União das Coroas de Portugal e Espanha (1580 – 1640) houve um avanço de ocupação na direção do litoral sul, inicialmente com atividades de mineração em Paranaguá.

³ São Paulo foi Capitania até 1824, quando se tornou Província.

Ainda no século XVII, o povoamento avançou em direção ao sul, com a fundação da vila de São Francisco do Sul (1660), já em território do atual estado de Santa Catarina, e da Colônia do Sacramento, em 1680. Localizada no planalto, a povoação de Curitiba foi elevada à categoria de vila em 1693. No século XVIII foram fundadas três vilas, sendo duas delas no litoral – Guaratuba (1771) e Antonina (1797) – e a terceira no planalto – Castro (1798) (REIS FILHO, 2001, p.380).

A ocupação na região paranaense teve início pelo litoral, através da busca pelo ouro ainda no século XVII, assim foram fundadas cidades como Paranaguá e Curitiba.

O início da ocupação nos Campos Gerais do Paraná data das primeiras décadas do século XVIII. O governo preocupado em manter a sua ocupação e se proteger das invasões espanholas instituiu uma lei que dava como exclusiva a criação de gado para o Rio Grande do Sul. Assim, com a necessidade de se levar comida e transporte para as regiões de Minas Gerais, onde havia sido descoberto o ouro por volta de 1690, foi aberta uma estrada que ligava Viamão (RS) a Sorocaba (SP) para o gado ser transportado (LICCARDO, 2004, p.10).

Desta forma, o Paraná passou a ser caminho da passagem dos tropeiros que transportavam gado pelo Caminho de Viamão. Ao longo desta estrada de tropeiros formaram-se os chamados locais de “pouso”, aparecendo cidades como Castro, Lapa, Ponta Grossa e outras.

3.2. Antecedentes Históricos

No sul do Brasil a formação de novas vilas se deu graças ao trabalho de Luís Antônio Botelho de Souza Mourão, o Morgado de Mateus, quando ele assumiu o governo de São Paulo. “Pouco depois de assumir o governo de São Paulo, Souza anunciou suas intenções de reformar comunidades antigas, reunindo pessoas errabundas e estabelecendo novos núcleos urbanos por todo o Sul do Brasil.” (DELSON, 1979, p.73).

No final de 1766, Antônio de Souza escreveu uma carta ao Marquês de Pombal, informando-lhe que havia mandado construir seis novas vilas em áreas vantajosas pela localização estratégica, conforto e fertilidade dos solos (IDEM, IBDEM). O objetivo do governador era fortalecer a economia e as defesas da capitania de São Paulo.

Neste processo foram instaladas as novas vilas e povoações que faziam parte do plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa. No atual Estado de São Paulo: São José do Paraíba (criada em 1767, hoje São José dos Campos), São João de Atibaia (1769), Faxina (1769; hoje, Itapeva), Mogi-Mirim (1769), Apiaí (1771), Itapetininga (1770). No atual estado do Paraná: São Luís de Guaratuba (1771); no atual estado de Santa Catarina: Nossa Senhora de Lages (1774). A estas, deve-se acrescentar, para o atual estado de São Paulo, as vilas de Sabaúna, próxima a Cananéia, a de São Luís do Paraitinga (1777) e a de Nossa Senhora da Escada (1767; hoje, Guararema). E, como povoações (freguesias), foram iniciadas as de Piracicaba, Ararapira, Santo Antonio da Barra de Paraibuna, Campinas, Santo Antonio do Registro (Lapa) e Sant'Ana do Iapó (Castro), as duas últimas no atual estado do Paraná e as demais no território paulista (PEREIRA, 2003, pp.6-7).

A cidade de Castro começou a sua formação como local de “pouso”, mas a abundância de pastagens na região favoreceu a atividade pastoril e atraiu criadores de gado e tropeiros. Este tipo de atividade culminou no surgimento de fazendas à margem da estrada Viamão-Sorocaba (LYRA, 1994, p.6). Ainda hoje, as principais atividades econômicas da cidade são a agricultura, pecuária e a extração de minérios.

O Pouso do Iapó estava localizado às margens do Rio com o mesmo nome. Este rio era navegável e ia diretamente para a Cidade de Corrientes, de domínio espanhol (ROSAS, 1968, p.21). Espanhóis e portugueses estavam em constante conflito pelo domínio das terras e busca de metais preciosos. Para tentar conter os conflitos foram feitos acordos de comprometimento de respeito mútuo, mas que geralmente não eram cumpridos. Marquês de Pombal (primeiro ministro de Dom José I, que governou de 1750 a 1777) preocupado em manter o seu domínio, entendeu que para isso era necessário consolidar e formar cidades

...sob a direção de Pombal, continuaram a pressionar os administradores do Brasil para ‘civilizarem’ as localidades mais antigas. As recomendações sobre a maneira de realizar isso compreendiam instruções relativas à ordem em que os novos prédios seriam construídos; antes de tudo, seria erigida a igreja; depois viria a residência do representante do governo (DELSON, 1979, p.53).

O governador e capitão general D. Luiz Antônio de Souza Botelho, considerando o Rio Iapó um perigo eminente de invasão espanhola, comunicou ao Marquês de Pombal a necessidade de serem tomadas providências a fim de reprimir

um ataque (ROSAS, 1968, p.16). Pombal ordenou a construção de uma igreja, sob o nome de Santa Ana do Iapó, com o objetivo de elevar o pouso à categoria de Freguesia

Para reforçar a vida do “pouso” do Iapó criou uma companhia de cavalaria, distribuindo patentes, organizando-a, preenchendo todos os postos, entregando o comando ao capitão Francisco Carneiro Lobo (IDEM, IBDEM).

A Igreja não estava nem mesmo concluída quando já se fazia o pedido de elevar à categoria de Freguesia, cuja ordem foi dada em 27 de janeiro de 1770. Por volta do ano de 1780, a Freguesia possuía uma população de 479 pessoas livres e 289 escravos. Em 24 de setembro de 1788, foi elevada à categoria de Vila. Em 20 de janeiro de 1789, foi levantado o pelourinho na Vila Nova de Castro, nome dado em homenagem a Martinho Mello e Castro (secretário dos Negócios Ultramarinos). Pela Lei nº 1 de 21 de janeiro de 1857, a Vila foi elevada à categoria de Cidade de Castro (IDEM, pp.20-34).

O governador desejava que as novas vilas não fossem simples ponto de reunião de moradores, mas fossem capazes de ostentar toda a sofisticação urbana e ordem de seu tempo (DELSON, 1979, p.73). Desta maneira, ordenou que todas as edificações fossem construídas no alinhamento a fim de compor um conjunto homogêneo. Estas especificações podem ser observadas nas posturas municipais, que foram criadas com um objetivo muito específico: organizar, sistematizar e criar uma hierarquia social dentro da cidade de Castro. Além disso, foram definidos os parâmetros para a transformação da paisagem natural.

Artº19 a nenhum Indivíduo será permitido, levantar cazas nas principais Ruas desta V^a sem q' fassão pela regularid^e, e elegância que tiverem os Edifícios daquela Rua, ou prassa em q'a Caza for construída (PEREIRA, 2003, p.147).

A citação acima é uma postura municipal do século XIX, feita para a cidade de Castro, e, é apenas uma dentre muitas que estabeleciam como as pessoas deveriam morar, viver e se comportar dentro da cidade. Nota-se uma imposição do modo como as pessoas deveriam construir as suas casas. Estas deveriam estar dentro do alinhamento predial previsto pelas autoridades e os habitantes ainda eram responsáveis por construir uma arquitetura que fosse bela e elegante. A transformação

da paisagem natural não foi aleatória, ela estava atrelada aos interesses de pessoas distintas. A cidade foi construída da maneira que era melhor para o poder. Assim escreveu Pereira

No século XIX, câmaras como as de Curitiba, Castro ou Ponta Grossa passaram a adotar posturas que, estabelecendo regras para a arquitetura das casas, proporcionassem uma regularidade 'e elegância' para as construções urbanas e, ao mesmo tempo, que impedissem a construção de choupanas (IDEM, p.16).

3.3. Formação das Vilas – Reforma Iluminista

No início da ocupação faltavam engenheiros militares no Brasil. A historiadora e arquiteta Beatriz Siqueira Bueno comenta que as Capitânicas periféricas e consideradas de pouca importância raramente recebiam serviços dos engenheiros (BUENO, s/d, p.56). São Paulo era uma dessas Capitânicas periféricas, o Paraná que pertencia ainda a São Paulo, recebeu pouca atenção no início com relação a forma de ocupação de suas cidades. Entre os motivos do pouco desenvolvimento do Sul até o século XVII estão (RHODEN, s/d, p.123):

- O Tratado de Tordesilhas que passava na altura de Laguna (atualmente em Santa Catarina). As cidades eram fundadas dentro deste limite;
- Era uma região de muitos embates entre portugueses e espanhóis;
- Portugal não tinha população suficiente para o povoamento do Brasil, como também, não tinha recursos financeiros.

Este quadro só se modificou a partir do segundo quartel do século XVIII, quando Portugal mudou a sua atitude com relação à Curitiba e Paranaguá, ambas pertencentes à Comarca de Paranaguá, e passou a intervir no desenvolvimento, até então aleatório, dessas antigas comunidades e na formação de novas vilas. Em viagem ao sul do território português, entre 1719 e 1721, o ouvidor real Raphael Pires Pardini, impôs alguns melhoramentos para a cidade de Paranaguá como observa a historiadora Roberta Marx Delson

No conjunto de ordens de remodelação emitido posteriormente para a cidade de Paranaguá, procurou-se fazer exatamente isso, daí em diante as ruas seriam traçadas a cordel, e as casas não seriam mais construídas no mato, mas concentrar-se-iam na própria cidade, pegadas mesmo umas às outras (DELSON, 1979, p.42).

Acreditava-se que as casas no mato estavam mais sujeitas aos ataques. Outra modificação requerida por Pardino foi de demolir a proliferação urbana defronte à Igreja Matriz, para que esta adquirisse mais destaque.

A população da Capitania de São Paulo no século XVIII era pouca e não tinha praticamente nenhum tipo de economia, havia a necessidade de aumento de lavoura e comércio. Assim, optou-se pela instalação de novas vilas para desenvolvimento da economia e para proteção militar da porção meridional da América portuguesa.

A partir de 1750, o Marquês de Pombal, preocupado em manter o domínio da colônia portuguesa, começou a consolidar e formar cidades. Isto resultou em uma nova política urbanizadora, que ampliava e dava coerência ao que já estava sendo realizado desde o início do século XVIII. Assim escreve Nestor Goulart Reis Filho “Pombal completou o trabalho de incorporação das capitanias à Coroa. Determinou a criação de novas capitanias nas regiões fronteiriças e a reorganização das antigas, nos pontos estrategicamente relevantes.” (REIS FILHO, 1994, p.500).

As cidades a partir da segunda metade do século XVIII passaram a ser desenhadas por engenheiros militares, dentro das regras pombalinas, que se baseavam na Lei das Índias, que preconizavam um traçado urbano extremamente regular. As Leis das Índias haviam sido outorgadas em 1573, no reinado espanhol de Filipe II e foram criadas a partir dos tratados renascentistas e clássicos (Vitruvius, Alberti e outros), da tradição medieval e dos conceitos de regularidade geométrica vigente na época. Estas leis foram aplicadas nas colônias espanholas desde o descobrimento (BENEVOLO, 2005, p.494).

O desenho das plantas militares era extremamente regular para atender a necessidades específicas como observa Beatriz Siqueira Bueno

Diferentemente do desenho fruto da pura contemplação, as plantas militares atendem a finalidades bastante precisas. Sendo possível representar de forma naturalista grandes extensões do território, foi necessário desenvolver um sistema de códigos para viabilizar o entendimento daquilo que interessava ressaltar (BUENO, s/d, p.55).

Ela ainda comenta sobre a implantação de comunidades e vilas na gestão pombalina no Brasil.

Nos tempos de Pombal, além de cinturão de controle do território, foram elas (vilas e cidades) instrumentos agregadores da população dispersa (para constituição das tropas de milícias) e dinamizadores da economia da cada região, bem como focos da distante ‘civilidade’ européia que se pretendia impor à ‘barbárie’ reinante (IDEM, p.58).

O sistema em malha de xadrez transmitia a imagem de “civilização” e “cultura européia”. Simbolicamente as cidades que tinham traçado urbano ortogonal transmitiam beleza, sofisticação, civilização e progresso.

...de forma evidente o quanto os engenheiros militares transpuseram para o traçado urbano das novas cidades brasileiras, no século XVIII, a carga simbólica da filosofia iluminista, contribuindo para sua divulgação e para o proselitismo do governo de Pombal (RHODEN, s/d, p.123).

E este foi um dos tantos motivos pelos quais o Marquês de Pombal adotou os métodos espanhóis para a formação de suas cidades. Roberta Marx Delson afirma que “quando as vilas eram promovidas a cidade, com frequência sofriam uma ampla remodelação urbana com a finalidade de lhes dar uma aparência consentânea com o seu novo título.” (DELSON, 1979, p.5)

3.4. As Fronteiras em Castro

A afirmativa de que a cidade de Castro foi formada com o objetivo de conter as fronteiras, ou melhor, conter os inimigos, no caso os espanhóis não é assim tão segura. Alguns pesquisadores acreditam que os motivos não teriam sido somente esses ou principalmente esses. Primeiramente porque a ameaça espanhola não era tão eminente quanto se dizia. Na realidade era mais uma estratégia política para consolidar o Estado Nação (DELSON, 1979, p.5).

Para se entender a situação das fronteiras e da cidade de Castro, pode ser feita uma comparação com a região de Rio Cuarto, na Argentina, onde o “reformismo borbônico” pode ser comparado com as reformas do Marquês de Pombal no Brasil.

Castro possuía aparentemente duas fronteiras: uma política e outra com a população preexistente. A primeira pretendia conter o avanço de inimigos para o território brasileiro. Este foi se definindo através da implantação e consolidação de vilas e cidades, tanto no litoral quanto no interior, como foi analisado no item anterior. O objetivo era a ocupação política e econômica do território, usando como pretexto o possível avanço espanhol. A segunda fronteira é a mais polêmica e a menos debatida, pois pouco se comenta nos estudos históricos sobre a população preexistente na região de Castro.

Na região de Rio Cuarto a principal questão sobre fronteira foi a criação de vilas a fim de se proteger contra a invasão e ataques dos índios que ali habitavam. É considerada uma fronteira interna. Sobre a ocupação da fronteira nesta região da Argentina, Carbonari comenta

Fue frontera desde la instalación de los españoles aunque recién hacia fines del siglo XVIII la región del río Cuarto, por su particular posición geográfica, comienza a adquirir relativa importancia en el contexto interregional. Zona periférica de campaña cordobesa que se transforma paulatinamente en un espacio estratégico necesario de controlar. El marqués de Sobre Monte, gobernador de la Intendencia de Córdoba del Tucumán (1783 – 1797), -y uno de los funcionarios representantes del absolutismo Ilustrado en América – en sus informes elevados respecto a su accionar, dará cuenta de la importancia de dominar la región por la necesidad de integrarla al mundo conocido colonial (CARBONARI, 1998, p.31).

A primeira vista a criação de um “cinturão humano” a fim de conter invasões nas duas situações pode parecer igual, pois as justificativas no Brasil eram manter o domínio e a proteção territorial, assim como em Rio Cuarto. No entanto, os objetivos portugueses e espanhóis foram distintos.

Na região de Rio Cuarto obviamente foi

...una mirada del ‘nuevo poder’ vinculado al ‘Reformismo Borbónico’ instalado que buscaba controlar los confines del dominio colonial español...y en este caso, el poder de construir un espacio social determinado: ‘la frontera sur’ para dominio y control del Estado Absolutista (IDEM, IBDEM).

O que é possível perceber de semelhança nos dois planos borbônico e pombalino é a influência da Ilustração nos projetos de ocupação e formação de

idades. Em ambos os casos se buscavam organizar o território a fim de manter o domínio e impor as idéias necessárias.

A “frontera sur” argentina foi, sobretudo, uma linha imaginária frente aos grupos étnicos que estavam do outro lado da fronteira, os índios. No Brasil, a fronteira foi uma maneira estratégica de manter o domínio político e econômico do território.

3.5. O Homem Tropeiro

Castro se formou como consequência da atividade tropeira no sul do Brasil. As suas características de cidade histórica derivam da ação e do pensamento destes homens dos séculos XVIII e XIX. Para entender um pouco melhor essa questão é necessário compreender o modo de viver e pensar deste homem tropeiro. Para isso será feita uma discussão entre duas obras do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* e *Caminhos e Fronteiras*, e a situação de fronteira e ocupação da região de Castro, no interior do Estado do Paraná. Ainda será utilizado como texto base a tese de Robert Wegner, *A Conquista do Oeste*, que fez uma análise das referidas obras de Sérgio Buarque de Holanda.

Apresentar este historiador brasileiro é desnecessário, entretanto é importante citar que ele realizou estudos sobre a tese de fronteira do norte americano William Turner e sobre as obras do sociólogo alemão Max Weber.

3.5.1. Sérgio Buarque de Holanda

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda deixa bem claro as diferenças no início da ocupação na América espanhola (trabalhadores) e na portuguesa (aventureiros). Para ele, os colonizadores espanhóis tinham um espírito empreendedor, alimentado pela religião e pela vontade de ocupar terras novas. Estas características podem ser observadas na forma de ocupação do território americano e na formação de cidades, como escreve Sérgio Buarque de Holanda:

Já à primeira vista, o próprio traçado de centros urbanos na América espanhola denuncia o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana (HOLANDA, 1995, p.96).

Os espanhóis quando implantavam cidades estavam preocupados em organizar e sistematizar o território. Os edifícios eram construídos dentro dos padrões das Leis das Índias, que determinavam as formas e as dimensões de ruas e edifícios. Este tipo de organização só começou a aparecer na América portuguesa no final do século XVII e início do XVIII, quando a política de colonização se modificou.

Assim, os primeiros dois séculos de ocupação na América ficaram definidos por dois tipos de colonizadores bem distintos: um com espírito “trabalhador” e outro com espírito “aventureiro”. Para Holanda, “o que o português vinha buscar era, sem dúvida, a riqueza, mas a riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (IDEM, p.49).

A partir deste pensamento inicial da obra de Sérgio Buarque de Holanda começam a ser definidos os três momentos de fronteira no Brasil. O primeiro momento seria definido por este colonizador aventureiro, que não estava preocupado em estabelecer raízes e sim em explorar a terra descoberta. Não ocorre um rompimento com a Pátria Mãe e este homem tenta se adaptar à vida local. “Num primeiro momento, o sertanista se adapta totalmente ao nativo e lança mão de suas técnicas e dos recursos da terra para, cortando um grande tronco de peroba e tirando-lhe o miolo, construir uma piroga sem quilha, sem leme, nem velas” (WEGNER, 2000, p.161).

A primeira fase fica então definida como um período de adaptação que abre mão da tecnologia européia para utilizar os recursos e técnicas locais. A figura que pode representar este período é o bandeirante.

No segundo momento da fronteira, este homem aventureiro, já adaptado, começa a recuperar alguns de seus conhecimentos europeus para mesclar com a vida nativa. Este homem da segunda fase “graças a novas experiências e necessidades, evoca conhecimentos e tradições de seus antecedentes europeus para elaborar toldos e mosquiteiros, protegendo os estoques de alimentos e tecidos da chuva e a pele dos insetos” (IDEM, IBDEM). A figura que pode representar este período é o monçoeiro.

O terceiro momento resulta em um produto novo, fruto da adaptação e mescla da cultura nativa e européia. Entretanto, não há rompimento com a Pátria Mãe, este novo homem mantém laços com a Europa. Esta terceira fase é resultado das monções, “Sérgio Buarque pode falar de ‘uma raça nova, portadora de novos ideais, novas tradições, nova mentalidade – uma mentalidade de retalhistas, não de aventureiros ou

conquistadores. O fato é que as monções de povoado já não pertencem à história das bandeiras” (IDEM, p.171).

Segundo Robert Wegner, “esta nova raça já não se identifica completamente com o nativo, como no caso dos bandeirantes, quando ‘o próprio primitivismo do seu viver protegia-os do primitivismo do adversário’”(IDEM, IBDEM).

Enfim, este novo homem resulta no tropeiro e no fazendeiro, que já não são aventureiros preocupados em explorar, são homens que se preocupam com a qualidade de vida, status e lucro. “Dessa maneira, pode-se dizer que no século XVII predomina o bandeirante, no XVIII o monçoeiro, e ao seguinte corresponde o tropeiro e o fazendeiro”. E, estas três figuras, para Sérgio Buarque de Holanda, eram uma linha de continuidade, formando “uma só constelação” (IDEM, p.181).

Assim, está traçado o percurso que o colonizador teve até chegar na figura do tropeiro e do fazendeiro, que serão o tema desta discussão em Castro. Resta lembrar que essa cidade começou a se formar no final do século XVIII, como local de pouso para os tropeiros que transportavam gado de Viamão para Sorocaba.

3.5.2. O Novo Homem: o Tropeiro

As novas atividades da Coroa fizeram com que surgisse uma nova mentalidade e um novo tipo de homem⁴, mais preocupado com o negócio do que com o ócio. A atividade tropeira foi rapidamente aceita, segundo Sérgio Buarque de Holanda

...não havia quem, dispondo dos recursos e habilitações indispensáveis, hesitasse em ir buscar animais ao Viamão, gastando de ano e meio a dois anos na viagem de ida e volta até Sorocaba, onde se realizavam os principais negócios (HOLANDA, 1994, p.132).

Este fato acentua ainda mais a mudança de mentalidade portuguesa diante da colônia. Começam a surgir os primeiros traços capitalistas⁵ (WEGNER, 2000, p.189) neste homem que deixa de ser aventureiro para ser empreendedor. As feiras de animais em Sorocaba representavam uma evolução na economia e também no tipo de sociedade paulista.⁶

⁴ Este novo homem, como já dito no item 3.5.1., foi fruto de uma adaptação e de um processo evolutivo e não de uma ruptura com o passado.

⁵ Quando Sérgio Buarque de Holanda fala em capitalismo, não se refere ao espírito do capitalismo clássico, isto porque a mentalidade apresentada por ele em *Caminhos e Fronteiras* não implica em rompimento absoluto com o hedonismo e nem mesmo com o tradicionalismo.

⁶ O atual território do Paraná pertenceu a Província de São Paulo até 1853.

Na obra *Caminhos e Fronteiras*, Sérgio Buarque de Holanda define a mentalidade tropeira:

O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos, para uma ação mais disciplinadora. À fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular (HOLANDA, 1994, p.133).

Nota-se que o tropeiro não tem mais somente o espírito aventureiro e tão pouco é o homem bandeirante, ele agora está revestido de certa prudência e tem uma ética capitalista. Não é mais àquele homem rude e de certa forma selvagem, ele já está preocupado em contar lucros e pensar em investimentos. Este homem está “rumo a uma ‘nova mentalidade’ mais disciplinada” (WEGNER, 2000, pp.182-183). Wegner ainda complementa que “entre os tropeiros, começamos a encontrar o cálculo, o planejamento a até mesmo ‘certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa’” (IDEM, p.183).

Esta nova sociedade já começava a apresentar “traços modernos e utilitaristas, ainda que disfarçados” (IDEM, p.197). A arquitetura⁷ pode ser um exemplo para analisar e tentar entender esta nova maneira de ser do tropeiro. Um homem que estava preocupado em demonstrar riqueza, pois essa gerava não apenas bem-estar particular, mas também público (IDEM, IBDEM). O tema da arquitetura será tratado no próximo item.

Enfim, o surgimento desta “nova mentalidade”, de um homem preocupado com o lucro, utilizando até mesmo a técnica das partidas dobradas para cálculo, não significou, como já dito, um rompimento com o passado. Foi uma transição sem violência, como escreveu Sérgio Buarque de Holanda. E, isso “parece indicar um caminho particular de modernização, no qual não há rompimento com o legado ibérico, mas sim sua dinamização” (IDEM, p.201).

⁷ No caso a arquitetura da cidade de Castro, objeto em estudo.

Vejamos agora como esse homem marcou a história, a memória e as políticas de preservação na cidade de Castro.

3.5.3. Arquitetura da “Nova Mentalidade”

Para entrar no tema da arquitetura tropeira em Castro é importante retomar aos ideais construtivos no início da colonização do Brasil. O caráter aventureiro dos portugueses fez com que o seu sistema de implantação de cidades fosse bem diferente do espanhol. Enquanto esses faziam uma arquitetura para durar, definitiva, os portugueses se adaptavam aos modos de vida locais e faziam obras em pau a pique, palha, madeira e outros materiais não duráveis, uma arquitetura frágil e temporária, feita para suprir necessidades momentâneas.

A estrutura construtiva de pau a pique, ou taipa de mão, que representou cerca de 80 % das construções residenciais até o século XIX, é feita com paus colocados verticalmente entre a fundação (baldrame, geralmente feito em pedra) e a cobertura fixadas por meio de furos ou pregos. Frequentemente, esses pedaços de madeira são roliços, com sua casca inclusive, com seção um pouco menor que a espessura da parede (em geral de 15 a 20 cm). Esses paus são amarrados com seda, linho ou couro e depois é agregado a esta trama o barro com mão para preencher os espaços vazios (figura 01 – taipa do Museu do Tropeiro). Este tipo de parede é muito frágil e sensível às ações do tempo, como chuva e vento. Na cidade de Castro existem exemplares deste tipo de arquitetura. Algumas delas são: Museu do Tropeiro, Casa da Praça e algumas edificações na Fazenda Capão Alto.



Figura 01 – taipa - Museu do Tropeiro
Foto: Alessandra Invitti

Sobre o caráter português Sérgio Buarque de Holanda escreveu em *Raízes do Brasil*

Essa primazia acentuada da vida rural concorda bem com o espírito da dominação portuguesa, que renunciou a trazer normas imperativas e absolutas, que cedeu todas as vezes em que as conveniências imediatas aconselharam a ceder, que cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão (HOLANDA, 1995, p.95).

A citação acima está ressaltando o fato de que, no início da ocupação, os portugueses não estavam preocupados em estabelecer raízes ou fazer uma nova vida no Brasil. Queriam, sim, explorar o território, e para isso se adaptaram aos costumes nativos, tanto no modo de viver quanto de habitar.

Sérgio Buarque de Holanda faz ainda uma comparação entre a colonização espanhola e a portuguesa. Segundo ele, espanhóis e portugueses aplicavam princípios diferentes na fundação de suas cidades e sedes de governo: o princípio do “ladrilheiro” e o princípio do “semeador”. Os espanhóis, “ladrilheiros”, erguiam suas cidades em altiplanos, traçavam praças e ruas segundo uma grade ou tabuleiro, com a praça ao centro, cercada pelos prédios mais representativos (catedral, palácio do governo, caserna militar, etc.). As demais ruas, avenidas e praças eram traçadas paralela e perpendicularmente a este quadrado central, formando um quadriculado que da perspectiva de pássaro lembrava um chão ladrilhado. Os portugueses (“semeadores”), por sua vez, fundavam cidades à beira do mar, ao longo do litoral, em enseadas naturais, baías recortadas, terrenos ondulados que acompanhavam o litoral do oceano ou seguiam as margens dos rios em sua desembocadura, subindo pelas colinas e espalhando-se pelas terras próximas, como se fossem frutos de uma sementeira.

Este modo de pensar as cidades influenciava a arquitetura das mesmas e o caráter efêmero da arquitetura. Tal prática construtiva só começou a se modificar no final do século XVII e início do século XVIII, quando ocorreu uma mudança de interesses políticos e econômicos em relação ao Brasil, assim como houve um acréscimo de tecnologia construtiva.

No século XVIII começou a formação da cidade de Castro, sendo que as primeiras construções foram as fazendas que serviam tanto como local de pouso para os tropeiros, quanto moradia para as pessoas que ali permaneciam. Estas fazendas produziam alimento para consumo próprio e para venda. Uma das edificações mais antigas é a Fazenda Capão Alto (figura 02 – casa sede da fazenda), localizada no Capão Alto, Castro, data do final do século XVIII e está sem uso atual. Possui doze edificações: casa-sede, casa de capataz, casa dos arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviários e depósitos. Além da parte construída, a área da fazenda tem relações ambientais e históricas. Está próxima ao Rio Iapó e a paisagem contém partes da história tropeira no Brasil.

Segundo João Klemovus (que trabalha na fazenda), a reserva de mata nativa também atrai turistas. O mais novo monumento é um pinheiro, rachado por um raio há 50 anos. O tronco, oco pela ação do tempo e dos cupins, parece uma caverna de 40 metros. A madeira recebeu cobertura de palha para que a decomposição seja mais lenta (GAZETA DO POVO, 14.03.2004, p.4).

As palavras do funcionário da fazenda espelham um dos assuntos que foi definido na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, quando ficou estabelecido que a paisagem natural também faz parte do patrimônio mundial e que é de extrema importância que a mesma seja conservada. A delimitação do que seriam estas paisagens foi explicada no item 1.2.3. Essa associação do pensamento do funcionário, com a Convenção de 1972, provavelmente não é do conhecimento dele, porém a idéia já foi difundida que é capaz de estar no pensamento de pessoas comuns que entendem o patrimônio natural como parte do legado histórico.

A declaração de João Klemovus, funcionário da Fazenda Capão Alto, deixa claro que além da edificação, que é considerada um dos monumentos mais importantes da história do interior do estado do Paraná, o conjunto paisagístico tem história e memórias que já fazem parte do imaginário e da memória dos castrenses. Além disso, a área da fazenda abriga as ruínas da Capela Nossa Senhora do Carmo, construída pelos Carmelitas e desativada quando se construiu a Igreja Matriz, no centro urbano.

As construções ali presentes foram feitas em épocas distintas, algumas são em taipa de pilão, pau-a-pique (ou taipa de mão), ou estuque e outras em alvenaria de tijolos ou madeira. A casa-sede é feita em taipa de pilão e possui paredes com cerca de 60 cm de largura. Ao contrário da taipa de mão, a taipa de pilão é uma estrutura maciça, compacta, dura e pesada. São paredes estruturais, ou seja, a própria parede é a estrutura, não existem pilares e vigas, feitas com barro socado (com pilão ou com os pés). A sua execução é feita com formas de madeira (taipais) em forma de caixa, aonde gradativamente o barro vai sendo colocado e amassado.

As características arquitetônicas do edifício já denunciam o caráter de “permanência” que não estava presente quando as construções eram apenas locais de pouso para os tropeiros. Estes traços de edificação permanente podem ser vistos em alguns elementos construtivos como:

- Espessura das paredes⁸, que em alguns lugares chega a 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) de espessura, possibilitando a janela com conversadeira (figura 03);
- Janelas decoradas e com escura para proteção contra o sol e o vento (figura 04);
- Pintura decorativa nas paredes (figura 05);
- Uso de estuque⁹ nos acabamentos.



Figura 02 – Fazenda Capão Alto
Foto: Alessandra Invitti.



Figura 03
Foto: Alessandra Invitti.

⁸ Ainda que este fato seja resultado da forma construtiva em taipa.

⁹ Argamassa feita de gesso ou areia e cal, areia fina, ou pó de mármore, revestindo um trançado de metal ou treliça de madeira que se usavam como paredes secundárias, forros e ornamentos.



Figura 04
Foto: Alessandra Invitti.

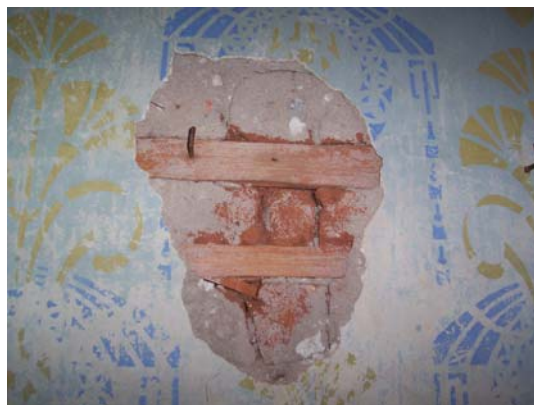


Figura 05
Foto: Alessandra Invitti.

O caráter decorativo da construção, presente nas paredes, janelas e adornos, é um sinal evidente do novo pensamento burguês, que pretende mostrar para si e para os outros a riqueza que possui e, também de certa maneira, mostrar o seu poder diante dos outros habitantes. O fato do proprietário ter dinheiro para decorar sua casa eleva seu status e conseqüentemente o seu poder.

Com o fortalecimento do poder aquisitivo dos tropeiros e fazendeiros em Castro, começa a aparecer o núcleo urbano.

No final do século XIX e início do século XX a cidade estava dividida basicamente em dois núcleos: o urbano (considerado atualmente o centro histórico) e o rural, representado pelas fazendas e sítios (primeiras construções da cidade). O centro era o local onde se fazia o convívio social, político e econômico (ROSAS, 1968, p.34). A burguesia construía casas no centro urbano para demonstrar seu poder social e o seu papel na política e na economia, era uma forma de ostentar alto status social, e assim, nas palavras de Chartier (1988), uma forma de representação.

A arquitetura converteu-se em uma forma simbólica de representação dentro da sociedade castrense, mas o que realmente significa isso? Para Chartier, a representação “é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma ‘imagem’ capaz de reconstruir em memória a de figurar tal como ele é” (CHARTIER, 1988, p.20). Assim, a arquitetura pode ser tratada como uma imagem que além de sua função de abrigo, pretende demonstrar alguma coisa. Um sobrado de dois andares, por exemplo, é representativo do poder aquisitivo da família proprietária. Valor que é visto através da imagem do edifício, se esse é mais elaborado significa que a família tem maior poder aquisitivo.

Assim, a arquitetura é um “signo visível” que representa o poder da família proprietária, além de fazer com que todos os habitantes da cidade vejam isso. É uma forma de dominar indireta, pois o status conseguido através da arquitetura torna o “poder” uma verdade; desta maneira “a representação transforma-se em máquina de fabrico de respeito e de submissão” (IDEM, p.22).

Os elementos simbólicos também podem ser vistos nas decorações das fachadas dos edifícios. Estes elementos decorativos só poderiam ser comprados por pessoas que tinham um poder aquisitivo muito alto, pois a maioria deles eram trazidos diretamente da Europa. Esta influência europeia na arquitetura é acentuada pela vinda dos primeiros imigrantes em Castro, tema que será tratado no item 3.6.

Já no final do século XIX, surgem os famosos catálogos de arquitetura, através dos quais as pessoas poderiam escolher o que mais lhe agradava e o produto vinha da Europa para decorar as fachadas no Brasil. Os catálogos possuíam uma gama enorme de detalhes arquitetônicos para decoração. As residências que não possuíam estes elementos decorativos com certeza não eram de pessoas “importantes”.

Um dos elementos decorativos presentes no Brasil Colônia eram os diferentes tipos de beirais, os três principais foram: cimalha (figura 06 – detalhe do acabamento de cobertura da Fazenda Capão Alto), cachorrada (feito em madeira ou pedra) e a beira seveira. Através desse último que surgiu a expressão “sem eira nem beira”, pois somente as pessoas que tinham dinheiro poderiam fazer este tipo de acabamento na cobertura. Quem não tinha “eira nem beira” era o povo, que não poderia desperdiçar dinheiro com decoração, com nenhum tipo de ornamentação nos beirais. O beiral utilizado na Fazenda Capão Alto também é nobre, é um arremate feito com telha cerâmica e que dá a aparência final de uma cornija.



Figura 06 – beiral tipo cimalha.
Foto: Alessandra Invitti.

Outra questão no sobrado de dois andares em relação à casa de pavimento térreo é a perspectiva e o contato com a rua. Na casa térrea, o contato com a rua é direto e isto para a burguesia era um fator indesejável, já que a rua era o local onde passavam desde qualquer tipo de pessoa até animais, como cavalo, porco, galinha e outros. No sobrado, o pavimento térreo geralmente funcionava como comércio, assim a vida íntima da família ficava restrita e reservada ao segundo pavimento.

Observando a figura 07 é possível notar que a casa com mais de dois pavimentos ainda tinha o privilégio de estar em frente à praça. É evidente a diferença entre a arquitetura da casa da esquina com as outras, que praticamente não possuem elementos decorativos em suas fachadas e ainda estão em contato direto com a rua. O ângulo da foto ainda é capaz de demonstrar a altura dos edifícios e o caráter imponente que a casa da esquina tem em relação às outras.

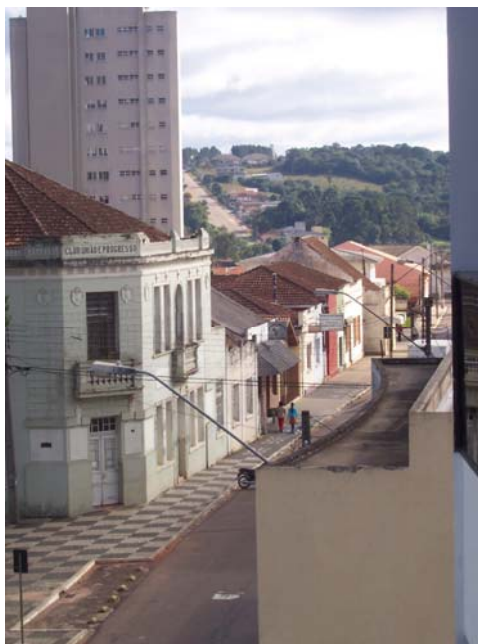


Figura 07
Foto: Alessandra Invitti

O Casarão da Família Fonseca (figuras 08, 09 e 10), no mapa do centro histórico (figura 30), edificação número 28, pode ser considerado como exemplo da arquitetura do centro da cidade que demonstrava o poder e a categoria social de seus proprietários, além de ser um exemplar da arquitetura com influência dos imigrantes.

Em 1840, Joaquim Anacleto da Fonseca requereu o terreno em frente ao Pelourinho para formar a sua propriedade. Foi realizada uma construção em estilo sóbrio e com fino acabamento interior (figura 08 – detalhe do forro original em

estruque). Até pouco tempo uma pintura artística¹⁰ imitando mármore poderia ser vista nas paredes. A sala de visitas sugere a lembrança de sarais familiares. Infelizmente em novembro de 2007 a casa sofreu um incêndio, fruto de vandalismo, e grande parte das estruturas de madeira (que estavam em fase final de restauro) dos elementos decorativos e de forro foram perdidos (figura 09 – forro queimado).



Figura 08
Fonte: MELLO, s/d, p.25



Figura 09
Foto: Alessandra Invitti

A fachada da casa (figura 10) ainda traz a tipologia da arquitetura colonial: janelas e portas com acabamento retangular, cobertura com beiral e planta retangular. Entretanto a decoração interna exprime a nova mentalidade do homem castrense, interessado em evoluir economicamente e socialmente e preocupado em demonstrar isso de certa forma.

Nestor Goulart discorre sobre a pouca mudança arquitetônica nas fachadas das residências do século XIX e observa que as casas tinham praticamente a mesma aparência das casas coloniais, “os exemplos mais ricos apenas acentuavam essa tendência: apresentavam maiores dimensões, maior número de peças, sem, contudo, chegar a caracterizar um tipo distinto de habitação” (GOULART, 2000, p.26), na fachada.

A edificação da figura 10 inicialmente foi utilizada em parte para o comércio e em parte para residência. Feita em alvenaria de pedra. A fachada frontal, originalmente, possuía cinco portas, das quais três foram transformadas em janelas

¹⁰ Existem dois tipos de pintura parietal (nas paredes): a decorativa, que é feita através de moldes que podem ser utilizados não necessariamente por um artista e a pintura parietal artística, que é realizada sempre por um artista e que neste sentido se torna única.

quando o edifício foi adaptado para ser somente residência. Nesta ocasião também foi ampliada na parte posterior para a construção de uma cozinha. O tombamento do edifício foi aprovado pelo Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico em reunião realizada no dia 8 de abril de 1981 e está no livro do Tombo, sob a inscrição 75-II, processo número 77/81 com data de inscrição em 26 de junho de 1981 (TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005).



Figura 10 – Casa da família Fonseca.
Foto: Alessandra Invitti

Enfim, é notória a mudança de mentalidade e de ideais do homem dos séculos XVIII e XIX. Aquele homem aventureiro, preocupado em explorar, deu lugar ao homem burguês, mais preocupado com o seu negócio e com o seu status social e político.

A nova mentalidade do homem do final do século XVIII e do XIX foi resultado de um processo e da “dinâmica da fronteira, é ela que permite essas mudanças no estoque de crenças e idéias” (WEGNER, 2000, p.176). Assim, o tropeiro não é mais o aventureiro e explorador. É um homem que tem uma certa ética capitalista, um gosto pelo negócio e pelo lucro e que está preocupado em demonstrar seu status dentro desta nova sociedade. A dinâmica da fronteira possibilitou também a miscigenação entre o homem castrense que deixou de ser tropeiro e o homem europeu recém chegado no final do século XIX. É importante se perceber essa dinâmica porque:

A forma física (da cidade) corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade, muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas – movendo-se no cenário da cidade, ou melhor, ainda, nela residindo – além de serem reconstruídas na prancha (BENEVOLO, 1991, pp.13-14).

3.6. Miscigenação e Transformação Urbana

No item anterior foi explorada a nova mentalidade do homem castrense que deixou de ser um tropeiro para se tornar um homem de negócio. Cabe agora lembrar que as transformações processadas em Castro nos séculos XIX e XX devem ser vistas de acordo com outro fator decisivo: a influência que os imigrantes tiveram sobre o patrimônio construído e na cultura de Castro. Esses povos tiveram papel relevante, pois a partir do último quartel do século XIX começaram a chegar em grande quantidade. Vindos, na sua maioria, de países europeus, como Holanda, Alemanha, Polônia, Itália, entre outros, trouxeram sua bagagem histórica e cultural, além de seus pertences, fato que refletiu na arquitetura (formas, materiais, estilo construtivo, etc.) e no modo de vida das pessoas locais. Com a vinda dos imigrantes houve uma mescla de culturas entre os recém chegados e os nativos. Esta miscigenação produziu efeitos na forma de vida, na sociedade, na arquitetura e na transformação urbana de Castro.

Os imigrantes escolheram Castro como seu novo lar, motivados pelas terras férteis. Além disso, estavam em busca de uma melhor qualidade de vida. Foi no final do século XIX que os primeiros imigrantes começaram a chegar, sendo que o movimento se intensificou depois da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa passava por uma crise generalizada (HISTÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008).

A crise européia, tanto política quanto social, fez com que milhares de europeus buscassem na América Latina uma nova vida. O principal destino eram os locais onde haviam terras férteis, visto que a maioria dessas pessoas eram agricultores e camponeses.

Foram criados núcleos populacionais distantes cerca de dez quilômetros do centro, onde os recém-chegados puderam recriar as suas forma de vida. Em Castro, destacam-se duas colônias: alemã e holandesa.

No ano de 1933 foi fundada, a quinze quilômetros do centro, a colônia alemã Terra Nova, trazendo uma grande quantidade de imigrantes para esta região, que se ocuparam com atividades de produção de leite e cultivo de milho e soja. Até hoje, a agricultura é uma atividade dominante e essencial para a cidade. Grande parte das cooperativas é formada por descendentes dos alemães chegados no início do século XX.

Após a Segunda Guerra Mundial (entre os anos de 1951 e 1954) foi fundada Castrolândia, colônia holandesa que fica a seis quilômetros do centro. Os imigrantes trouxeram tratores, equipamentos agrícolas e gado para desenvolver tecnologia e trabalhar na região. Os holandeses se destacaram pela produção de leite e hoje Castro é considerada uma das principais bacias leiteiras do Brasil, pela qualidade genética do leite. Este destaque na produção de leite nacional se deu também graças a tecnologia e conhecimento trazidos pelos imigrantes holandeses (HISTÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008).

Outro ponto de interesse da colônia holandesa é o Moinho (maior da América Latina) inaugurado em 2001 para abrigar o Memorial da Imigração Holandesa “*De Immigrant*” (O Imigrante). Foi construído pelo engenheiro holandês Jan Heijdra em comemoração aos 50 anos da imigração holandesa. O engenheiro foi trazido da Holanda para que o moinho de 37 metros pudesse ser construído dentro dos padrões e tecnologias holandesas e assim ser um exemplar praticamente original da arquitetura e técnica de moer grãos holandesas (HISTÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008).

Mesmo as colônias tendo se estabelecido relativamente distantes do centro, houve uma mistura de culturas. É possível perceber isso, por exemplo, através das festas típicas que ocorrem anualmente e que são divulgadas pela Prefeitura Municipal. No final de abril ou início de maio ocorre a Festa da Colheita, tipicamente alemã, com apresentações de dança e música, almoço típico e outras atividades. Em maio, é comemorado o Dia da Rainha da Holanda com uma festa em homenagem ao aniversário da Rainha da Holanda, com a realização de feira gastronômica e entretenimentos diversos. A Festa de Santa Terezinha é realizada no mês de outubro na Igreja Santa Terezinha na Colônia Terra Nova. A festa é em comemoração a Santa Terezinha com a realização de missa, bingo, churrasco e barracas com comidas típicas alemãs. Estes fatos demonstram que a cultura européia presente em Castro faz parte da “identidade” da cidade.

Gostaria, assim, de voltar a discussão de Stuart Hall (2006) sobre o termo “identidade” na sociedade pós-moderna. Em Castro, é possível notar a gama de identidades que se formaram ao longo dos anos. O sujeito pós-moderno não tem uma identidade “fixa, essencial ou permanente”; essa é formada e transformada continuamente em relação aos modos pelos quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. (HALL, 2006, pp.12-13). Isso quer dizer que estamos rodeados de múltiplas identidades que podem ser modificadas constantemente conforme a nossa cultura. Isto porque as sociedades não têm um princípio articulador único e não se desenvolvem de acordo com uma única lei, o que causa uma constante mudança e diversidade de “identificações”.

O patrimônio de Castro é reflexo desta gama de identidades, expresso nas práticas e representações do homem tropeiro e do imigrante europeu, que formaram a cidade e que se encontram preservadas. O patrimônio em Castro expressa essas memórias e histórias e não pode ser desvinculado dessas “identidades” presentes na cidade.

Em princípio, o patrimônio colonial edificado de Castro tinha como materiais construtivos mais usados a terra e a água, que misturados com esterco, fibras naturais, cal, formavam as paredes de taipa. Aos poucos uma nova imagem de cidade começou a surgir

... a presença estrangeira, crescente ao final do século XIX, trouxe à arquitetura a influência de construções mais leves, feitas de alvenaria ou madeira. Muitos telhados eram cobertos por tabuinhas lascadas de pinheiro e a telha francesa substituiu a telha goiva (capa e canal) (MELLO, s/d, p.22).

A arquitetura inicial usou da mão de obra escrava. A partir da segunda metade do século XIX a mão de obra escrava começou a desaparecer para dar lugar à assalariada. Alguns imóveis em Castro são exemplos da arquitetura escrava e remunerada e de influência imigrante conforme informa o livro *Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó*, produzido para divulgar os bens patrimoniais da cidade (IDEM, IBDEM):

- a) Casarão da Família Fonseca (figura 10);
- b) Casa da Família Macedo, de 1866; (figura 11)
- c) Residência da Família Carneiro de Mello; (figura 12)

- d) Residência da Família Rolim de Moura; (figura13)
- e) Vivenda Família Pusch, que representa o auge do ciclo industrial ocorrido em Castro nas primeiras décadas do século XX;
- f) Casa Latorre. (figura 14 – interior)



Figura 11
Foto: Alessandra Invitti



Figura 12
Foto: Alessandra Invitti



Figura 13
Foto: Alessandra Invitti



Figura 14
Fonte: MELLO, s/d, p.35

Alguns imigrantes trabalhavam na construção dessas edificações. São exemplos disso: Nicolau Ferigotti (construtor), André Geuss (pintor), Peregrino Ferrari (marceneiro), Fornavolli (pedreiro), entre outros (IDEM, IBDEM). O patrimônio edificado em Castro no final do século XIX e início do século XX não somente foi influenciado pelas idéias estrangeiras, como também contou com a mão de obra imigrante. As marcas desses povos podem ser vistas até hoje nos edifícios citados acima, de modo que suas histórias e sua arquitetura fazem parte da memória e identidade de Castro da mesma forma que os homens tropeiros fizeram.

Para melhor compreender as alterações na paisagem edificada de Castro, considero importante analisar o desenho urbano da cidade através de mapas históricos disponíveis no acervo do Museu do Tropeiro em Castro. As imagens possibilitam uma melhor compreensão da forma como a cidade se desenvolveu e cresceu, em face das mudanças da sociedade, desde os tempos em que Castro era apenas um pouso para os tropeiros.

3.6.1. Transformação Urbana

A leitura dos mapas favorece a compreensão das transformações do desenho urbano e a influência da nova mentalidade castrense na arquitetura da cidade. Esta nova mentalidade deve ser entendida como uma mudança na postura do homem tropeiro e das novas relações advindas da chegada dos imigrantes europeus, a partir do final do século XIX.

A imagem da cidade até final do século XIX era caracterizada basicamente pelas fazendas, com tipologia arquitetônica colonial, dentre elas a Fazenda Capão Alto. A porção da cidade como organização urbana era pouco expressiva, como pode ser observado nos mapas de 01 a 07.

No século XVIII, no pouso do Iapó, que então era Castro, em 26 de julho de 1769 foi realizada a primeira missa, no dia de Sant'Anna, na capela com o mesmo nome. O pequeno pouso começaria então a se organizar e ansiar pelo crescimento (ROSAS, 1968, p.60). Em 1770, o pouso foi elevado à categoria de freguesia.

A freguesia de Sant'Anna do Iapó, desenvolveu extraordinariamente. Os anos decorridos entre 1774 até 1789 apresentaram uma modificação notável, em 15 anos o seu comércio aumentou, já possuía 576 moradores, casas comerciais, alfaiates, sapateiros, ourives, carpinteiros, latoeiros, ferreiros etc; fazendas povoadas de gado, 'homens abastados e capazes de servirem em câmara'. O comércio de animais assumiu tal vulto que dezenas de milhares por aqui passavam com destino a Sorocaba e S.Paulo, enriquecendo os fazendeiros que com eles comerciavam, tudo era atividade e progresso. (IDEM, p.65)

O mapa 01 (figura 16) representa Castro no ano de 1789, ano de grande impulso para a comunidade como relatado por José Rosas. Nesse período a Freguesia foi elevada à categoria de Vila por todo o seu desenvolvimento. Observa-se que as poucas ruas se distribuía em torno da praça central com a Igreja Matriz, desenho típico dos primeiros núcleos urbanos no Brasil. Tradicionalmente a parte mais

importante da cidade era a praça, onde se encontrava a Matriz e o pelourinho, marca oficial do domínio da Coroa portuguesa, cujo castrense foi erguido no ano de 1789.

Segundo dados históricos da cidade, a igreja de Sant'Anna começou a ser construída no ano de 1704 e já se estabeleceu como símbolo e força da religião católica no século XVIII. De acordo com a imagem apresentada por João Maria Diniz (figura 15), observa-se que a conclusão da igreja corresponde ao período em que a cidade recebeu um grande número de imigrantes e cresceu substancialmente. Isso ressalta a influência que o movimento imigratório teve sob a cidade no final do século XIX e início do século XX como será analisado do decorrer deste item.

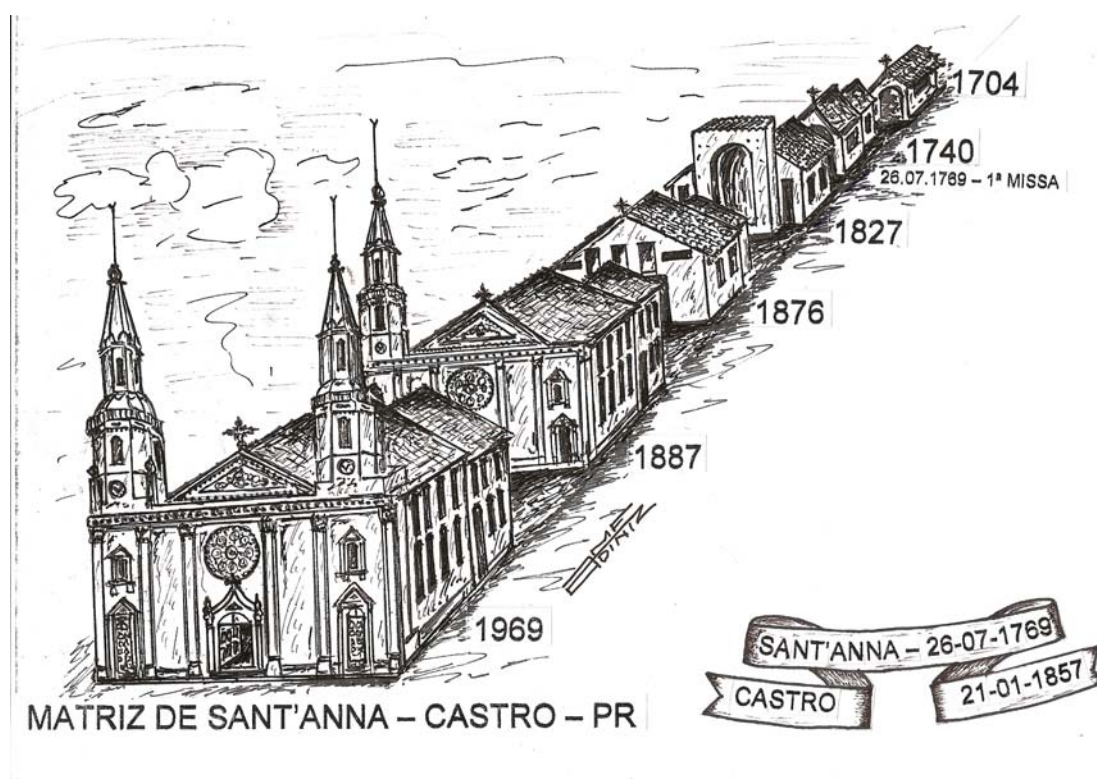


Figura 15
Fonte: Museu do Tropeiro, Castro, 23.11.2007.

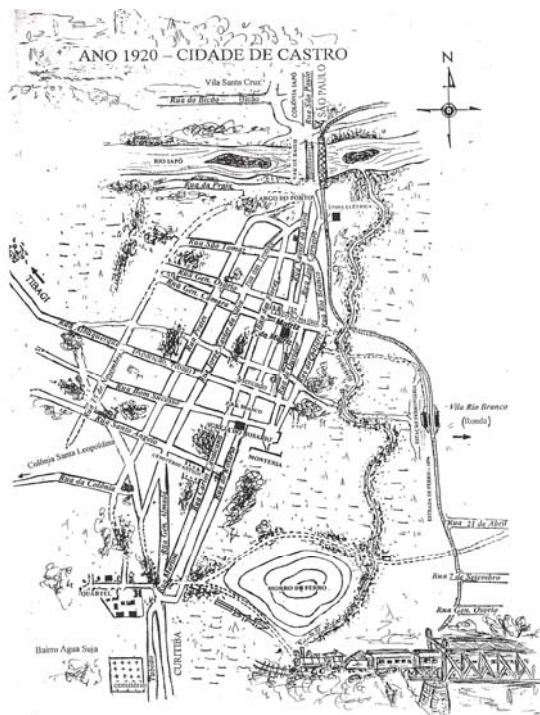


Figura 20 – mapa 05
 Cidade de Castro 1920.
 Fonte: Museu do Tropeiro, Castro, 23.11.2007.

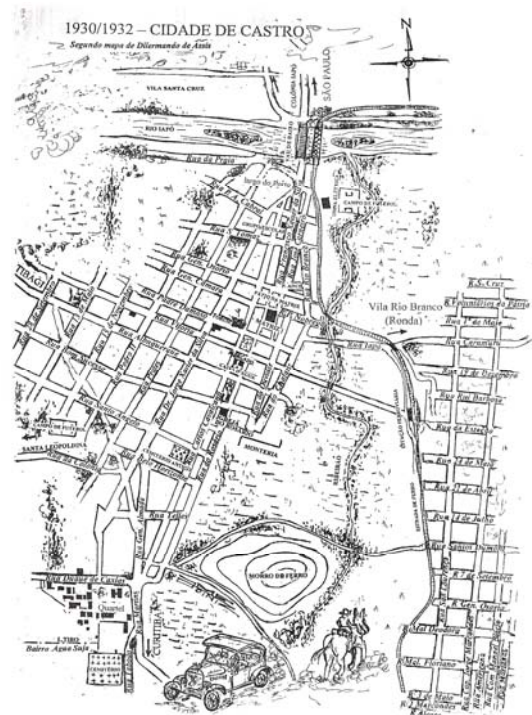


Figura 21 – mapa 06
 Cidade de Castro 1930-32.
 Fonte: Museu do Tropeiro, Castro, 23.11.2007.

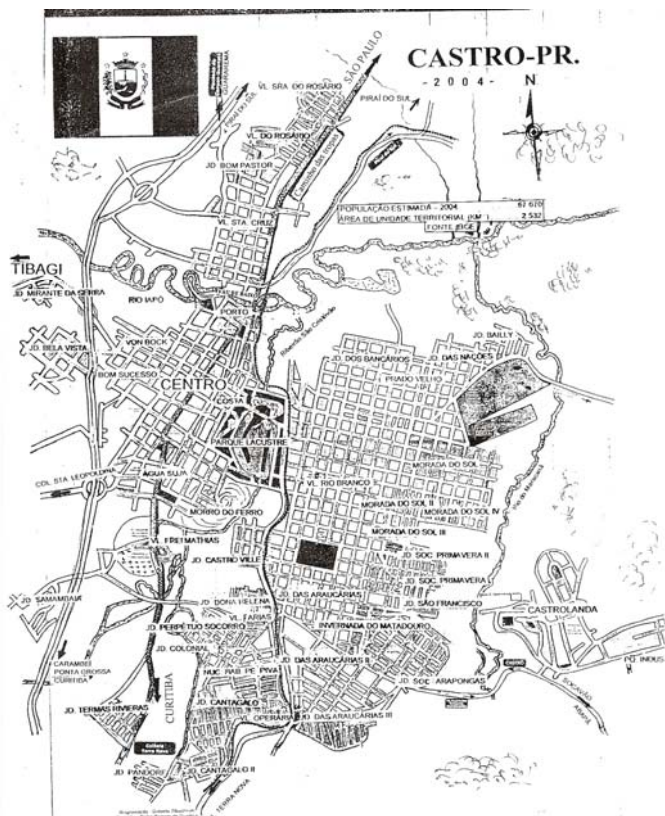


Figura 22 – mapa 07.
 Cidade de Castro 2004.
 Fonte: Museu do Tropeiro, Castro, 23.11.2007.

O mapa 02 (figura 17) permite perceber, primeiramente, que a cidade pouco mudou urbanisticamente entre os anos de 1789 e 1820. Em um período de 30 anos ocorreram poucas transformações em termos de expansão territorial. A cidade continuou acontecendo em torno da Matriz, a porção mais antiga da cidade. È justamente nesse espaço de alguns quarteirões em torno à igreja, que estão distribuídas as casas típicas da arquitetura colonial. São construções em taipa, com desenho simplificado, fachadas com aberturas retangulares, cobertura com telha capa e canal e beiral, divisão interna retangular, pavimentação em madeira ou muitas vezes somente terra batida.

Essa arquitetura pode ser constatada em três edificações na Praça Getúlio Vargas, da igreja Matriz: casa que abriga o Museu do Tropeiro (figura 23), a Casa de Sinhara (figura 26) e a Casa da Praça (figura 27). O bom estado de conservação desses edifícios é fruto do esforço de alguns membros da população e de algumas ações da prefeitura municipal. Os três edifícios se encontram com as características arquitetônicas originais praticamente intactas.

O Museu do Tropeiro possui piso e esquadrias (portas e janelas) em madeira e as telhas do tipo capa e canal todos originais (figura 24 – esquadrias e telhas do Museu do Tropeiro). Existe o cuidado da parte dos coordenadores do Museu em fazer com que os visitantes entrem na casa com calçados especiais para não danificar o piso.



Figura 23 – Museu do Tropeiro.
Foto: Alessandra Invitti.



Figura 24
Foto: Alessandra Invitti.

O Museu ainda abriga uma grande quantidade de objetos, mapas, desenhos e documentos relativos à história da cidade e de sua população. Fazem parte do acervo objetos, utensílios, mobiliário, como também desenhos antigos; um deles é uma ilustração feita por Debret (figura 25) que representa o antigo entorno da igreja.

Aos poucos, as residências que aparecem na imagem foram substituídas pela arquitetura do segundo momento histórico de Castro, caracterizado pela vinda dos imigrantes e pelo desenvolvimento econômico da cidade. As casas são extremamente simples e com pouca ornamentação, visto que o centro urbano ainda não era o principal local de uso dos habitantes e sim a zona rural e, como dito anteriormente, a arquitetura muito decorada externamente levou um pouco mais de tempo para ser utilizada. Ao fundo da imagem é possível identificar a casa do Museu do Tropeiro, no canto esquerda atrás da Igreja.

Outro fator importante é que a cidade estava começando a se desenvolver economicamente. Ainda é possível observar na imagem de Debret uma das fases de construção da igreja Matriz que começou no ano de 1704 (ainda como capela). Na imagem é possível notar a matriz em construção atrás da pequena capela.

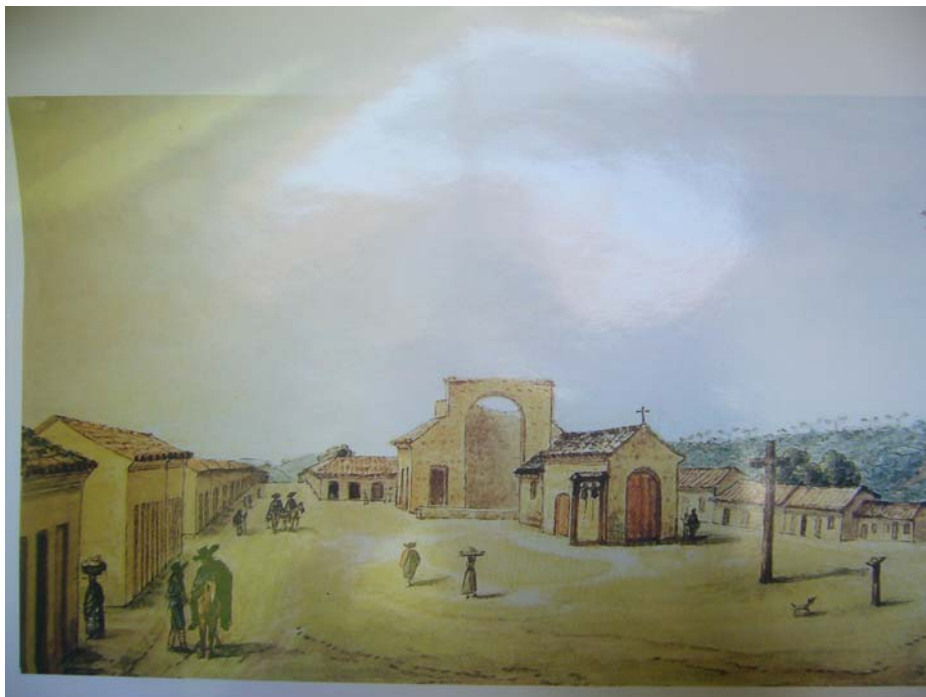


Figura 25 – Debret

Foto: Alessandra Invitti – Museu do Tropeiro, 23.11.2007.

O segundo exemplar de arquitetura histórica em torno da Praça Getúlio Vargas é a Casa de Sinhara (figura 26), construída na primeira metade do século XIX, por volta do ano de 1830. A casa foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1982 (TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005).

Essa casa busca contemplar aspectos da vida da mulher castrense na época do tropeirismo, mulher que se via sozinha por meses enquanto o marido transportava o gado. O papel dessa mulher foi muito importante para a organização de todos os afazeres e da vida enquanto o homem estava longe de casa. Os objetos, móveis e utensílios que hoje fazem parte do acervo¹¹ transmitem para o visitante parte da vida e da cultura da mulher tropeira, tentando dar uma idéia da época.

A terceira edificação, chamada de Casa da Praça (figura 27), foi construída por volta do ano de 1870 com paredes em taipa de pilão e arquitetura com características coloniais. Foi tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em reunião realizada no dia 21 de outubro de 1981, e se transformou em um centro cultural onde estão expostas obras de arte.



Figura 26 – Casa de Sinhara.
Foto: Alessandra Invitti.



Figura 27 – Casa da Praça
Foto: Alessandra Invitti.

No mapa 02, 1819-21 percebe-se a presença de outra igreja, a chamada igreja do Rosário. Ela começou a ser construída em virtude da degradação em que se encontrava a igreja Matriz.

¹¹ O acervo foi doado por cidadãos castrenses, principalmente pela senhora Judith Carneiro de Mello.

A elevação da Freguesia à categoria de Vila proporcionou aos seus moradores grandes alegrias e esperanças animando-se as autoridades a delinearem o projeto da construção de uma nova igreja, que correspondesse ao progresso da vila porquanto a antiga Igreja encontrava-se em estado precário. A igreja projetada foi a igreja do Rosário, hoje já demolida, e a situaram na parte central e mais elevada da colina, onde se erigiu a vila. (ROSAS, 1968, p.65)

A igreja do Rosário passou a ser a esperança da vila em mostrar o seu progresso, entretanto a sua construção nunca foi totalmente concluída e hoje o edifício não existe mais. No mapa 06, 1930-32, é possível notar que ela não aparece mais.

Nas duas primeiras décadas do século XIX, Castro passava por um momento em que a sua Igreja Matriz estava em ruínas e a igreja do Rosário servia assim a antiga Matriz. “O aspecto da velha matriz era desolador, ameaçando ruir sem que a Câmara pudesse atender, fazer-lhe alguns reparos, por que o seu estado financeiro era desesperador” (IDEM, p.82), assim em 26 de julho de 1829, a capela do Rosário passou a servir como Matriz, sucessivamente todas as imagens sacras foram transferidas para esta capela.

Diante do estado da velha matriz, a população pedia por reformas. Em 1854, o Presidente da Província Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos fez uma visita a Vila de Castro e “observou in loco” a construção projetada e o esforço ingente do Padre Damasco e seu coadjutor Frei Matias de Genova (IDEM, p.93). Assim, a igreja Matriz foi finalmente recuperada.

Observando os mapas 01, 02 e 03, no canto inferior direito se nota uma imagem; nos dois primeiros estão representados animais, no terceiro está representada a cidade com as suas edificações. Isto pode ser interpretado como um indicativo de que o modo de vida em 1854 estava se modificando e que o centro se projetava como um núcleo urbano, apesar de que a quantidade de ruas era praticamente a mesma. Interessante lembrar que três anos depois, em 1857, Castro foi elevada à categoria de cidade, mostrando o grande interesse em se fazer o “crescimento” da vila na década de 1850.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a cidade começou a crescer mais substancialmente, mapas 04 (1888) e 05 (1920). Este período coincide com a fase em que a vila já tinha a categoria de cidade e com a chegada dos primeiros imigrantes europeus. Além disso, não se pode esquecer que durante o período revolucionário do Paraná, entre os anos de 1893 e 1894, Castro foi alçada à capital

interina do Estado por três meses (de 18/01 a 18/04/1894), período em que Curitiba esteve em poder dos revolucionários.

No período da Revolução Federalista (1893-1894), Castro tornou-se temporariamente a capital interina do Paraná, em decorrência do Decreto nº 24, de 18 de janeiro de 1824. Este fato deu-se em função de Curitiba ter sido ocupada por tropas gaúchas, e rechaçando o poder estadual, que só voltou à normalidade em 18 de abril do mesmo, através do Decreto Lei nº 25. A Lei Estadual nº 1.049, de 04 de abril de 1911 criou o Distrito de Socavão, e em 10 de abril de 1930, pela Lei nº 2.768, foi criado o Distrito de Morros, mais tarde denominado Abapam. (FERREIRA, 1996, p.227)

Este curto espaço de tempo foi suficiente para que a atenção se voltasse para a cidade e para encher os habitantes de orgulho até hoje. “Os castrenses se enchem de orgulho ao contar que Castro é a primeira cidade verdadeiramente paranaense, a ‘cidade-mãe’ do Paraná, no dizer dos mais apaixonados.” (GAZETA DO POVO, 03.11.2005, pp.4-5).¹² Todo esse orgulho se explica porque a cidade foi a primeira a ser criada no Estado depois da instituição da Província do Paraná, que até 1853, pertencia a São Paulo.

Observando os mapas de 04 a 07, nota-se que o traçado das ruas passa a obedecer as regras dos planos pombalinos citados no item 3.3. A partir do século XVIII, as cidades passam a ser implantadas e desenvolvidas com o sistema de tabuleiro de xadrez. Comparando a imagem dos mapas 01, 02 e 03 com os posteriores, a organização em eixos horizontais e verticais aparece claramente. Enquanto nos primeiros mapas o traçado é irregular e de certa forma casual, nos mapas seguintes a implantação segue a idéia dos planos militares do Marques de Pombal. Além disso, eles possibilitam ver o crescimento e status social mais elevado da cidade.

Somando todos os fatores: desenvolvimento econômico, social e político e a vinda dos imigrantes, é possível dizer que houve uma grande mudança urbana, como pode ser visto no mapa 06 de 1930-32. As ruas e edificações se multiplicaram em poucos anos. Enquanto entre 1789 e 1888 houve um desenvolvimento urbano tímido, num período de 40 anos, entre 1890 e 1930 houve um grande salto na escala urbana.

A maior parte do patrimônio histórico construído de Castro é justamente deste espaço de tempo. A cidade se encontrava em uma significativa fase econômica e social e crescia fisicamente.

¹² Gazeta do Povo, Curitiba, 03/11/2005, Caderno “Turismo”, p. 4 e 5, reportagem de Vinícius Dias.

A diversidade étnica da cidade expressava a mescla de culturas e pensamentos e, em meio a essa diversidade, foi se formando o entendimento de que a cidade tinha um passado histórico importante dentro do Paraná e que este se consubstanciava em suas edificações e tradições. Nascia assim um entendimento de que Castro era uma cidade histórica, que deveria ser preservada como tal.

Vejamos como isso se passou.

4. CASTRO COMO CIDADE HISTÓRICA

As políticas patrimoniais em Castro começaram de forma popular na primeira metade de século XX. A principal benfeitora nesse sentido foi a professora Judith Carneiro de Mello, que preocupada com a história da cidade e com a permanência da mesma para o futuro, começou a incentivar a população a valorizar o patrimônio. Ela era professora na cidade e usou esse meio para divulgação da memória de Castro.

Aliado à tendência nacional em afirmar identidades e estabelecer o seu próprio patrimônio, a vinda de imigrantes aguçou a necessidade de criar uma identidade que representasse o homem castrense.

Seguindo esse rumo, alguns cidadãos castrenses começaram a buscar quais edifícios deveriam ser colocados como patrimônio. A primeira vista o que se apresentava como mais importantes eram a Igreja, a casa que abriga hoje o Museu do Tropeiro, a atual Casa de Sinhara, a Casa da Praça, que foi sede do primeiro jardim de infância do Brasil e a Fazenda Capão Alto. Estes bens passaram a ser vistos com maior cuidado, principalmente pela senhora Judith. No entanto, até o final da década de 1970, não havia nenhum bem tombado na cidade, nem pelo município, nem pelo Estado.

A partir da década de 1970, o Brasil passou a tratar da conservação de bens patrimoniais com maior ênfase. Desde essa década houve um incremento de atos de tombamento, que resultaram na conservação de lugares patrimoniais pelo país como um todo. O Paraná não ficou atrás e procedeu a uma série de tombamentos. Estes tombamentos ainda aconteciam de forma isolada (priorizando um monumento), apesar de em 1964 a Carta de Veneza já ressaltar a importância de se preservar o centro histórico como um todo.

No Paraná, as primeiras ações de preservação do centro histórico como um conjunto, começaram a acontecer no final da década de 1970. Um dos principais exemplos é a cidade da Lapa, também originada pela Rota dos Tropeiros e que teve grande importância para a história do Paraná. Em 1979, por esforços do IPHAN e Secretaria do Estado da Cultura, a Lapa teve seu centro histórico tombado pelo Estado e muitas edificações foram restauradas.

As ações tomadas na Lapa são muito semelhantes ao trabalho que se tentou desenvolver em Castro. A primeira iniciativa dos órgãos competentes foi comunicar à Prefeitura e à população o que seria o tombamento. Foram realizadas reuniões com as

pessoas interessadas e um trabalho de levantamento foi feito antes que se iniciasse o processo de tombamento. Posteriormente foram realizadas a catalogação e a classificação dos bens patrimoniais edificados. A última etapa foi a execução dos projetos que restauravam e conservavam os edifícios da área tombada.

Existem dois exemplos muito importantes de edifícios recuperados na Lapa: a Casa Lacerda e o Teatro São João. O trabalho realizado na primeira foi de transformação da casa em museu, que hoje é mantido com a ajuda do IPHAN e que possui os cômodos originais, tanto no que tange a arquitetura quanto ao mobiliário. O Teatro São João é uma estrutura feita parte em madeira, é um dos poucos exemplos no Brasil de teatro que mistura o desenho elisabetano com o teatro italiano. É aberto à visitação e se encontra em bom estado construtivo graças ao plano de tombamento da cidade da Lapa realizado a mais de três décadas (MACHADO, 2007).

A primeira edificação a ser tombada em 1978, em Castro, foi a casa que abriga hoje o Museu do Tropeiro (KERSTEN, 2000, p.144). Ela está localizada na Praça Getúlio Vargas nº 11, trata-se de um imóvel do século XVIII, construção típica colonial, feita em taipa (figuras 28 e 29). O uso original da casa era residencial, atualmente é propriedade da Prefeitura Municipal e funciona como um museu. A prefeitura se encarrega da manutenção e conservação do edifício. O Museu foi criado com o objetivo de preservar a memória do tropeirismo e é considerado o único do gênero no Brasil. O acervo conta com mais de mil peças entre vestimentas, montarias, mapas, documentos, móveis de época, objetos pessoais dos antigos viajantes, entre outros objetos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, s/d).¹³ Estas peças são detentoras de parte da história tropeira, visto que são objetos usados no dia a dia dos tropeiros e das suas mulheres, assim como aqueles utensílios que eram usados durante as longas viagens para transportar o gado.

¹³ Folder de Turismo, realização Prefeitura Municipal de Castro – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo.



Figura 28
Foto: Alessandra Invitti.



Figura 29
Foto: Alessandra Invitti

A criação deste museu está ligada às políticas patrimoniais paranaenses adotadas na década de 1980, que se voltaram para trabalhar com linhas culturais, seguindo os ciclos da economia no Estado. “A Coordenadoria do Patrimônio passou a desenvolver então projetos de pesquisa que procuravam [...] resgatar a memória histórica com base não só em edificações, mas também nos caminhos, passagens e espaços recheados de significações.” (KERSTEN, 2000, pp.146-147) Assim, foram criados projetos para os diferentes temas, como por exemplo, *A História do Tropeirismo no Sul do Brasil*, envolvendo instituições dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

O critério de avaliação dos primeiros tombamentos em Castro foi definido para a valorização do Tropeirismo, portanto as casas e a fazenda tombadas estavam ligadas diretamente aos primeiros locais de residência dos tropeiros e suas famílias. Fato que ressalta a idéia de valorizar a cultura local em face à chegada dos europeus.

Grande parte dos bens patrimoniais em Castro estão relacionados à história do Caminho das Tropas, que deixou rastros na paisagem, nos pousos e internadas, estabelecendo relações sociais, construindo fazendas, capelas, igrejas, casas e praças, semeando e destruindo árvores e homens (IDEM, p.178).

Aliado ao tropeirismo, a cidade começou a explorar os ervais nativos e os engenhos de soque de mate. O Museu do Tropeiro é também um registro do ciclo do mate na região, além de memória para o tropeirismo. Sobre este museu Márcia Kersten comenta

Instalado em casa de paredes de taipa, que [...] pertenceu a Carneiro Lobo, construída sobre uma base de pedras com colunas de madeira que sustentam toda a estrutura da cobertura

(LIVRO DO TOMBO HISTÓRICO, inscrição nº63) foi restaurada com o auxílio do patrimônio histórico nacional. (IDEM, p.197)

A construção também foi residência do Padre Damasco José Correia, que foi o nomeado vigário para Castro em 7 de outubro de 1842, um dos grandes responsáveis pela construção da Igreja Matriz. No jornal Estado do Paraná de 8 de agosto de 1976, se falava sobre a criação do museu, relatando que todo o acervo seria recolhido pelo próprio município.

Diversas peças que farão parte do acervo do Museu, já foram recolhidas. Uma estátua de São Miguel Arcanjo, o Estandarte de N. Senhora da Conceição, um sacrário e diversos castiçais, já se encontram preparados para receberem um trabalho de pesquisa sobre suas origens, que possivelmente, pertencem a antiga Capela de N. Senhora da Conceição. (ESTADO DO PARANÁ, 08.08.1976)¹⁴

A matéria jornalística apregoa que o museu seria criado com a participação popular, pois “todos os moradores do município, que conhecem alguma coisa da história de Castro, ou mesmo, que possuam peças interessantes, devem contribuir, doando-as ao museu” (IDEM, IBDEM). Os idealizadores usaram esse lema, mostrando para a população que essa contribuição só lhes traria benefícios. Hoje, 32 anos depois, nota-se que o acervo do museu realmente foi montado com a ajuda de castrenses que acreditaram na sua história e na importância da preservação do patrimônio. Este fato contribui na conservação do museu enquanto local de memória do povo e da cidade. Além do seu acervo, a própria casa fez parte de um momento histórico da cidade, período de grande transformação da cidade e da reestruturação da Igreja Matriz, sendo que o principal interventor dessa habitou no atual Museu do Tropeiro.

A fazenda Capão Alto é outro bem tombado pelo Estado e exemplo importante da forma de ocupação na região. Na metade do século XVII as terras foram adquiridas pela Ordem dos Carmelitas (1751), que as explorou com trabalho escravo até o início do século XIX. A partir deste período, em relativo abandono, a fazenda passou a ser administrada pelos próprios escravos que “[...] implantaram uma república negra independente – um quilombo – nas ricas terras dos carmelitas .” (KERSTEN, 2000, p.230)

¹⁴ O Estado do Paraná, Curitiba, 8 de agosto de 1976.

Até início dos anos 1980 os bens tombados em Castro eram seis, sendo cinco casas e a Fazenda Capão Alto conforme a lista extraída do “Guia dos Bens Tombados – Paraná”: (LYRA, 1994, pp.19-24)

- a) Casa, Rua Getúlio Vargas nº 6, número 2 no mapa 08, data de fins do século XIX, proprietário José Carlos Ari Rodrigues, atualmente é um museu, a arquitetura é de transição entre colonial e neoclássico, feita em pedra e taipa;
- b) Casa, Praça Getúlio Vargas nº 10, esquina com a rua General Osório, número 3 no mapa 08, data de fins do século XIX, proprietário Kazuo Ivashita, atualmente é um museu, a arquitetura é de transição entre colonial e neoclássica;
- c) Casa, Praça Manoel Ribas nº 112 e 120, número 5 no mapa 08, data 1880, proprietário Arold Ramos de Castro, atualmente é uma residência, a arquitetura é de transição entre colonial e neoclássica, feita em alvenaria de pedra;
- d) Casa, Praça Manoel Ribas nº 150, número 6 no mapa 08, esquina com a rua Benjamin Constant, data 1863, proprietário Telêmaco Borba, atualmente é uma residência, a arquitetura é de transição entre colonial e neoclássica, feita em alvenaria externa de pedra e interna de taipa;
- e) Casa, Rua Dr.Jorge Xavier da Silva, esquina com a rua Benjamin Constant, número 4 no mapa 08, data de início do século XIX, proprietário Banco do Estado do Paraná S.A., a arquitetura é típica adotada na fase do tropeirismo, com planta retangular e telhado de quatro águas, feita em taipa;

Segundo Kersten, as casas são exemplos das transformações no modo de morar que a cidade viveu, pois trazem não só mudanças nas técnicas construtivas como também nos desenhos dos cômodos.

O tombamento da Fazenda do Capão Alto ocorrida em 1983 expressa um novo entendimento do patrimônio cultural. A Fazenda do Capão Alto, localizada no Capão Alto, data do século XIX, propriedade da Cooperativa Castrolândia, sem uso atual. Possui doze edificações: casa-sede, casa de capataz, casa dos arreios, cocheira, fábrica de queijos, estábulos, celeiros, aviários e depósitos. Estas construções foram feitas em

épocas distintas, algumas são em taipa de pilão, pau-a-pique ou estuque e outras em alvenaria de tijolos ou madeira.

As ações da Divisão do Patrimônio no Paraná, segundo Kersten, visavam a contemplar as diferentes etnias do estado. Houve um esforço para que se reconhecesse o “Paraná de todas as gentes”. Buscava-se mostrar a importância das etnias na configuração do estado. As ações em Castro indicam a ampliação da noção de patrimônio, compreendendo bens edificados e bens naturais. O projeto que já na década de 1980 acenava para as péssimas condições de conservação de bens no Estado, parou por interesses políticos.

Um novo tombamento realizado pelo Estado ocorreu somente no ano de 2000 e representa a modernidade e a cultura européia, visto que se trata da ponte férrea sobre o rio Iapó, construída com material e tecnologia vindos da Europa. Abaixo foi compilada uma tabela com os bens tombados e as respectivas datas de inscrição no Livro do Tombo (TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005).

Bens Tombados em Castro pela Secretaria Estadual da Cultura do Estado do Paraná	Data da inscrição no Livro do Tombo
Museu do Tropeiro	06 de março de 1978.
Casa na Praça Manoel Ribas nº 152	07 de maio de 1981.
Casa Emilia Ericksen – Casa da Cultura	07 de maio de 1981.
Casa na Praça Manoel Ribas nº 120 e 112	26 de junho de 1981.
Casa da Praça – Praça Getúlio Vargas nº 10	04 de janeiro de 1982.
Casa de Sinhara – Praça Getúlio Vargas nº 06	04 de janeiro de 1982.
Fazenda Capão Alto	26 de novembro de 1983.
Estação Ferroviária	10 de outubro de 2000.

Observando a tabela com os bens tombados pelo Estado, compreende-se que a maioria dos tombamentos ocorreu na década de 1980, quando a idéia da Carta de Veneza de 1964 já estava consolidada. Os órgãos ligados ao patrimônio buscaram primeiramente tomar os bens isolados e considerados de maior interesse para o patrimônio para depois começarem com os projetos de tombamentos dos centros históricos como um todo. Esses processos começam a acontecer mais efetivamente a

partir da década de 1990, quando a preocupação se torna mais latente para o Ministério Público e órgãos relativos aos bens culturais. A Lapa constitui uma exceção nesse caso, visto que o seu centro histórico foi tombado no ano de 1979.

O Ministério Público passou a inspecionar e fazer levantamentos iniciais das cidades consideradas históricas. E, depois de análise do conteúdo, aconselharam o tombamento de alguns centros históricos. No caso de Castro, o ofício pedindo o tombamento à Secretaria do Estado da Cultura é do ano 2002, como será analisado no item 4.1.

Ainda é possível notar, através da listagem de bens tombados, que Castro definiu uma melhor configuração urbana a partir do século XIX. Os bens até então tombados estão localizados no mapa 08 – figura 30. Nele estão indicadas as casas já tombadas e aquelas que são Unidades de Interesse de Preservação (UIP), de acordo com dados fornecidos pela Secretaria de Cultura do Estado do Paraná em novembro de 2007.

As indicações de 1 a 6 em amarelo representam as edificações que já são tombadas pelo Estado do Paraná, sendo:

- 1 - Museu do Tropeiro;
- 2 - Casa de Sinhara;
- 3 - Casa da Praça;
- 4 - Casa de Cultura Emília Erichsen;
- 5 - Casa na Praça Manoel Ribas nº 152;
- 6 - Casa na Praça Manoel Ribas nº 120 e 112.

As indicações de 7 a 40 em vermelho representam as edificações consideradas Unidades de Interesse de Preservação (UIP).

Outro fator importante a ressaltar é que a tipologia construtiva até início do século XX continuava a ser ainda aquela colonial, apesar de, no Rio de Janeiro já estarem consolidadas a Escola de Belas Artes e a Missão Francesa. Isto é um fato que predominou nos centros urbanos menores, que continuavam a utilizar, por exemplo, os limites laterais e o alinhamento com a rua (GOULART, 2000, p.36). Este fato culmina na dificuldade de ser definido o período das construções, pois os estilos e tempos se mesclam. Assim, muitas casas construídas em Castro já no final do século XIX e início do século XX possuem ainda características da arquitetura colonial. Hoje Castro transformou algumas destas casas em museus ligados à memória da cidade ou em locais públicos, além do Museu do Tropeiro já citado; são elas:

a) Casa da Praça, localizada na Rua XV de Novembro, a construção data de 1870, feita em taipa de pilão. Após ter sido tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná foi transformada em centro cultural, onde estão expostas obras de artistas locais e também de fora do Estado (figura 27). Esta casa estava prestes a desabar, as telhas já tinham sido totalmente retiradas pelo antigo proprietário quando por meio de ações do secretário da Educação e Cultura da cidade de Castro, na época, Ronie Cardoso Filho, a casa foi restaurada e transformada em um salão destinado às artes plásticas (GAZETA DO POVO, 10.08.2002).¹⁵ A Casa da Praça passou a ser um espaço cultural para artistas castrenses e não castrenses, visando criar uma discussão maior das artes. “Além das exposições, o local se abre para fóruns de discussão. Essa foi a primeira coisa que pedi aos artistas de fora: um debate sobre a produção artística contemporânea, aberto à participação da população de Castro”, explica Philbert, diretor cultural” (IDEM);

b) Casa da Sinhara, construída na primeira metade do século XIX, localizada na Praça Getúlio Vargas em frente a igreja Matriz de Sant’Ana do Iapó, foi tombada no ano de 1982 (TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005). Hoje funciona como o museu da mulher castrense na época do tropeirismo e reúne diversos objetos, móveis e utensílios que são capazes de resgatar a memória deste período; “Sinhara”, sinhana ou sinhá, eram formas respeitadas como os escravos tratavam suas donas, suas senhoras. O museu traz a história da mulher tropeira, portanto o nome é uma homenagem a esta “sinhá”. A montagem do museu se deu

¹⁵ Gazeta do Povo, Curitiba, Caderno G, 10/08/2002, reportagem de Adriano Justino.

graças às ações da senhora professora Judith Carneiro de Mello, que dedicou a sua vida à história e patrimônio de Castro. Ela faleceu em 12 de março de 2007, deixando traços do seu trabalho na casa de Sinhara e no Museu do Tropeiro. O projeto de lei nº 65/05, concedeu o título de cidadã benemerita à senhora Judith Carneiro de Mello por todos serviços prestados ao município;

c) Casa da Cultura Emília Erichsen, construída em 1862 abrigando mais tarde o primeiro jardim de infância do Brasil, fundado por Emília Erichsen. A edificação é feita em taipa com cobertura capa e canal. O tombamento foi aprovado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico em 08 de abril de 1981 (TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005). Hoje funciona como espaço cultural para artistas (figura 31). Esta casa está localizada na antiga rua das tropas, que hoje não possui mais a pavimentação original em pedra;



Figura 31
Foto: Alessandra Invitti.

Assim como em diversos momentos as ações patrimoniais em Castro se mostraram positivas, como é o caso das três casas da Praça Getúlio Vargas, em outros momentos houve descaso com o patrimônio. Um exemplo disso é a rua que foi o antigo Caminho das Tropas, que mantinha sua pavimentação original até a década de 1990, quando foi completamente substituída por asfalto. A marca de que ali passavam os tropeiros ficou apenas na placa de rua fixada na parede de uma das casas tombadas que contam parte da história da cidade, a atual Casa da Cultura Emília Erichsen, no mapa 08 edificação número 4 (figura 32 – placa da rua).

Esta rua, que deveria ser tratada como um pequeno pedaço de história, hoje está descaracterizada e suas edificações históricas se misturam com as propagandas e comunicações visuais, que inibem a paisagem urbana formada há séculos (figura 30 – comunicação visual).



Figura 32
Foto: Alessandra Invitti



Figura 33
Foto: Alessandra Invitti

Ao longo da rua ainda se encontram sete edifícios considerados Unidades de Interesse de Preservação (UIP) pela Secretaria da Cultura do Estado do Paraná. A casa que fica na esquina com a Rua Pe. Damasco, no mapa 08 edificação número 33, é um exemplo da arquitetura próspera castrense (figura 34). Observando a foto, vê-se uma casa de dois pavimentos, com balcão, adornos na fachada, típicos da arquitetura eclética e que demonstra a riqueza de seu proprietário.

A casa da esquina da Rua Gal. Câmara, no mapa 08 edificação número 26, com características *art deco* e eclética, encontra-se em bom estado. É um dos exemplos da antiga Rua das Tropas, está em bom estado conservativo e, apesar de funcionar como comércio, a comunicação visual da loja não intimida a edificação e a paisagem é harmoniosa para os olhos dos espectadores (figura 35).



Figura 34
Foto: Alessandra Invitti



Figura 35
Foto: Alessandra Invitti

A casa da Família Carneiro de Mello, no mapa 08 edificação número 11, sempre na mesma rua, tem estilo neoclássico, umas das arquiteturas típicas do final do século XIX e início do século XX (figura 36). Atualmente funciona como residência e está em ótimo estado conservativo. A casa pertenceu a Candido de Oliveira Mello, que em 1919 a transferiu para Vespasiano Carneiro de Mello, ocasião em que foi reformada (MELLO, s/d, p.29). A foto interna da casa demonstra a preocupação em se preservar a memória da família (figura 37).



Figura 36
Foto: Alessandra Invitti



Figura 37
Fonte: MELLO, s/d, p.29

A antiga Rua das Tropas pode ser vista como referência histórica da cidade e uma oportunidade de ativar a memória coletiva da população, pois como relatado acima, possui alguns exemplares significativos da arquitetura castrense. Esta rua deveria ser vista com maior cuidado pelas autoridades e pela população para que não se perca ainda mais a sua história.

A ponte férrea sobre o rio Iapó também é um símbolo das transformações e da prosperidade que a cidade alcançou no final do século XIX. “Foi a partir de sua construção, no final do século XIX, que as coisas começaram a mudar. A primeira locomotiva que apitou em Castro, em 1876, já previa estas transformações na pacata cidade.” (PÁGINA UM , 22-28.10.2004) ¹⁶

A chegada do trem a Castro testemunhou obras de engenharia, como a ponte férrea que foi inaugurada no ano de 1899, com 114 metros, importada da Europa e montada em Castro. Infelizmente este marco da modernidade para a cidade encontra-se em estado precário, com rachaduras e ferrugem. A Estação ferroviária da cidade foi tombada no ano de 1999, quando a ponte comemorou 100 anos de existência.

Hoje, há exatos cem anos do acontecimento, a cidade de Castro comemora o tombamento da Estação Ferroviária, um de seus patrimônios históricos, e o centenário da ponte férrea sobre o Iapó. A Prefeitura de Castro, através do Departamento de Cultura, promove nesta manhã a cerimônia de tombamento da Estação. (DIÁRIO DE CAMPOS, 16.12.1999) ¹⁷

A incorporação da ponte férrea e da estação de trem ao patrimônio demonstra uma ampliação do entendimento do que deve ser considerado patrimônio na cidade de Castro. Enquanto até esse momento se priorizava os bens ligados ao tropeirismo, se agregava à memória bens considerados da modernidade e símbolo da mescla de culturas: cidadão castrense e imigrante europeu.

Vejamos agora de que maneira tem se tentado aplicar políticas preservacionistas em Castro e se isso está sendo possível ou não.

4.1. Entreveros para a Aplicação de uma Política Local de Conservação dos Bens Patrimoniais.

O processo patrimonial em Castro não foi nem rápido nem facilitado. Como visto no início deste capítulo as primeiras ações foram de pouca participação popular e relativamente isoladas. A professora castrense Judith Carneiro de Mello organizou grande parte do patrimônio material móvel da cidade dentro do Museu do Tropeiro e

¹⁶ Página Um, Castro, ano XIV nº 403, 22 a 28 de outubro de 2004.

¹⁷ Diário dos Campos, Ponta Grossa, 16 de dezembro de 1999.

da Casa de Sinhara. Ela contou com a participação de algumas pessoas para levantar fundos e materiais para seus projetos. Uma das suas principais realizações foi o Museu do Tropeiro, criado no final da década de 1970 e que hoje é um dos orgulhos da memória castrense.

A política patrimonial em Castro desenvolveu-se de forma gradual e tímida devido à falta de entendimento da população e de alguns membros importantes da sociedade. Os bens tombados em Castro são ações do Estado, o município não efetivou ainda nenhum tombamento; com exceção da área em torno à Praça Getúlio Vargas que foi tombada por meio de um decreto municipal de 2007 e que ainda não foi aprovado.

O Estado se encarregou de dar início aos processos de tombamentos em diversas cidades em face à falta de iniciativa municipal. Seguindo orientações da Carta de Veneza de que “deveria ser feita a documentação dos trabalhos de restauração, conservação e escavação realizados. Isto deveria ser feito através de fotografias, informativos públicos e críticas ilustradas” (CARTA DE VENEZA 1964), o Ministério Público fez levantamentos prévios. Após este levantamento inicial o Ministério Público encaminhou à Secretaria do Estado da Cultura um pedido para o tombamento dos centros históricos, no caso de Castro o ofício foi enviado em 12 de setembro de 2002, conforme o documento abaixo:

Curitiba, 12 de setembro de 2002

Excelentíssima Senhora

Sirvo-me do presente para encaminhar relatório de vistoria efetuado por este Centro de Apoio, referente ao Patrimônio Histórico da cidade de Castro, para que Vossa Excelência proceda o Tombamento do mesmo.

Atenciosamente

Saint-Clair Honorato Santos

Procurador da Justiça (PARANÁ, SEEC/CPC, ofício MP nº 5.253.506-9, 12.09.2002)

Este relatório do Ministério Público foi produzido depois de uma visita técnica feita em Castro no dia 15 de agosto de 2002. As conclusões desta investigação foram de que Castro é uma cidade histórica de grande importância para o Paraná e que o seu centro histórico está se tornando exclusivamente comercial e aos poucos está sendo descaracterizado, seja pela poluição visual, seja pela interferência arquitetônica

realizada nas fachadas. Assim, o relatório faz uma prévia relação, com fotos, dos bens que deveriam ser tombados.

Esta relação foi analisada e complementada pela Secretaria do Estado da Cultura. O resultado foi a delimitação de uma área de centro histórico, que pode ser observado na figura 30, que deveria ser tombada como um todo. Isso causou grande indignação por parte principalmente dos proprietários de imóveis dentro da área e do mercado imobiliário. Eles alegaram que os imóveis estariam perdendo valor e com isso conseguiram causar um grande movimento contra o tombamento do centro histórico.

Assim como na Lapa, caso comentado anteriormente, na ocasião do início do processo de tombamento do centro histórico pela Secretaria do Estado da Cultura, em 2004, a participação popular foi considerada de grande importância. Foram realizadas reuniões com diversos grupos de interessados. No dia 29 de abril de 2004 foi realizada uma das primeiras audiências públicas na Câmara Municipal de Castro.

Antecedendo a apresentação da proposta de tombamento, será realizada uma mesa-redonda a partir das 13h30, composta pelo ex-prefeito da Lapa, Sérgio Leoni, Suzanna Sampaio, do comitê executivo do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), Dalmo Vieira, superintendente do Iphan/SC, Rogério Mainardes, publicitário e castrense e a chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural (CPC), Rosina Parchen. A partir das 14h30, a reunião será aberta ao público. Estão convidados representantes de instituições e a comunidade em geral, que poderão tirar suas dúvidas e obter informações sobre a importância do tombamento. (ESTADO DO PARANÁ, CURITIBA, 27.04.2005)¹⁸

Interessante notar a participação do ex-prefeito da Lapa, Sérgio Leoni, com a intenção de demonstrar o resultado positivo obtido na Lapa. Entretanto, não houve condições das idéias serem reportadas ao grupo ouvinte, tamanha a revolta e não aceitação do tombamento.

Apesar do empenho dos participantes, como a Secretaria do Estado da Cultura, o projeto sofreu uma grande rejeição popular nessa audiência, que reuniu cerca de 150 pessoas, conforme explica Rosina Parchen em entrevista concedida em 22 de novembro de 2007:

¹⁸ O Estado do Paraná, Curitiba, Almanaque 2, 27 de abril de 2005, p.20.

“houve uma discussão pública e foram levantadas dúvidas. As pessoas achavam que poderiam perder o valor do imóvel e que o tombamento vai bloquear o crescimento econômico da cidade. Foi criado um tumulto que não entendemos.”

Em que pese o não entendimento da chefia da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná, não se pode ignorar que a rejeição da comunidade ao tombamento dos imóveis pode ser explicada em função da pouca discussão anterior que o projeto teve. O fato é que não houve oportunidade de se explicar o que seriam as vantagens do tombamento, pois as pessoas tinham a idéia formada e irredutível de que o tombamento é um processo prejudicial e que não pode trazer nenhum tipo de benefícios para a cidade e sua população, pois congela a cidade impedindo seu desenvolvimento.

Depois desse episódio, o jornal local noticiou o entendimento popular desse processo.

“Eu acho que pode ser ruim. Corre-se o risco de o imóvel ser desvalorizado, já que após o tombamento o proprietário não pode mexer nele”, afirma Valdecir Rodrigues, há 16 anos proprietário de um salão de cabeleireiro na região possível de ser tombada. (DIÁRIO DE CAMPOS, 8 e 9.05.2005)¹⁹

Este entendimento foi generalizado, pois as pessoas não conseguiram compreender a importância do tombamento e tampouco que tomar não significa que elas não poderão fazer mais nada em suas casas. A Secretaria do Estado da Cultura, juntamente com a prefeitura, pretendia criar um plano de classificação dos imóveis de acordo com a sua importância e estado conservativo.

Essa classificação tinha como objetivo criar restrições e liberações para as interferências arquitetônicas realizadas na área delimitada como centro histórico. O mesmo procedimento foi realizado em outras cidades com sucesso, como os casos da Lapa e Curitiba. A classificação pretendia possibilitar a revitalização e restauro das edificações históricas sem a perda de objetos importantes. Existem alguns edifícios que são passíveis de uma liberdade de interferência maior que outros. Assim, como existem edifícios sem interesse de preservação dentro do centro histórico e que podem receber tratamento diferenciado e mais permissivo, até mesmo de demolição. Isso é possível graças à classificação e análise prévia pretendida.

¹⁹ Diário dos Campos, caderno Regional, Ponta Grossa, domingo e segunda, 8 e 9 de maio de 2005.

Em alguns países europeus a restrição de intervenção é muito rigorosa. No caso da Itália, por exemplo, qualquer edifício com mais de cinquenta anos é automaticamente tombado e não pode sofrer nenhum tipo de intervenção sem a análise dos responsáveis pelo patrimônio da região. É uma ação radical, mas que permite que não haja a perda de edificações importantes. O critério de classificação pretendido pela Secretaria do Estado da Cultura (SEEC) era menos restritivo, porém tinha como objetivo salvaguardar os elementos mais importantes da paisagem histórica. Os planos da prefeitura e da SEEC não foram possíveis de serem realizados e tampouco de serem explicados para a população. Assim, os castrenses ficaram sem compreender que existiria um tratamento diferenciado para cada elemento que estivesse inserido no centro histórico. Isto significa que mesmo estando dentro da área de interesse existiria a possibilidade de intervenções maiores e menores, de acordo com a classificação.

A idéia defendida por alguns habitantes era que alguns imóveis poderiam ser tombados, mas não todo o centro histórico. É o que pode ser entendido no depoimento de Walter Hampf, presidente da Associação Regional dos Corretores e Delegado Distrital do Creci – órgão que regulamenta a profissão – em Castro e proprietário de uma imobiliária. Sobre o tombamento Hampf foi enfático: “sou contra”. No entanto, reconhece o valor histórico da cidade e defende a preservação de prédios específicos (PÁGINA UM, 29.04.2005).²⁰ Esse depoimento mostra o desconhecimento de que o patrimônio compreende toda a estrutura urbana e a paisagem, de que o imóvel separado perde parte do seu valor se for tratado fora do seu contexto. Demonstra também que não houve a compreensão de que existem diversos tipos de imóveis dentro de uma área e que cada um deve ter um tipo de tratamento e restrição. Entretanto, esse desinteresse em compreender os fatos pertinentes ao patrimônio pode ser explicado pelo interesse imobiliário e especulativo. Não é por simples coincidência que o Sr. Hampf faz parte da Associação dos corretores e dono de uma imobiliária. Ele vem defender a causa de que um centro histórico tombado perde valor imobiliário e isso para os proprietários é indesejado. Porém, essa perda em que se acredita não é verdadeira. As experiências nacionais e internacionais mostram que um centro histórico tombado e revitalizado tem valor econômico agregado.

²⁰ Página Um, Castro, caderno PL Especial, ano XV n° 482, sexta feira 29 de abril de 2005.

O resultado da dificuldade e da falta de compreensão da população foi a necessidade da SEEC de suspender temporariamente o processo de tombamento. O objetivo é de introduzir gradativamente a idéia, sem que haja revolta popular.

Uma dessas ações gradativas aconteceu na escala municipal. Foi a criação de um Conselho de Patrimônio para estudar as formas de conservação dos bens imóveis e móveis e preservar assim a memória de Castro. Esse Conselho foi criado através do decreto n° 190/2007

O Prefeito Municipal de Castro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Lei n° 1467/2006, que dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico Cultural do Município de Castro, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural e institui o fundo de Proteção do Patrimônio Histórico Cultural. (DECRETO n° 190/2007, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 22.06.2007)²¹

O Conselho possui quatro representantes do Poder Executivo Municipal, quatro representantes de outros conselhos (desenvolvimento, turismo, corretores de imóveis e educação) e quatro representantes da iniciativa privada. Ele passou a entrar em vigor a partir de 22 de junho de 2007.

Recentemente, segundo Carlos Eduardo Sanches, secretário da Educação, Cultura e Esporte, em entrevista concedida no dia 23 de novembro de 2007: “foi feito um decreto para tombamento da área em torno a Matriz, o Decreto Judith Carneiro de Mello”, por mérito do Conselho de Patrimônio da cidade. Esse decreto visa garantir a preservação na área da Praça Getúlio Vargas, praça da Igreja Matriz, visto que ali se encontram três bens já tombados por parte do Estado, o Museu do Tropeiro, a Casa da Praça e a Casa de Sinhara, além da Igreja Matriz. As decisões estabelecidas pelo conselho Patrimonial têm a intenção de salvaguardar esta arquitetura enquanto medidas mais eficazes não são aplicadas.

Ainda segundo o senhor Carlos Eduardo Sanches, um dos problemas para a preservação do patrimônio na cidade é que “as antigas construções que eram propriedades de famílias importantes, hoje são de propriedade dos herdeiros, ou seja, às vezes dez ou quinze proprietários ao mesmo tempo, tornando difícil a gestão e conservação do imóvel. Existe o interesse em se vender o mesmo e não mantê-lo”. Assim, raramente o novo proprietário tem interesse em restaurar e preservar este bem,

²¹ Decreto n° 190/2007, Prefeitura Municipal de Castro, 22 de junho de 2007.

visto que ele na maioria das vezes não possui vínculo nenhum com a memória do bem.

Este fato ressalta a importância da memória e identidade para contribuir com a conservação do bem. A partir do momento que não existe a relação de identificação do proprietário com o que se entende como bem patrimonial, deixa de existir interesse em preservar o mesmo. Essa situação, aliada ao que se estabeleceu de que o tombamento do centro histórico tiraria valor dos imóveis, faz com que o processo de conservação em Castro seja indesejável e considerado extremamente prejudicial. Se alguns dos atuais proprietários pretendem se desfazer dos bens antes de conservá-los é desnecessário e prejudicial o tombamento. Enfim, a política de tombamento do centro histórico de Castro usada até agora mostra que é preciso haver entendimento e vontade popular aliado. A experiência da cidade revela que quando existe interesse imobiliário e falta de vontade por parte dos proprietários dos imóveis dentro da área, as ações se tornam muito mais complicadas e em alguns pontos inviáveis. Tanto é que a própria SEEC decidiu suspender temporariamente o processo enquanto se procura uma maneira de convencer a população que está contra. A desvantagem é que enquanto se espera pelo momento oportuno de realizar o plano, algumas obras poderão ser perdidas.

Um contraponto interessante a todo esse processo em Castro é que apesar de não existir interesse em tomar o centro histórico, aproveita-se do passado histórico da cidade expresso em seus monumentos para a exploração do turismo cultural, seguindo uma tendência mundial, como será analisado no item a seguir.

4.2. As Políticas Patrimoniais e o Turismo

Não se pode negar que houve um crescimento internacional no número de cidades históricas a partir do momento em que estas se tornaram destino turístico. Também a inclusão de cidades como patrimônio da humanidade corroboraram como atrativos para a visitação de tais lugares. Com isso, os centros históricos tornaram-se grandes locais de recepção e exploração do turismo e a atividade turística passou a ser responsável pelo desenvolvimento e recuperação do patrimônio cultural e, uma fonte considerável de renda para o município. Também, outras vezes, o turismo foi a causa principal da degradação e perda de referências históricas. Os centros históricos

tornaram-se objeto de atração turística por suas singularidades materializadas em patrimônio e cidade histórica se tornou um recurso turístico. (VAQUERO, 2002, p.26)

Existen indicios suficientes que apuntam a una potenciación de las ciudades históricas como destinos turísticos, dentro de un contexto general de valorización de las aglomeraciones urbanas como espacios de atracción turística. (IDEM, p.15)

Os três fatores que contribuem de maneira definitiva para o desenvolvimento do turismo nas cidades históricas são: a indústria turística que está atenta às variações de demanda e criadora de novos produtos; os gestores culturais que percebem no turismo uma fonte complementar de renda e os governos locais que buscam sustentar a renovação física e funcional de determinadas áreas urbanas em novos setores de atividade (IDEM, p.16). Toda esta rede é capaz de gerar aspectos positivos e negativos que Francisca Hernández comenta

Toda actividad turística influye sobre la protección del patrimonio y le produce algunas consecuencias positivas y negativas que se han de tener en cuenta, siendo conscientes de que quien disfruta de un bien ha de sentirse obligado a mantenerlo y a no deteriorarlo. (IDEM, p.374)

Como referência de intervenções que foram positivas pode ser citada a cidade de Bilbao na Espanha, que antigamente não fazia parte da rota turística espanhola. Depois de um grande plano de recuperação urbana se tornou um dos pontos principais de visita na Espanha. Fez parte deste desafio a conciliação entre as leis patrimoniais com intervenções contemporâneas. A cidade não apresentava monumentos singulares que fossem por si só atrativos ao turismo. Foram necessários recursos da arquitetura e do urbanismo contemporâneos para criar referências que identificassem a cidade como única.

A experiência em Bilbao com a construção do Museu projetado pelo arquiteto Frank Ghery tem trazido resultados positivos no que diz respeito à revitalização da cidade. Áreas que eram degradadas passaram a ter vida e os habitantes passaram a valorizar mais o espaço do centro histórico.

Isso aconteceu graças a um trabalho muito bem realizado que envolveu: planejamento urbano, educação, história, arquitetura e política. A transformação da cidade de Bilbao em turística foi possível pelo empenho grande em desenvolver todos

os níveis da cidade. O projeto provavelmente seria mal sucedido se o edifício do museu tivesse apenas sido construído sem o trabalho social, urbano e político envolvido. A cidade, que se encontrava em condições precárias hoje é visitada e principalmente vivida pelos moradores locais.

No entanto, não se pode ignorar a existência de inúmeros problemas que a elevação de uma cidade à condição de cidade histórica como destino turístico acarreta, entre eles a incapacidade de receber, em condições satisfatórias, os visitantes e de tratar dos resíduos produzidos por estes. Em outubro de 2000, na Polônia, foi realizada a Conferência Internacional dos Restauradores, onde foi concluído que uma das ameaças à manutenção da herança cultural é o turismo massificado e sem controle, uma vez que ele destrói a identidade do lugar (FUNARI, 2003, p.23). Entretanto, o que se pode perceber é uma corrida desencadeada pelos gestores municipais em busca de tornar a cidade histórica uma cidade turística, forjando uma identidade muitas vezes não compartilhada pelos moradores do local. Não se pode esquecer que o turismo é hoje uma das maiores atividades econômicas, sendo assim altamente desejável pelos gestores.

Muitas vezes a falta de identificação do patrimônio antigo com a população faz com que sejam aplicadas intervenções drásticas com o propósito de criar um patrimônio. Se não há diálogo entre a população e o bem patrimonial, dificilmente esse vai se manter preservado e em boas condições. Além disso, existe a necessidade de chamar a atenção para o patrimônio e para as cidades. A nova arquitetura pode se prestar de maneira satisfatória neste papel, como no caso do museu de Bilbao.

As leis patrimoniais precisam ser aplicadas de modo a zelar pelo patrimônio artístico e cultural, entretanto devem ser coerentes quanto a necessidade de se manter e de se renovar diferentes espaços. Deve haver uma busca da compatibilidade entre preservação e desenvolvimento (FULLANA, 2002, p.9). Isso é possível e tem dado resultados satisfatórios, como o citado. Edificações que antes se encontravam abandonadas, têm a possibilidade de se tornarem museus, restaurantes, hotéis e outros equipamentos urbanos.

En su dimensión física, los equipamientos culturales tienden a conformarse como piezas urbanas de importancia creciente, uno de los pilares de la revitalización física de la ciudad. En efecto, durante los últimos años las aglomeraciones urbanas han pugnado por dotarse de grandes espacios escénicos, auditorios, museos, salas de exposiciones, bibliotecas, filmotecas

y un largo etcétera, aprovechando monumentos anteriormente infrautilizados o creando nuevos contenedores de arquitectura singular. (VAQUERO, 2002, p.65)

Outro fator importante para o desenvolvimento do turismo e que este não pode estar desvinculado das possibilidades e recursos da cidade

...es necesario proponer un turismo sostenible que haga compatible el desarrollo de esta actividad con el respeto y la preservación de los recursos naturales, culturales y sociales, y que favorezca la reducción de las tensiones entre la industria turística, los visitantes, las comunidades anfitrionas y el medio ambiente. (FULLANA e AYUSO, 2002, p.13)

Isto porque a atividade turística tem impactos consideráveis no meio ambiente, em particular sobre o meio atmosférico, aquático, terrestre, biótico e antrópico (IDEM, p.25) e todos estes aspectos devem ser levados em consideração quando se propõe o desenvolvimento turístico dentro de uma cidade histórica.

O turismo não pode estar desvinculado de uma série de medidas necessárias para um desenvolvimento saudável

De forma paralela, es imprescindible poner en marcha las medidas necesarias para sensibilizar y educar a la población (turistas y receptores) respecto al comportamiento turístico y el respeto del patrimonio y evitar los efectos negativos de un crecimiento turístico anárquico y excesivo. (VAQUERO, 2002, p.18)

A atividade turística tem que respeitar o patrimônio, que não se refere apenas ao patrimônio construído, mas também a uma série de festivais e eventos culturais que integram o que denominamos patrimônio imaterial.

Até que ponto a cidade de Castro tem considerado essas questões? Para isso, passo a analisar mais especificamente o caso de Castro como cidade histórica com pretensões turísticas.

4.3 Turismo e Patrimônio em Castro

Atualmente, ser caracterizada como “cidade histórica” é possuir um *status* que eleva os recursos e incentivos na cidade. “O turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p.26).

O turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos. (FUNARI, 2003, p.15)

A proposta de exploração dos recursos da cidade histórica pela atividade turística é ainda reforçada pela forma como a cidade pensa seu desenvolvimento e elabora estratégias para que esse ocorra. Isso pode ser observado através de seu Plano Diretor, que pode ser entendido como uma medida clara de legislar sobre o Uso e Ocupação do Solo, bem como a maneira de compreender como a política local tem tratado a questão da preservação patrimonial.

A elaboração de um Plano Diretor para o desenvolvimento de uma cidade só pode ser compreendida a partir das modificações da forma de conceber a cidade.

O crescimento acelerado das cidades ocorrido no decorrer do século XX fez com que se começasse a compreendê-la não mais como algo estático e sim como um organismo vivo, que necessita de regras para a sua sobrevivência

A aceleração da urbanização no decorrer do século XX fez com que a cidade passasse a ser compreendida como um tecido vivo, composta por edificações e por pessoas, que congrega ambientes do passado que podem ser conservados e, ao mesmo tempo, integrados à dinâmica urbana. Ela tornou-se um nível específico da prática social na qual se vêem paisagens, arquiteturas, praças, ruas, formas de sociabilidade; um lugar não homogêneo e articulado, mas antes um mosaico muitas vezes sobreposto, que expressa tempos e modos diferenciados de viver. (ZANIRATO e RIBEIRO, 2007, p.4)

Estes motivos levaram à implementação de planos e leis para as cidades, entre eles os planos diretores, as comissões de patrimônio, as associações populares. Esses dispositivos procuravam planejar o desenvolvimento da cidade a partir de suas características.

Castro, ciente de sua riqueza arquitetônica não tardou a ver no turismo, um meio de angariar divisas para o local. Daí a valorização de seu legado. Na década de 1980, quando ocorreram a maioria dos tombamentos estaduais, Castro começou a se estruturar para receber turistas construindo hotéis, restaurantes, organizando museus e incentivando a população a valorizar o fato de a cidade fazer parte da Rota dos Tropeiros e ser uma cidade histórica.

Isso pode ser interpretado como uma intenção por parte do Município em extrair dividendos do patrimônio existente na cidade e região. É o que pode se ver no projeto que pretendia transformar a fazenda Capão Alto em pousada, idéia que nunca se efetivou.

A restauração do complexo arquitetônico da Fazenda Capão Alto, em Castro, e a sua exploração turística, proporcionará ao Paraná a primeira pousada com raízes históricas, revivendo os chamados Caminhos das Tropas que marcaram a ocupação da área a partir da primeira metade do século XVIII. O conjunto de edificações da Fazenda que integra os maiores patrimônios tombados pelo Estado, está na iminência de ser submetido a amplas reformas para abrigar a pousada. (O ESTADO DO PARANÁ, 23.10.1988)²²

Entretanto, o projeto de recuperação e uso da Fazenda Capão Alto ficou apenas no papel. Houve falta de incentivo financeiro para a realização. Hoje, 20 anos depois, a fazenda infelizmente se encontra em estado de relativo degrado.

Algumas ações que o município de Castro e o Estado tomaram para tornar o turismo cultural rentável foram:

- a) Ressaltar a idéia de que Castro é uma cidade histórica com potencial e que fez parte da Rota dos Tropeiros, através de divulgação e incentivo local;
- b) Organização da estrutura física da cidade, como a implantação de hotéis e restaurantes;
- c) Criação de museus e locais destinados à cultura, como, por exemplo, Museu do Tropeiro, Casa da Praça, Casa de Sinhara e Casa de Cultura Emilia Erichsen;
- d) Organização e distribuição de *folder* de turismo que ressaltam a idéia das potencialidades turísticas da cidade;
- e) Criação de uma central de turismo na entrada da cidade.

²² O Estado do Paraná. Curitiba, 23 de outubro de 1988.

A organização de museus foi de extrema importância para a cidade, pois permitiu com que os habitantes pesquisassem e conhecessem um pouco mais sobre a história castrense. Inclusive os historiadores que participaram da organização dos museus e da história escreveram e editaram livros que contavam esses fatos, são exemplos disso dois livros que se referem à arquitetura patrimonial: um sobre a Fazenda Capão Alto e outro *Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó – Patrimônio Cultural e Arquitetônico*, que trata sobre os bens tombados na escala Estadual e algumas edificações importantes que tiveram influência dos imigrantes. Essas ações demonstram a preocupação em divulgar e preservar de alguma forma a história de Castro.

No entanto, essas ações muitas vezes foram atropeladas pelo pouco conhecimento da relação entre a conservação da cidade e os atrativos turísticos necessários para a exploração sustentável. É o que se vê no caso abaixo.

A construção de um hotel causou particular discussão. Ele foi implantado em frente à Praça Manoel Ribas, junto às edificações históricas que têm arquitetura e escala bem diferentes do que foi feito no novo hotel. Ainda hoje se discute sobre o “por que” na época não ter havido um limitador para essas questões. O prédio faz contraste com o restante dos edifícios e é de certa forma um marco da modernidade, mas nesse caso deslocado no espaço e agressivo ao entorno.

A contradição entre os dispositivos na normativa patrimonial e as orientações para a cidade histórica como destino turístico são claras na política local. A cidade investiu na criação de museus e na infra-estrutura para receber turistas, mas não se mostra apta para tornar a cidade uma efetiva cidade histórica, pois reluta em tomar seu centro histórico. A principal característica turística castrense no início foi de ressaltar o aspecto da cidade ter sido formada a partir do caminho que os tropeiros faziam entre Viamão e Sorocaba, a chamada “Rota dos Tropeiros”, da qual fazem parte outras cidades como a Lapa, Palmeira, Tibagi e outras cidades paranaenses.

A política patrimonial “temática” continua em vigor até hoje, fato que pode ser observado nos encartes ligados ao turismo da região. O apelo continua voltado para o tema do tropeirismo (figura 38): “Descubra por que os tropeiros gostavam tanto de viajar – Rota dos Tropeiros”²³

²³ Folder de Turismo, realização Prefeitura Municipal de Castro – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo.

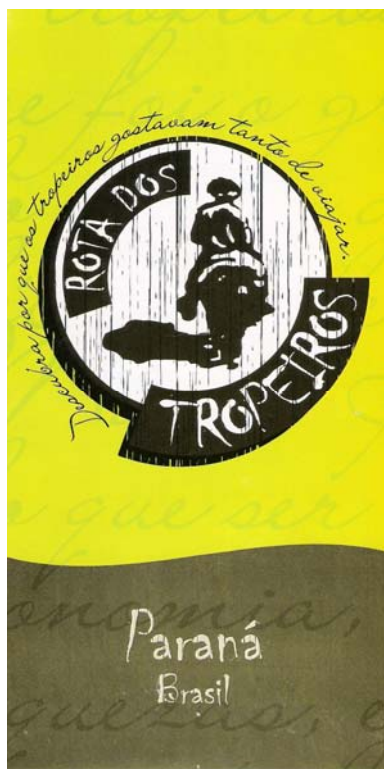


Figura 38

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL, s/d.

Além do incentivo ao turismo realizado através de museus, programas e estruturação das atividades e roteiros por parte da prefeitura, foram criados elementos que identificam esta rota, como é o caso do totem que sinaliza a participação do município no roteiro de turismo, que foi implantado no ano de 2004.

O totem faz parte do cronograma e ações da Rota dos Tropeiros, projeto turístico que envolve 16 municípios da região dos Campos Gerais no Paraná, tendo como tema o tropeirismo. O objetivo, conforme o diretor executivo da Associação dos Municípios dos Campos Gerais, Nivon Krutsch é que o totem seja parte da identidade da rota, sinalizando os municípios que nela estão inseridos. (O ESTADO DO PARANÁ, 10.10.2004, p.27)

O totem foi inserido no canteiro central da PR 151, no trevo que dá acesso à cidade, é feito em ferro fundido em forma de araucária com o título “Rota dos Tropeiros” e tem uma base em concreto. O totem pretende demarcar de forma visual um dos pontos que foi passagem e pouso dos tropeiros no Paraná. Cada cidade procurou se estruturar e se preparar para receber os turistas que seriam “chamados” para conhecer as cidades que fazem parte da história do Caminho das Tropas.

No caso de Castro, na entrada da cidade existe uma casa que abriga uma central turística, onde as pessoas recém chegadas têm a possibilidade de conhecer

mais sobre a história e estrutura da cidade. A prefeitura confeccionou diversos encartes que demonstram pontos diferentes, são *folders* com pequenos textos explicativos sobre o patrimônio e a infra-estrutura da cidade e região.

Também tem havido investimento no turismo cultural através do incentivo da visitação escolar. A prefeitura tem incentivado as escolas a fazerem visitas às edificações históricas, assim como pela paisagem da região.

Castro se encontra cerca de 40 quilômetros do Canyon do Guartelá, o que é apresentado como uma oportunidade de visita da paisagem natural para os estudantes castrenses, assim como para turistas vindos de outros locais. É uma forma de explorar também o turismo ecológico.

A área do Canyon, Parque do Guartelá, tem uma estrutura destinada a receber turistas e a impedir que haja uma visitação excessiva e desordenada. No local existem agentes de turismo e guias que acompanham a visita até o local do Canyon. Esses agentes são de suma importância para a preservação do local, pois além de ordenarem a visitação estão em constante contato com o parque para que se mantenha o equilíbrio da natureza local e não haja a depredação da mesma.

Segundo o secretário da Cultura, Educação e Esporte de Castro, senhor Carlos Eduardo Sanches em entrevista concedida em 23 de novembro de 2007, “existem diversos planos para implementar programas que visam a educação patrimonial”. Esses programas ainda não foram possíveis de serem implantados, mas parecem indicar que aos poucos a cidade está se estruturando e entendendo o que é ser uma cidade turística. A organização desse processo é muito interessante para o Município, visto que hoje o turismo é tido como uma das principais fontes de renda, tanto de forma direta quanto indireta, das cidades consideradas com potencial turístico, seja ele cultural ou ecológico. O turismo tem sido um grande aliado dos municípios para encontrar formas de agregar de forma positiva a condição financeira da cidade, mas tem que ser devidamente planejado para não ser prejudicial aos bens ali patrimonializados.

De acordo com os dados colhidos, Castro mantém uma estrutura relativamente simples para o turismo. A pretensão turística da cidade não está adequada para receber uma grande quantidade de pessoas e sim a orientar, de forma simples, os visitantes que para ali se dirigirem. A atividade turística não pode estar desvinculada do fator infra-estrutura; para receber pessoas é necessário desde um bom atendimento hoteleiro até agentes de turismo.

Castro parece preparada para receber um número restrito de visitantes e não comporta um aumento considerável de turistas. Este fato também não seria desejável, pois a cidade deve manter a sua identidade de cidade histórica pequena. Existem na cidade três hotéis, sendo o maior é aquele comentado anteriormente na Praça Manoel Ribas. Além dos hotéis centrais existe um Hotel Fazenda que está voltado para o turismo rural e ecológico, dando ênfase ao Canyon do Guartelá. A estrutura de restaurantes ainda é insuficiente, existem dois cadastrados pela Castrotur. O maior restaurante fica no alto, no Morro do Cristo, de onde se é possível ver toda a cidade.

As estruturas como hotéis, restaurantes, bares, museus, agentes de turismo são necessários para sustentar a proposta de receber pessoas. Cada cidade tem sua dinâmica e forma de organizar suas atividades sociais e turísticas. É preciso entender como se desenvolverão as inúmeras atividades dentro dos centros históricos para ver se é possível manter um equilíbrio social (HERNÁNDEZ, 2002, p.269). Isto é fundamental para a sobrevivência dos centros urbanos históricos.

Tentando organizar esse cenário, a cidade investe no plano diretor, que destaca o complexo arquitetônico-paisagístico e sua função de cidade histórica. No próximo item desta pesquisa será analisado o Plano Diretor de Castro, documento obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes que pretende implementar regras para uso e ocupação de uma determinada região (cidade e espaço rural).

4.4. O Plano Diretor de Castro e sua Relação com o Patrimônio Cultural

Adequando-se à Constituição Federal, a Constituição Estadual de 1989 estabeleceu a obrigatoriedade de todos os municípios com mais de vinte mil habitantes terem um Plano Diretor. Este documento visa legislar sobre o uso e ocupação da cidade e região rural. Na cidade de Castro este plano começou a ser avaliado em 2005, ocasião onde foram realizadas audiências públicas que visavam a participação popular na definição e aprovação do plano.

As leis do Plano Diretor de Castro passarão por aprovação popular neste sábado (18), a partir das 8 horas, durante a terceira Audiência Pública na Câmara Municipal. A comunidade poderá alterar a legislação que compreende o Plano Diretor, os Códigos de Postura, Obras,

Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo e do Sistema Viário de Castro. (PÁGINA UM, 18-20.06.2005, p.2)²⁴

A participação popular é importante na aprovação e montagem do plano para que este possa ser feito dentro das necessidades e potencialidades de uma cidade e que possa atender às expectativas dos moradores. Sempre que se trata de criar coisas para o coletivo é importante que todos os interessados participem. O plano já está em vigor em Castro e os seus princípios fundamentais são:

- I – o desenvolvimento socioeconômico;
- II – a qualidade de vida;
- III – a igualdade, a dignidade e a cidadania;
- IV – o desenvolvimento sustentável;
- V – o planejamento e profissionalização da Administração Pública. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.2)²⁵.

Estes princípios fundamentais devem primar pelo desenvolvimento sustentável da cidade. Para tanto, são organizados os itens de prioridade para a implementação do Plano, e a cidade é dividida em zonas e áreas de ocupação e de interesse e atividades comuns.

Segundo o Plano, no Art.8º, a “qualidade de vida se traduz no acesso e na utilização individual e coletiva dos serviços e equipamentos públicos necessários ao pleno exercício da vida, compreendidos aqui aqueles que se destinam a garantir a segurança alimentar, a saúde, a educação, o esporte, o lazer, a cultura, a segurança e a moradia.” (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.2). Esta citação, que está na segunda página do documento, trata a cultura como ponto primordial para a qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento da cidade. Isto demonstra uma preocupação com a cultura e a preservação de seus bens, como pode ser visto nos artigos 9 e 10 que complementam a idéia.

Art. 9º - Compreende-se que a igualdade, a dignidade e a cidadania são aspectos simultâneos da efetivação dos direitos humanos individuais, sociais, econômicos e culturais.

Parágrafo único - A efetivação do princípio pressupõe:

²⁴ Castro, Página Um, ano XV nº 517 18 a 20 de junho de 2005, p.2.

²⁵ Disponível em www.castro.pr.gov.br, acessado em 18 de julho de 2007.

I - o reconhecimento e a **valorização das várias etnias e culturas** que compõem a sociedade do Município de Castro;

II - a eliminação de qualquer forma de discriminação.

Art. 10 - Desenvolvimento sustentável está entendido como a conciliação entre a viabilidade da atividade econômica, a promoção da equidade social e a preservação ambiental. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, pp.2-3) (grifo meu)

A preocupação em citar, já no primeiro momento do Plano, a “valorização das várias etnias e culturas” demonstra uma preocupação primordial da cidade com a diversidade cultural ali existente e como o desenvolvimento da cidade dentro dos pressupostos da sustentabilidade. Esta é colocada como ponto importante para o desenvolvimento da cidade.

A grande dificuldade de todas as cidades que possuem tal intenção é conciliar o desenvolvimento com a preservação de bens materiais e imateriais e com a conservação do meio ambiente. Em princípio são idéias que não podem ser compartilhadas, embora existam exemplos mundiais que conseguiram alcançar resultados nesse sentido através, principalmente, da educação patrimonial e ambiental que possibilita a participação efetiva da população nas decisões.

Em 2005, na ocasião em que o processo de tombamento do centro histórico estava sendo discutido (assim como o Plano Diretor), foram realizadas reuniões com a população e autoridades para se discutir e trocar informações sobre a questão. Entretanto como relatado anteriormente, esta atitude não impediu a manifestação contra o tombamento. E, infelizmente não foi suficiente demonstrar a importância da participação e aprovação popular em um processo de tombamento que visa benfeitorias para a cidade e não a degradação da mesma. A discussão do processo de tombamento juntamente com o Plano Diretor era necessária para que fosse possível vincular e agregar idéias em ambos.

Vejamos como o Plano propôs a gestão do espaço urbano de Castro.

A organização do Plano divide a cidade em zonas de interesse comum e/ou aspectos comuns, a região que detém bens do patrimônio cultural foi inserido na Macrozona Urbana de Diversificação, de acordo com os artigos abaixo

Art. 29 – A Macrozona Urbana de Diversificação corresponde à porção central da área urbana, caracterizada:

I – pela estrutura urbana consolidada;

II – pela concentração de comércio e serviços;

III – pelo esvaziamento populacional;

IV – pela presença e concentração do patrimônio histórico cultural do Município de Castro.

Art.31 – Exclusivamente na Macrozona Urbana de Diversificação e Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural, os imóveis destinados ao uso residencial poderão receber benefícios fiscais. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.8) (grifo meu)

O artigo 31 trás a tona um aspecto muito interessante de incentivo à conservação de bens patrimoniais: “receber benefícios fiscais”. Estes recursos têm sido aliados importantes para a consolidação das políticas patrimoniais e assim a conseqüente preservação das unidades de interesse patrimonial. Alguns dos incentivos financeiros fiscais serão vistos no decorrer deste item da pesquisa.

Na seção III do Plano Diretor aparecem os argumentos referentes ao centro histórico.

Seção III

DO SETOR URBANO CENTRAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

Art. 65 - O Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural incorpora as áreas de interesse histórico-cultural, sobreposta a Macrozona Urbana de Diversificação, tendo como objetivos:

I - a consolidação do atual padrão de ocupação;

II – compatibilizar o desenho urbano, a paisagem, o uso e ocupação do solo com as diretrizes de preservação e recuperação do centro histórico do Município. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.13) (grifo meu)

O inciso II, coloca a necessidade indiscutível de se fazer a compatibilização entre o centro histórico e a nova cidade, integrando desenho urbano, paisagem, uso e ocupação do solo, sendo que isso deve ser definido por leis municipais.

Como já foi visto anteriormente, a cidade histórica precisa se relacionar com harmonia com a população e a sua forma de vida atual para sobreviver às necessidades modernas do homem. Isto porque é necessário haver “identidade” do homem contemporâneo com a cidade histórica. Entretanto, este objetivo não se mostra tão simples de ser cumprido, pois a “identidade” é relativa. Ela sempre estará ligada à memória e à história. O que antes era considerado bem patrimonial, hoje pode não ter

a menor importância para uma parte da população, como é o caso da Casa da Mulher Tropeira.

A Casa da Mulher Tropeira, Casa de Sinhara, está localizada em frente à Praça da Igreja Matriz e foi restaurada com recursos particulares, principalmente por ações da senhora Judith Carneiro de Mello. Ao lado, funciona uma escola. Os estudantes desse local parecem não reconhecer esse elemento urbano como seu patrimônio posto que estão degradando aos poucos a casa novamente. Isto ocorre porque não está sendo realizado um trabalho paralelo de educação patrimonial com estes estudantes. Os jovens não se identificam com a cidade tropeira, pois isso não faz parte da memória e do imaginário deles. É necessário encontrar meios de mostrar que a mulher tropeira fez parte do passado histórico dos antepassados e que a preservação desse passado é parte de suas histórias.

É essencial que haja um reconhecimento do patrimônio cultural não somente por parte dos idosos, mas também da população jovem, porque é necessário que haja uma continuidade de pensamento e de costumes para que o patrimônio material e imaterial possam ser conservados.

Michael Pollack em *Memória, Esquecimento e Silêncio* relata justamente essa relação da memória coletiva com o patrimônio. Para ele, os elementos de arquitetura são capazes de definir o que é comum para um grupo, além de serem capazes de transmitir para o futuro o legado do antigo (POLLACK, 1989, p.3).

Tem havido a preocupação por parte da municipalidade em conservar aspectos desse passado, ainda que essa conservação possa estar ligada aos interesses de geração de valor pela exploração turística. É o que pode se ver quanto às formas de incentivo financeiro para a preservação de bens patrimoniais. Uma dessas formas que visa a preservação de bens construídos, principalmente do centro histórico, é o IPTU reduzido, tratado no artigo 99.

Art. 99 - O IPTU Progressivo no Tempo poderá ser aplicado na Macrozona de Diversificação, na Macrozona de Qualificação, no Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural e nas Zonas Especiais de Interesse Social. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.19)

Assim, o Setor Urbano Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural teria ao longo dos anos o seu IPTU progressivamente reduzido. É uma maneira de incentivar as pessoas que possuem imóveis nessas condições a preservá-

los. Ainda que isto seja apenas um incentivo e não uma garantia de preservação, não deixa de ser uma ação válida.

Outra forma de incentivo financeiro para proprietários de imóveis históricos é a transferência de potencial construtivo tratada na seção IV do Plano. Uma das cidades que foi pioneira nesta prática foi Curitiba, onde se obteve resultados bastante satisfatórios para a preservação de imóveis históricos.

No artigo 105 do Plano em referência, vem explicado o que é a transferência de potencial construtivo, como uma política urbana que visa compensar o proprietário pela perda de rendimentos que seu imóvel pode ter ao ser tombado. Um dos problemas da transferência de potencial construtivo é que as pessoas desconhecem esse direito e poucas vezes se utilizam dele

Seção IV

DA TRANSFERÊNCIA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO

Art. 105 - Entende-se como Transferência de Potencial Construtivo o instrumento de política urbana, utilizado como forma de compensação ao proprietário de imóvel sobre o qual incide um interesse público, de preservação de bens de interesse socioambiental ou de interesse social, de transferir para outro local o potencial construtivo que foi impedido de utilizar. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.20)

No parágrafo primeiro fica claro que todos os imóveis que estão na Zona Patrimonial podem ter seus potenciais construtivos transferidos, desde que isso seja aprovado previamente pelos órgãos competentes.

§1º - Todos os imóveis enquadrados na Macrozona de Proteção Ambiental e nos Setores Urbanos de Proteção de Mananciais e Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural poderão ter seu potencial construtivo transferido para outros imóveis no Município. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.20)

O cálculo (quantidade em metros quadrados) para a transferência de potencial é feito com base na legislação aplicada a cada caso específico. Porém, o proprietário que adquirir o benefício de vender o seu potencial construtivo é obrigado a manter preservado este imóvel.

Parágrafo único - O proprietário de imóvel enquadrado conforme Art. 106 que transferir potencial construtivo, assumirá a obrigação de manter o mesmo preservado e

conservado, mediante projeto e cronograma aprovado por órgão competente do Poder Executivo Municipal. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.20) (grifo meu)

Como pode ser observado, a transferência de potencial construtivo é uma maneira de indenizar o proprietário pela impossibilidade de demolir ou ampliar o imóvel na Zona Central de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural. Em contrapartida a essa indenização, o proprietário assume a obrigação de manter o imóvel preservado e conservado, atendendo assim aos objetivos da conservação patrimonial.

Ainda que Castro seja uma cidade pequena e que não apresente grandes necessidades de transferência de potencial, tal medida não deixa de ser um meio de proporcionar a conservação de imóveis no centro, de compensar financeiramente os proprietários de imóveis históricos na cidade além de ser uma ação preventiva diante de um crescimento que pode vir a ocorrer.

No texto do parágrafo único, abaixo, está explicitada a necessidade de não comprometer a paisagem urbana, fato que deve ser observado, pois como visto no decorrer desta pesquisa, Castro possui locais em que a paisagem urbana foi bastante modificada, como é o caso da antiga Rua das Tropas. Esta preocupação do Plano Diretor demonstra a compreensão de que os bens não podem ser vistos isoladamente e sim devem ser entendidos como parte de um conjunto urbano que deve ser tratado de modo integrado.

Essa idéia foi estabelecida na Carta de Veneza de 1964: “ampliação da noção de monumento histórico, que agora compreendem tanto criações arquitetônicas sozinhas quanto o ambiente urbano e a paisagem...” (CARTA DE VENEZA 1964). Compreende-se que Castro dessa forma está se adequando aos princípios internacionais definidos para as cidades históricas.

Parágrafo único - A concessão da Outorga Onerosa do Direito de Construir poderá ser negada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento, caso se verifique a possibilidade de impacto não suportável pela infra-estrutura ou o risco de comprometimento da paisagem urbana. (PLANO DIRETOR DE CASTRO, pp.22-23)

Na seção X do Plano vem à tona o impacto de vizinhança, que é relativa aos empreendimentos que causam grande impacto urbanístico e ambiental definidos pela Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo. O artigo 140, item V, trata da manutenção de imóveis e outros elementos arquitetônicos ou naturais.

Art. 140 - O Poder Executivo Municipal, para eliminar ou minimizar impactos negativos a serem gerados pelo empreendimento, deverá solicitar como condição para aprovação do projeto alterações e complementações no mesmo, bem como a execução de melhorias na infra-estrutura urbana e de equipamentos comunitários, tais como:

V - manutenção de imóveis, fachadas ou outros elementos arquitetônicos ou naturais considerados de interesse paisagístico, histórico, artístico ou cultural, bem como recuperação ambiental da área; (PLANO DIRETOR DE CASTRO, pp.24-25)

Como se pode ver, a preocupação expressa tanto a vontade de conservação do que constitui o patrimônio cultural da cidade, quanto a importância da recuperação ambiental, o que indica a associação necessária entre o patrimônio cultural e o natural.

O Plano Diretor de Castro possui anexos no final. Em um de seus tópicos são colocados os “indicadores de desenvolvimento”, que tratam sobre a questão do patrimônio cultural como ponto importante e fundamental para o desenvolvimento da cidade em consonância com a conservação ambiental.

ANEXO III - INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Parte integrante da Lei Complementar nº 05/2006 – Lei do Plano Diretor

POLÍTICA 1 Conservação dos bens socioambientais e promoção do equilíbrio ambiental, observando-se a viabilidade econômica e a geração de trabalho nas atividades produtivas.

Aumento no número de imóveis tombados ou restaurados; Aumento no número de unidades de conservação criadas; (PLANO DIRETOR DE CASTRO, p.39)

O texto final do plano diretor trata de forma definitiva o aspecto da conservação de bens culturais e naturais como primordial para a cidade de Castro, afirmando a possibilidade de equilíbrio entre o desenvolvimento e a conservação ambiental.

Cabe observar que o Plano privilegia os bens materiais e naturais, deixando a desejar questões relativas aos bens imateriais. Os bens construídos são notoriamente privilegiados, pois fazem parte de forma muito clara das intenções políticas. A paisagem aparece como parte a ser preservada, mas ainda de forma não muito evidente, como no caso do ambiente que circunda os imóveis históricos. É preciso ampliar o conceito de patrimônio na política da cidade, demonstrando a importância dos bens imateriais para a memória da cidade.

Um contraponto a se destacar no plano é que o turismo não aparece em nenhum momento. A cidade que pretende ser foco do turismo cultural voltado para sua história tropeira não citou o desenvolvimento e organização turística na cidade. Seria aconselhável que alguns pontos fossem descritos no plano para que fossem mais claro as diretrizes a serem seguidas para a conservação do patrimônio cultural.

O Plano Diretor foi montado de forma a garantir na legislação a integridade e o bom funcionamento da cidade. Todavia, não se pode esquecer do processo “pós-aprovação”, de que são necessários investimentos tanto financeiros quanto sociais e educativos para que as palavras do plano não se tornem letra morta desprovida de eficácia aplicativa.

4.5. Considerações quanto ao Procedimento Patrimonial em Castro

A documentação analisada possibilita afirmar que existe uma vontade em preservar o patrimônio cultural e natural da cidade, mas os objetivos não são claros, e ainda inexequíveis, visto que as ações pretendidas são pouco compreendidas por parte da população. Uma ação importante para a sustentabilidade do patrimônio é a participação popular, que me parece ainda insuficiente no caso de Castro, haja vista que muitas edificações já restauradas são vitimadas pela ação de vândalos que depredam os edifícios.

Além disso, a tentativa de tombamento do centro histórico, requerida pelo Ministério Público em 2002 e iniciada pela Secretaria do Estado da Cultura em 2004, demonstra uma insatisfação de alguns setores que no momento parecem fortes diante da conservação do patrimônio local. A ação da Secretaria da Cultura e da Prefeitura Municipal foi interpretada como contrária aos interesses dessa parte da população, que acredita que o tombamento não trará nenhum benefício para a cidade e sim malefícios, como a queda do valor do imóvel.

A possibilidade da cidade de Castro se tornar um local de atrativo para o turismo cultural deve, acima de tudo, ser vista à luz de uma política de educação patrimonial. Isto porque antes de receber turistas é necessário entender e valorizar o seu próprio patrimônio. Também é preciso compreender que o processo de tombamento antes de ser uma ação voltada para o turismo visa a melhora da qualidade

de vida da população local, visto que reorganiza diversos setores e também requalifica a paisagem urbana. A cidade, ao se tornar um local de memória preservada, contribui para que as pessoas consigam retomar as antigas lembranças e até mesmo criar novas.

5. CONCLUSÕES

A pesquisa sobre o *Patrimônio Cultural da Cidade de Castro – PR – Ações para a Conservação da Memória Histórica* possibilitou uma análise mais profunda do patrimônio cultural dessa cidade, principalmente no que tange ao patrimônio edificado.

O primeiro capítulo possibilitou o entendimento do que é considerado hoje cultura, história e memória, fazendo a conexão desses termos com o legado cultural chamado de patrimônio histórico e artístico. Por meio dele objetivei mostrar que a cultura compreende significações múltiplas e que não é algo que possa ser definido de modo imediato.

A leitura da produção de Roger Chartier foi importante para compreender o sistema simbólico das representações. Fato que pôde ser exemplificado nas construções históricas castrenses, que primeiramente representavam o homem tropeiro, que passava meses viajando e, portanto, tinha uma vida itinerante. O resultado da transformação desse homem foi o fazendeiro e empreendedor que já estava mais atrelado à questão de *status* social. Este homem trouxe uma outra vida ao centro urbano quando começou a se preocupar em construir edifícios capazes de demonstrar a sua importância social e o seu poder aquisitivo. A arquitetura “simbólica” também pode ser compreendida na mescla do cidadão castrense (o homem tropeiro) com os imigrantes europeus. Através dessa análise conclui que o patrimônio de Castro, tanto àquele de “pedra e cal” quanto os bens imateriais e naturais são resultados de momentos sociais e de formas de vida. A arquitetura traduziu o pensamento e as intenções dos homens que a idealizaram. Assim, as edificações e a cidade, no caso histórico de Castro, podem ser entendidas como sistemas simbólicos, que representam desde *status* social (e ambição de *status*) até o “modo de fazer”, visto nos materiais, desenhos e pessoas que participaram de determinada construção.

A fundamentação teórica dos conceitos de patrimônio e as teorias e cartas patrimoniais foram base de comparação para compreender os rumos da legislação e políticas patrimoniais no Brasil e em Castro. Pude perceber que essa base teórica influenciou tanto de forma direta quanto indireta os processos de tombamento de centros históricos e as leis de tutela de patrimônio material, imaterial e natural. Posso citar como exemplo a idéia da Carta de Veneza de 1964, que instituiu a noção de

cidade histórica com área de interesse delimitada, um instrumento utilizado nos casos citados nessa pesquisa: Lapa, Curitiba e Castro. O plano de tombamento do centro histórico de Castro não se efetivou ainda, porém a idéia converge com os princípios da Carta de Veneza.

Outro exemplo de aplicação das idéias internacionais, é a preocupação em inserir a paisagem como parte do patrimônio. Em Castro a área da Fazenda Capão Alto e o Canyon do Guartelá foram colocados como parte do patrimônio da cidade, assim como se recomendou na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972. Esses espaços são pensados em consonância com o potencial turístico local e existe a vontade em torná-los parte do legado que deve ser levado para o futuro. No Canyon do Guartelá existe uma estrutura montada com agentes de turismo e biólogos que fazem um controle para evitar a visitação depredatória e para preservar e garantir a manutenção desse espaço natural. Na Fazenda Capão Alto a situação é um pouco mais complicada, visto que as ações quanto à preservação da área natural e da arquitetura estão paradas. Houve um projeto que previu a transformação desse espaço em pousada, porém devido à falta de incentivo financeiro a área da fazenda continua nas mesmas condições. O proprietário tem tentado de alguma forma preservá-la, entretanto ainda são gestos muito pequenos perto do que poderia e deveria ser feito.

Após a análise dos conceitos universais sobre patrimônio, memória e monumento histórico, fiz uma reflexão sobre as políticas e idéias que influenciaram na formação das linhas patrimoniais no Brasil e no Paraná. O Estado foi pioneiro nas práticas patrimoniais dentro do Brasil, já que as primeiras ações começaram a acontecer praticamente simultâneas ao primeiro Decreto-lei n.25/1937. Procurei mostrar que esse movimento patrimonial se deu num contexto no qual se buscava uma “identidade”. Essa busca por uma “identidade” no início do século XX aconteceu principalmente na região dos planaltos, incluindo Curitiba e região próxima num raio de 200 Km., já que o norte do Paraná até a primeira metade do século XX praticamente não existia como espaço urbano. O governo começou a incentivar primeiramente os tombamentos ligados à formação histórica de cada cidade ou região, no caso de Castro a história tropeira. Houve uma corrida e incentivo quanto ao tombamento dos monumentos e cidades mais expressivas do Estado.

Procurei também mostrar que as ações estaduais foram e têm sido de extrema importância para a preservação do patrimônio e que Castro entrou nesse circuito, já

conseguiu manter até o século XX edificações do tempo que remete ao seu passado como pouso dos tropeiros que transportavam gado de Viamão para Sorocaba.

Também a entrada de imigrantes no final do século XIX, acrescentou outros elementos à sua cultura e os bens de “pedra e cal” se modificaram com a mescla cultural. A arquitetura típica colonial feita em taipa e com telhas capa e canal, foi somada com outras técnicas construtivas com materiais mais leves, como a alvenaria em tijolo e a telha francesa, assim como a inserção de diversos adornos e decoração interna.

Essa mudança na arquitetura expressa a diferença de mentalidade e forma de vida entre os primeiros cidadãos castrenses e os que ali viviam depois do final do século XIX. A “nova mentalidade” do homem em Castro se traduz nos edifícios e na mudança de modo de vida, que deixa de ser tão rural para ser mais urbana. A cidade passa a ter mais importância e se desenvolve urbanisticamente. As edificações desse período são relativamente simples por fora com grande qualidade decorativa, tanto de mobília quanto de adornos, na parte interna.

Procurei assim demonstrar que Castro possui um legado patrimonial que deve ser preservado e que as ações que vem sendo tomadas na cidade para que isso aconteça são pouco consistentes, visto que houveram manifestações contrárias na ocasião em que se pretendeu o tombamento do centro histórico. Apesar da realização de audiências públicas, levantamentos e estudos da área para que se pudesse realizar o processo, ainda há muito o que fazer, pois houve a delimitação da área de interesse, com catalogação das unidades que deveriam ser preservadas, mas isso não pôde ser efetivado porque houve uma ação contra. A proposta vencedora foi a de que se deveria fazer tombamentos de unidades isoladas e não de uma área inteira, num indicativo do desconhecimento das novas concepções patrimoniais, que deixam de ter interesse em bens isolados para priorizar também o entorno e a paisagem patrimonial como um todo.

Em face da impossibilidade de se realizar o plano completo de tombamento a Prefeitura Municipal realizou algumas ações isoladas. Uma dessas ações foi o tombamento da área em torno à Igreja Matriz, na Praça Getúlio Vargas. Ainda que essa área seja muito menor do que a que se gostaria de tomba, não deixa de ser um passo importante na direção da tutela.

Procurei igualmente mostrar que o Plano Diretor da cidade defendeu meios para a preservação dos bens patrimoniais, principalmente àqueles de “pedra e cal” ao

propor formas de incentivo fiscal visando a conservação dos monumentos e edifícios históricos em Castro.

Finalmente me preocupei em analisar como Castro tem buscado desenvolver o turismo cultural ao criar museus, casas de cultura, organizar a infra-estrutura (hotéis, restaurantes, agentes de turismo) necessária para receber pessoas e divulgar em materiais de interpretação, o que considera como patrimônio cultural a ser contemplado pela visitação turística. Entretanto, não pude deixar de observar que a atividade turística pretendida pela cidade encontra-se em descompasso com as medidas efetivamente implantadas no local.

Enfim, posso concluir que o patrimônio edificado de Castro que legitimamente tem sido requerido para tombamento, está correndo um sério risco de ser perdido devido à impossibilidade de ser implantada uma política patrimonial que regulamente de forma mais integral esse legado. Existe uma necessidade iminente de se resolver os impasses existentes para a implantação de um plano que possibilite a conservação e a transmissão para as gerações futuras desse legado histórico cultural de Castro.

6. FONTES

Posturas Municipais do Paraná – 1829 a 1895, sendo a de Castro do ano 1830, artigos 15, 16, 17, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 29 e 30;

Leis e Regulamentos da Província do Paraná – tomo XXI;

Livro do Tombo Histórico;

Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;

Decreto nº 190/2007, Prefeitura Municipal de Castro, 22 de junho de 2007.

Lei Estadual 1.211 – 16 de setembro de 1953 – Dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná;

Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

Constituição 1988 de 05 de outubro de 1988 – artigos referentes ao patrimônio cultural brasileiro, artigos 5, 23, 24, 30, 170, 215, 216, 220, 221 e 225;

Decreto-lei nº 3551 de 03 de agosto de 2000 – Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências;

Normas para aprovação de projetos na área tombada da Lapa e Curitiba;

Carta de Atenas de outubro de 1931 – princípios gerais e doutrinas concernentes à proteção dos monumentos;

Carta de Veneza de maio de 1964 – conservação e restauração dos monumentos e sítios;

Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972;

Carta de Toledo ou Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas de 1986;

Carta de Veracruz de 1992;

RECOMENDAÇÃO DE PARIS, disponível em www.iphan.gov.br, acessado em 24 de janeiro de 2007;

PARANÁ, SEEC/CPC. Ofício MP, Curitiba, 12 de setembro de 2002;

Folder de Turismo, realização Prefeitura Municipal de Castro – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Departamento de Turismo e Conselho Municipal de Turismo, s/d;

Mapas históricos e imagens históricas do acervo do Museu do Tropeiro;

Fontes orais (entrevistas concedidas: Rosina Parchen – Secretaria do Estado da Cultura, Carlos Eduardo Sanches – secretário da Educação, Cultura e Esporte de Castro, Léa Maria Cardoso Villela – diretora do Museu do Tropeiro);

Fotografias feitas em visita à cidade.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é Sólido Desmancha no Ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. Cotia: Atelier Editorial, 2002.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.
- BUENO, Beatriz Siqueira. **Desenho e Desígnio – o Brasil dos engenheiros militares**. Revista da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC – Campinas.
- BURKE, Peter. **Variedades da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CARBONARI, Maria Rosa. ¿De quién es ese espacio?: la construcción de la frontera sur. In: **Procesos Conflictos e Visiones**. Memoria Latinoamericana. Año II, nº2, Agosto de 1998.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1988.
- Diário de Campos, Ponta Grossa, 16.12.1999.
- Diário de Campos, Ponta Grossa, 8-9.05.2005.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1979.
- DUDEQUE, Irã. **Espirais de Madeira – Uma história da arquitetura de Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador – uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus Municípios**. Maringá: Memória Brasileira, 1996, 19^o edição.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.
- FULLANA, Pere. AYUSO, Silvia. **Turismo Sostenible**. Barcelona: Rubes, 2002.
- FUNARI, Pedro Paulo. (org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003, 3^a ed.

FUNARI, Pedro Paulo e PELEGRINI, Sandra C.A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

Gazeta do Povo, Curitiba, 14.03.2004.

Gazeta do Povo, Curitiba, 03.11.2005.

Gazeta do Povo, Curitiba, 10.08.2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda – os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. **Conservación de Bienes Culturales – Teoría, historia, principios y normas**. Madrid: Cátedra, 2003.

GOULART, Nestor. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada**. Gijón: Apel, 2002.

HISTÓRIA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, 2008, disponível em www.castro.pr.gov.br acessado em 02.04.2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

JUSTINO, Maria José. **O Banquete Canibal – A modernidade em Tarsila do Amaral**. Curitiba: UFPR, 2002.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LAMBERINI, Daniela. **Teorie e Storia del Restauro Architettonico**. Florença: Polistampa, 2003.

LARAIA, Roque de B. **Cultura – um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LICCARDO, A. **O Paraná na História da Mineração no Brasil do Século XVII**. Curitiba: UFPR. 2004.

LYRA, Cyro Correia. **Guia dos Bens Tombados – Paraná**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.

MACHADO, Alisson Bertão. **Políticas culturais e patrimônio histórico: o processo de tombamento do Setor Histórico da Lapa como estudo de caso.** Dissertação de Mestrado em História. Universidade Estadual de Maringá. 2007.

MARTINS, Romário. **História do Paraná.** Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MAPA DO PARANÁ, disponível em www.transportes.gov.br, acessado em 13 de junho de 2008.

MELLO, Judith Carneiro de. **Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó – Patrimônio Cultural e Arquitetônico,** s/d.

O Estado do Paraná, Curitiba, 08.08.1976.

O Estado do Paraná, Curitiba, 27.04.2005.

O Estado do Paraná, Curitiba, 23.10.1988.

O Estado do Paraná, Curitiba, 10.10.2004.

Página Um, Castro, 22-28.10.2004.

Página Um, Castro, 29.04.2005.

Página Um, Castro, 18-20.06.2005.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello org. **Plano para sustentar a posse da parte meridional da América portuguesa (1772).** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio in Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira (org.). **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural.** São Paulo: Roca, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO, disponível em www.castro.pr.gov.br, acessado em 18 de julho de 2007.

PLANO DIRETOR DE CASTRO - PR, disponível em www.castro.pr.gov.br, acessado em 18 de julho de 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RIBEIRO, Wagner C. e ZANIRATO, Silvia H. e. **O Patrimônio natural sob proteção. A construção de um ordenamento jurídico.** Revista História, Universidade de São Paulo, 2008.

ROSAS, J.P.N. de. **A Fundação da Cidade de Castro.** Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1968.

RHODEN, Luiz Fernando. **A formação da Rede Urbana do Sul do Brasil nos séculos XVII e XVIII.** Porto Alegre: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade.** São Paulo: Petrópolis: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O Espelho e a Miragem.** Ecletismo, Moradia e Modernidade na Curitiba do início do Século, Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado) – História. Universidade Federal do Paraná - UFPR.

TELLES, Pedro Carlos Da Silva. **História da Engenharia no Brasil, séculos XVI a XIX.** Rio de Janeiro: Clavero, 1994.

TOMBAMENTO ESTADUAL E A RELAÇÃO DOS BENS TOMBADOS, 2005, disponível em www.patrimoniocultural.pr.gov.br, acessado em 02 de abril de 2008.

VAQUERO, Manuel de la Calle. **La ciudad historica como destino turistico.** Barcelona: Ariel, 2002.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração.** Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2000.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ZANIRATO, Silvia Helena. **Patrimônio para todos: promoção e difusão do uso público do Patrimônio Cultural na Cidade Histórica** in Patrimônio e Memória, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena e RIBEIRO, Wagner Costa. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, 2007.

ZUFFI, Stefano. **Raffaello.** Collana di Monografie Tascabili. Milão: Leonardo Arte, 1999.

8. ANEXOS



Of. n° 217/05 – SMDU

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Castro, 04 de Maio de 2005.

Ilma Senhora
Rosina Coeli Alice Parchen
Secretaria de Estado da Cultura
Curitiba - Paraná

Prezada Rosina

Conforme conversamos por telefone, estou enviando uma sugestão de poligonal a ser tombada, feita pela Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Castro, entidade reconhecida com " UTILIDADE PÚBLICA".

Não é oficial, é apenas uma sugestão que poderemos discutir.

Acredito ser melhor tentarmos chegar a um consenso, e com isso consigamos preservar uma boa parcela do Centro Histórico, sem criarmos grande polemica.

As duas pontes fazem parte do tombamento.

Além da poligonal anexa, poderão ser tombados imóveis isoladamente.

Rosina, como eu disse acima, é apenas uma sugestão, mas eu acredito que possamos estar no caminho certo. Qualquer coisa que precisar, ligue para mim.

Abraços

MARCOS JOSÉ FADEL TELLES
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO



SEEC/PTG
Fls. 02
14

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL ÀS PROMOTORIAS DE PROTEÇÃO AO
MEIO AMBIENTE


Of. 254/002
eqt

Curitiba, 12 de SETEMBRO de 2002.

Excelentíssima Senhora

Sirvo-me do presente para encaminhar relatório de vistoria efetuado por este Centro de Apoio, referente ao Patrimônio Histórico da cidade de Castro, para que Vossa Excelência proceda o Tombamento do mesmo.

Atenciosamente


SAINT-CLAIR HONORATO SANTOS
Procurador de Justiça

Excelentíssima Sra.
MÔNICA RICHIBIETER
Secretária Estadual
Secretaria de Cultura
Rua Ébano Pereira, 240
80.410-903 - Curitiba -PR
nl

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

SEEC NUM. 5.253.506-9

DATA-

HORA-

Av. Marechal Floriano Peixoto, 1251 - Rebouças- Cep 80.230-110/ Tel- 219-51 33/ Fax 219- 5131
e-mail - caopma@pr.gov.br

Local: Cidade de Castro

Data: 15.08.2002

Objetivo: Patrimônio Histórico

A visita técnica ocorreu na cidade de Castro no dia 15 de agosto de 2002 das 10h30 às 16h30.

A cidade de Castro, devido ao processo de transformação urbana que vem vivendo, está perdendo progressivamente suas características paisagístico-culturais. O objetivo da visita foi reconhecer a estrutura urbana da cidade e seus prédios que compõem o acervo arquitetônico relevante para a preservação e com isso a delimitação de uma área para tombamento histórico. Tal iniciativa irá favorecer a consolidação da identidade da cidade e seus habitantes, e pode favorecer o comércio e turismo pois Castro tem exemplares ligados à arquitetura paulista trazida pelos bandeirantes e desbravadores até o final do século XVIII.

Ao longo da visita técnica observamos exemplares arquitetônicos de estilos diversos que resumem o acervo arquitetônico da cidade.

Como pudemos observar, o Centro de Castro está se tornando exclusivamente comercial - reflexo do fluxo natural de crescimento das cidades - e isto gera a necessidade de imóveis novos mas em várias cidades há bons exemplos de conciliação de uso e preservação. Em relação à poluição visual, percebemos que nas ruas centrais e comerciais, há uma grande quantidade de placas luminosas e toldos que interfere de maneira prejudicial a paisagem urbana; em alguns trechos há um conjunto de edificações que servem como exemplo de arquitetura colonial mas há muita interferência nas fachadas descaracterizando o imóvel. Sendo assim de difícil identificação o período das construções; para tal, deveria haver uma política de preservação ativa.

Percebemos que o acervo encontra-se, como um todo, bem conservado no que se refere à estrutura predial externa (manutenção, pintura, etc.), mas não podemos afirmar o mesmo sobre a parte interna, porque para isto é necessário um levantamento aprofundado sobre cada edifício. Percebemos que há várias alterações nas fachadas e/ou da cobertura das construções.

Observamos que a cidade possui vários estilos arquitetônicos o que atesta de forma clara a evolução urbana da cidade. Porém, segundo nosso entendimento, não é a intenção do órgão competente delimitar a área total da cidade para tombamento porque ela é heterogênea tendo edificações que ainda não tem valor histórico. Deve-se delimitar uma área com características de estilo que definam de forma clara a que época ela pertence.

Percebemos que a área ao redor da Igreja é a mais propícia a implantar um futuro Centro Histórico, devido às suas edificações que concentra um número considerável de exemplares da arquitetura colonial e de transição para o período neoclássico.

Percebemos que em relação ao meio urbano há poucos elementos relevantes que interferem na paisagem: fios elétricos e postes de iluminação.

Há imóveis abandonados, sem interesse e sem incentivo à preservação. Mas também há várias obras que já estão tombadas e algumas que estão bem conservadas mas não estão em processo de tombamento como demonstraremos mais adiante.

No álbum anexo há fotos do interior das construções citadas no relatório e também fotos de edificações não visitadas que ilustra a época e seus costumes.

Este álbum foi estruturado com base nos documentos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná e em livros e arquivos municipais da Cidade de Castro.

Estão reunidas fotos de imóveis já tombados pelo Patrimônio Histórico e outros que os organizadores de tal projeto acham de interesse de conservação.

Este álbum de memórias intitulado Castro Antiga Sant'Ana do Iapó- Patrimônio Cultural e Arquitetônico foi fornecido pela fundadora do Museu do Tropeiro, Senhora Judith Carneiro de Mello.

São as páginas de interesse:

Pág. 12 e 13

16 e 17

18 e 19

20 e 21

26 e 27

28 e 29

30 e 31

32 e 33

38 e 39

40 e 41

É o relatório.

Curitiba, 01 de setembro de 2002

Equipe técnica:

Flávia Roberta Barbosa
Estagiária de Arquitetura e Urbanismo.

Giordani Gonçalves
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo.

De acordo,

Elma Nery de L. Romanó
Eng. Agrônomo -CREA 29070- D/PR

0 0 0 0 0



GOVERNO DO
PARANÁ

SECRETARIA DA DE ESTADO DA CULTURA

Of.nº742/04-GS

Curitiba, 02 de julho de 2004

Senhor Prefeito,

A ocupação do território paranaense está intrinsecamente ligada a formação do município de Castro.

Assim, o espaço urbano da cidade de Castro guarda em suas construções históricas o testemunho dos ciclos econômicos e sociais que o Paraná viveu, como exemplificam os bens já tombados no município.

Hoje, as boas condições de preservação desse patrimônio histórico e cultural devem ser ressaltadas, e sobretudo devem ter continuidade, a fim de permitir para as novas gerações o conhecimento dos fatos vividos por nossa população.

A consolidação desses aspectos favoráveis na cidade de Castro deverá ser uma atuação conjunta das administrações municipal e estadual.

O presente tem por finalidade comunicar Vossa Excelência que foi dado início ao processo de tombamento do Centro Histórico de Castro, conforme descrição abaixo e planta anexa, cuja área proposta inicialmente para os estudos, poderá ser alterada para mais ou para menos.

Excelentíssimo Senhor
Reinaldo Cardoso
PREFEITO MUNICIPAL
Castro/Pr

Rua Ébano Pereira, 240 – Centro
80410-240 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone 41 - 321-4700

dp



A partir do recebimento deste, passa a ser vigente sobre a citada área a Lei Estadual Nº1211/53, que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Paraná.

Quaisquer intervenções na estrutura urbana ou em seus imóveis (tais como: reforma, ampliações, demolições, pinturas de paredes, substituições de esquadrias, etc.) nesta área delimitada e definida pela poligonal do perímetro de estudo deverão necessariamente ser objeto de análise prévia por parte da Coordenadoria do Patrimônio Cultural desta Secretaria de Estado da Cultura do Paraná – CPC/SEEC.

DEFINIÇÃO DA POLIGONAL DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

A área do CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE CASTRO será definida pela poligonal descrita abaixo, englobando a paisagem e todos os imóveis contidos nos espaços urbanos, quer na porção interior ao polígono, bem como todos aqueles situados no exterior da referida poligonal que estejam voltados para ela, inclusive as esquinas.

O ponto inicial do perímetro está na Rua Xavier da Silva na CABECEIRA NORTE da Ponte Rodoviária sobre o Rio Iapó (P0); segue a leste, em linha imaginária, até encontrar a CABECEIRA NORTE da Ponte Ferroviária do Rio Iapó (P1); segue a sul pelo leito da Estrada de Ferro até encontrar a Rua Pedro Dobis (P2); segue por esta a oeste até encontrar a Rua Carlos Decker (P3), segue por esta a sul, passando pela Rua B. Pusch, até encontrar a Rua Antônio Rolim de Moura (P4), segue por esta a leste até encontrar a Rua Visconde do Rio Branco (P5), segue por esta a sul, passando pela rua lateral do Colégio São José(?) até encontrar a Rua Padre Nóbrega (P6), segue por esta a oeste até encontrar a Rua Princesa Izabel (P7), segue por esta a sul, passando pelas ruas: Rocha Pombo, Mariana Marques e Carlos Cavalcanti até encontrar a Rua Maestro Benedito Pereira (P8), segue por esta a oeste, passando pelas ruas: do Rosário, Cipriano Marques de Souza e Dr. Jorge Xavier da Silva, até encontrar a Rua

Rua Ébano Pereira, 240 – Centro
80410-240 – Curitiba – Paraná – Brasil
Fone 41 - 321-4700

dp

